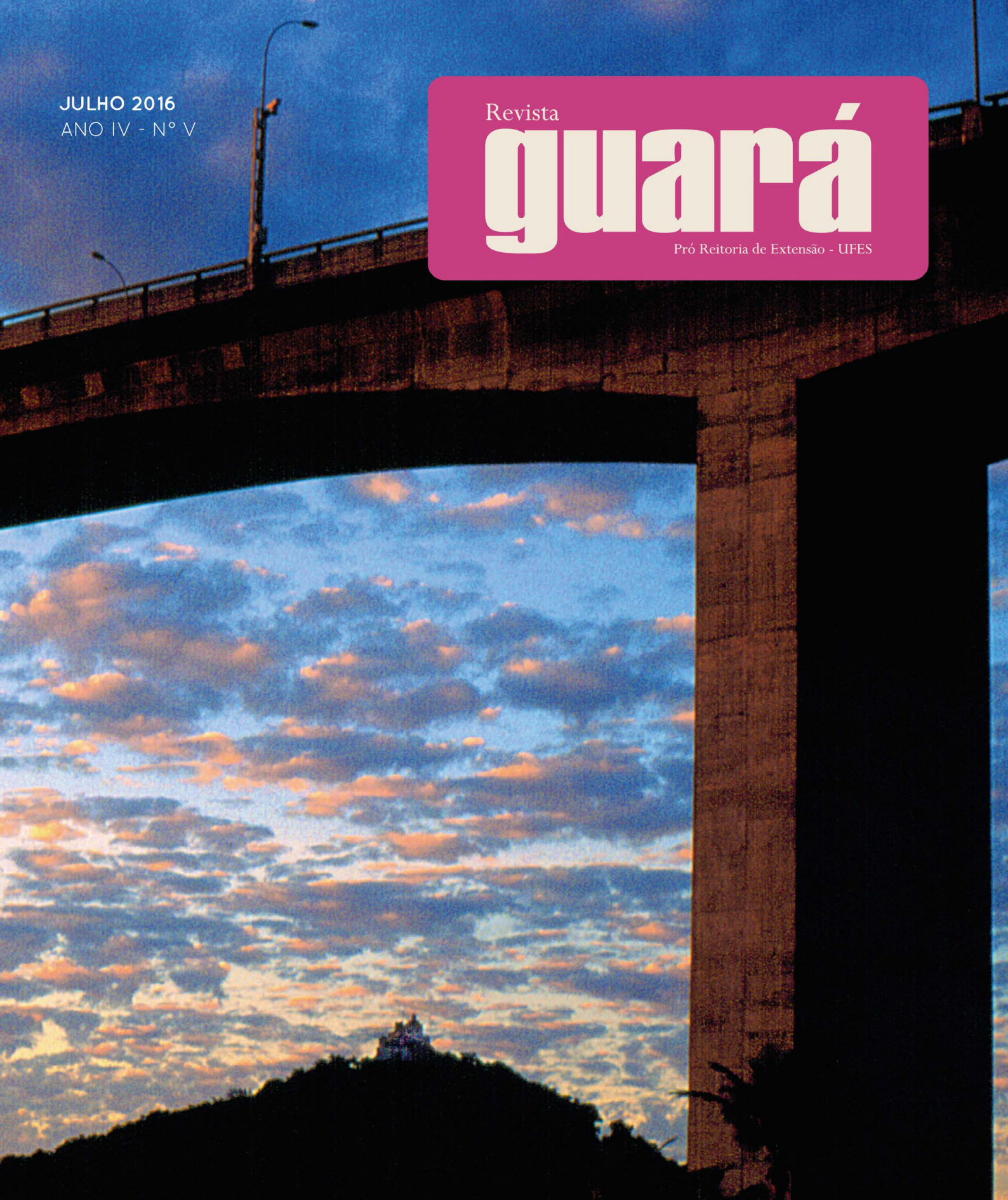


JULHO 2016
ANO IV - Nº V

Revista

guará

Pró Reitoria de Extensão - UFES



Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Reinaldo Centoducatte

Reitor

Ethel Leonor Noia Maciel

Vice-Reitora

Zenolia Christina Campos Figueiredo

Pró-Reitora de Graduação

Neyval Costa Reis Junior

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Angelica Espinosa Barbosa Miranda

Pró-Reitora de Extensão

Eustaquio Vinicius Ribeiro De Castro

Pró-Reitor de Administração

Anilton Salles Garcia

Pró-Reitor de Planejamento e
Desenvolvimento Institucional

Cleison Fae

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas e
Assistencia Estudantil

Gelson Silva Junquillo

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania

Conselho editorial

Adriana Madeira Alvares da Silva (UFES)

Brunela Vincenzi (UFES)

Donato de Oliveira (UFES)

Fernando Vicentini (UFES)

Gloria C. Aguilar Barreto (Universidade
Nacional Caaguazú)

Ivan Robert Enriquez Guzman (UFES)

Revista Guará

Publicação Semestral da Universidade

Federal do Espírito Santo

Ano IV - nº 5 - Julho de 2016

Angélica Espinosa Barbosa Miranda

Editor Responsável

João Frederico Meyer (UNICAMP)

Maira Pêgo de Aguiar (UFES)

Maurice Barcellos da Costa (UFES)

Paula Cristina da Costa Silva (UFES)

Pedro Florêncio da Cunha Fortes (UFES)

Regina Lúcia Monteiro Henriques (UERJ)

Renato Tannure Rotta de Almeida (IFES)

Tânia Mara Z. G. Frizzera Delboni (UFES)

Conselho técnico científico

Aissa A. Guimarães (UFES)

Antonio Celso Ribeiro (UFES)

Aparecido José Cirilo (UFES)

David Ruiz Torres (UFES)

Darcy Alcantara Neto (UFES)

Ernesto Hartmann (UFES)

Fábio Goveia (UFES)

Gabriela Santos Alves (UFES)

José Otavio Lobo Name (UFES)

Mirna Azevedo (UFES)

Rafael Paes Henriques (UFES)

Assistente editorial

Paola Pinheiro Bernardi Primo

Equipe técnica

Claudia Rangel

Farley Souza

Amanda Sanches

Revisão

Vera Lúcia Santa Clara

Fotografias

Humberto Capai

Editoração

Farley Souza

Pró-Reitoria de Extensão

Editora

Tiragem: 500 exemplares

Endereço para correspondência:

Universidade Federal do Espírito Santo

Pró-Reitoria de Extensão

Av. Fernando Ferrari nº 514

SUMÁRIO

Apresentação	05
Arte-educação como elo de interdisciplinaridade e ação de extensão	07
Cuidados de Saúde Bucal na Comunidade Escolar do Núcleo Educacional Fiore	17
Educação Popular e Economia Solidária; A Formação de Empreendedores Sociais em Dom Pedrito, Rio Grande do Sul	29
Formação de Professores, Educação Contextualizada e Extensão Universitária: <i>A Experiência do Programa CAT</i>	41
Desafios da Gestão de um Centro de Educação Infantil Universitário	55
Ensaio Visual: <i>Humberto Capai</i>	70
Experiências de Aprendizagem em Natação para Crianças com Transtorno do Deficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH): <i>Aspectos Didáticos e Pedagógicos</i>	75
Monitoramento da Coleta Seletiva de Resíduos e Produção de Sabão no Instituto Verde Vida, Região do Rio Aribiri – Vila Velha-ES	89
Avaliação da Qualidade Orientada ao Usuário do Museu Capixaba do Negro: <i>Aplicação da Abordagem Teórico-Metodológica Servqual em um Espaço Museológico de Vitória-ES</i>	105
Perfil Socioeconômico de Agricultores Familiares do Município de Muniz Freire, Espírito Santo	119
Paisagismo e Sustentabilidade para a Promoção do Bem Estar da Comunidade	131

APRESENTAÇÃO

Novos tempos, pequenas mudanças, grandes aprendizados.

A Revista de Extensão Guará chega ao seu quinto número trazendo inovações em seu editorial e layout. Após quatro edições temáticas, na qual foram selecionados artigos específicos de cada área da extensão universitária, chegou o momento de inserirmos novos conceitos e mostrar a diversidade, grandeza e multidisciplinaridade, tão peculiar à extensão.

Foram selecionados artigos envolvendo ações de extensão que tratam das mais diversas temáticas como o Arte-educação como elo de interdisciplinaridade e ação de extensão, que traz a importância de se criar ambientes educacionais voltados para as crianças; ou o Cuidados de Saúde Bucal na Comunidade Escolar do Núcleo Educacional Fiore, que mesmo tratando ainda do ambiente escolar, vem mostrar a importância de ações de promoção à saúde nessas comunidades.

Outro artigo que tratou do ambiente escolar infantil é o Desafios da Gestão de um Centro de Educação Infantil Universitário, no qual relata as dificuldades enfrentadas no dia a dia de uma unidade de educação infantil dentro da universidade.

Ainda na dinâmica de ações extensionistas que envolvem o público infantil, o artigo Experiências de Aprendizagem em Natação para Crianças com Transtorno do Deficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH): Aspectos Didáticos e Pedagógicos mostrou que oferecer experiências de aprendizagem desta prática, a crianças com TDAH, são positivas, tendo em vista que características como hiperatividade e a impulsividade são benéficas na realização de atividades desafiadoras.

Um ponto de destaque dessa edição é que abarcamos relatos de projetos de norte ao sul do país, demonstrando que a extensão acontece em toda a o território brasileiro e tem atingido as mais variadas comunidades. Temos o Educação Popular e Economia Solidária; A Formação de Empreendedores Sociais em Dom Pedrito, no Rio Grande do Sul, que vem descrever as ações do projeto voltado para a melhora da qualidade de vida de trabalhadores envolvidos em empreendimentos solidários.

No outro ponto do Brasil, em Feira de Santana, um projeto é voltado para a formação continuada de professores do campo, conforme relata o artigo Formação de professores, educação contextualizada e extensão universitária: A Experiência do Programa CAT.

Você ainda poderá conhecer sobre o Monitoramento da Coleta Seletiva de Resíduos e Produção de Sabão no Instituto Verde Vida, Região do Rio Aribiri – Vila Velha-ES, a Avaliação da Qualidade Orientada ao Usuário do Museu Capixaba do Negro: Aplicação da Abordagem Teórica Metodológica Servqual em um Espaço Museológico de Vitória-ES, e o Paisagismo e Sustentabilidade para a Promoção do Bem Estar da Comunidade.

Esperamos que você aprecie sem moderação nossa revista! Que se deslumbre com as belíssimas fotos do ensaio visual do fotógrafo Humberto Capai e que conheça e se envolva com projetos tão interessantes e diversos da nossa Extensão Universitária.

Boa Leitura!

Paola Primo

Publicitária e Mestra em Gestão Pública

Arte-educação como elo de interdisciplinaridade e ação de extensão

Art Education as Interdisciplinary Link and Extension Action



Resumo

Uma ação extensionista foi realizada em uma escola municipal por universitários para estimular as crianças a propor um ambiente escolar a partir de sua imaginação. O desenvolvimento ocorreu através de palestras, desenhos, maquetes e confecção de peças ornamentais com material reciclado. Os resultados apontaram o interesse dos alunos por um espaço escolar adequado às suas idades e necessidades.

Palavras-chave: Ambiente Escolar; Multidisciplinar; Atividades Artísticas.

Abstract

An extension action was taken in a public school for students to stimulate children to come up with environment from your school imagination. The development took place through lectures, drawings, models and production of ornamental pieces with recycled materials. The results showed students interested by an adequate school space their ages and needs.

Keywords: School Environment; Multidisciplinary; Artistic Activities.

Nara Rejane Zamberlan dos Santos¹
Amanda Machado²
Elaine Batista Cordeiro³

¹Doutora em Engenharia Florestal. Prof. Associada Universidade Federal do Pampa campus São Gabriel. narazamberlan@gmail.com;

²Acadêmica do Curso de Engenharia Florestal. Universidade Federal do Pampa campus São Gabriel. aolmachado@gmail.com;

³Acadêmica do Curso de Engenharia Florestal. Universidade Federal do Pampa campus São Gabriel. c.batistaelaine@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O atual descaso com a educação brasileira nos retrata um quadro de escolas desprovidas de qualidade construtiva e conforto ambiental. A criação e a presença de escolas remetem a uma simples construção de um prédio composto de mobiliário simples, sem adaptações às diferentes necessidades dos alunos e com um reduzido quadro de servidores que terão de dar conta da educação e formação destas crianças.

Mas onde estão os espaços de convivência social, das brincadeiras, da contemplação e do lazer, atributos essenciais para a formação destes jovens, amanhã cidadãos providos de responsabilidades e multiplicadores de saberes e deveres?

Para Fernandes; Elali (2008),

a escola é, portanto, um espaço de desenvolvimento e aprendizagem e, para que isto ocorra, é preciso que a criança não se sinta limitada, nem por barreiras espaciais nem por restrições da equipe pedagógica, ao mesmo tempo em que aprende a lidar com regras e normas, outra exigência da vida em sociedade
(FERNANDES; ELALI, 2008, p.42)..

No âmbito da escola, é onde as crianças se consolidam em termos de educação, mas também é onde estes atores sociais desenvolvem imagens, signos e conceitos em seu imaginário, pois segundo Brasil (1996, p.01), em sua Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, convivência humana, trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, movimentos sociais e organizações da sociedade civil e manifestações culturais.

Hoje, é lamentável o estado físico das escolas e o total abandono das áreas de recreação. Segundo Ulrich (1993), resultados de pesquisas nas áreas das ciências cognitivas sugerem a hipótese plausível de que a exposição a ambientes naturais aumenta a criatividade e a organização funcional cognitiva em geral.

Porém, o que mais vemos são escolas sem locais para práticas esportivas, recreação infantil, áreas de convivência que denominamos pátios escolares, embora na visão de Fredrizzi (2006):

o interesse pelos pátios escolares tem aumentado devido a dois fatores: primeiro, o espaço para as crianças brincarem vem diminuindo, consideravelmente, em função do crescimento da criminalidade, do tráfego de veículos nas ruas e pelo fato das crianças estarem mais atarefadas com atividades que as mantêm dentro de instituições; segundo, há o interesse em favorecer o conhecimento ecológico, promovendo a interação das crianças com o espaço aberto (FREDRIZZI, 2006, p.97).

Daí a necessidade de proposição de atividades, além das pedagógicas formais, que incluam as manifestações artísticas, culturais e espaços para brincadeiras e interação, pois conforme relatado por Amorim (2005), a criança desde pequena sofre influência da cultura de seu meio, mesmo havendo autonomia na exploração e no fazer artístico; suas produções revelam a época (histórica), o local em que vive e as oportunidades de aprendizagem pelas interpretações que realiza, assim, para a autora, a arte é a linguagem da alma, traduzindo o que, em certas ocasiões, as palavras não dão conta de significar.

O brincar é uma atividade lúdica que, embora fundamental em qualquer idade, se faz necessário na idade entre três e sete anos, pois as brincadeiras são modos utilizados para descobrir e experimentar o mundo que as cerca, além de se organizar e se socializar (MORAES e CARVALHO, 1987).

Dessa forma, a interdisciplinaridade proposta no ensino aprendizagem nas escolas pode lançar mão da arte como linguagem comum, pois conforme Brasil (1997), a arte está num conjunto de saberes, fazendo a criança criar e possibilitando-a desenvolver seu conhecimento, associando-o com o global e demonstrando sua época e possibilitando um registro de forma significativa.

Diante deste quadro de falta de atenção ao assunto e das dificuldades de manutenção, o objetivo da presente ação foi desenvolver atividades junto a alunos de uma escola municipal no intuito de desvendar suas percepções sobre o pátios e a proposição de suas ideias a respeito da elaboração de um projeto específico para o local.

A ideia norteadora foi estimular a integração da universidade com a educação básica através de ações de cooperação, objetivando-se inovar algumas práticas pedagógicas com o uso de novas metodologias e, assim buscar a elevação da qualidade de ensino e de permanência em uma escola pública.

A ação se justifica pela busca do aprendizado coletivo, usando meios como palestras, desenhos e maquete como recurso didático, de modo que as crianças percebam a importância do meio ambiente, da reciclagem e da criação de uma consciência individual e coletiva sobre os ambientes de convivência.

METODOLOGIA

O projeto foi desenvolvido em uma escola no município de São Gabriel, Rio Grande do Sul, envolvendo turmas da 3ª e 4ª séries, num total de 29 alunos.

Quanto ao espaço, a escola possui uma área frontal, praticamente desprovida de vegetação, sendo o local dos alunos maiores permanecerem durante o recreio e onde ocorrem as atividades cívicas devido à presença de mastros para recepcionar as bandeiras. Em uma das laterais existe uma praça de brinquedos, com avarias (falta de correntes nos balanços, pinturas desgastadas, ausência de areia para dar fixação aos equipamentos e amenizar possíveis quedas) e na outra lateral há um espaço destinado a uma quadra esportiva que há anos tem sido reivindicada às autoridades competentes. Ao fundo, o espaço é destinado à realização de atividades com outras propostas de extensão e também serve como pátio escolar. O local é mais sombreado.

do devido à presença de árvores frondosas no lote lindeiro e significa o único espaço com a presença, embora alheia à área, de vegetação.

Conforme Fedrizzi, Tomazini e Cardoso (2003) os pátios escolares podem ser classificados, sendo denominados de Classe I - pátio com boa vegetação; Classe II - pátio com relativa vegetação (ou vegetação regular); Classe III - pátio com vegetação ruim; e Classe IV - pátio árido ou sem vegetação.

No caso da escola trabalhada encontramos um pátio que se enquadra na Classe III, isto é, não possui uma boa vegetação.

Para o desenvolvimento das atividades propostas e em função da disponibilidade da carga horária dos alunos, as ações foram divididas em cinco momentos:

1. Palestras a respeito da importância da vegetação, da recreação e do reaproveitamento de materiais;
2. Expressão por meio de desenhos dos alunos, sobre seu imaginário a respeito de pátios escolares;
3. Análise dos desenhos para verificar as preferências coletivas;
4. Elaboração coletiva de uma maquete como recurso didático com as propostas da turma; e
5. Confecção de utensílios com materiais recicláveis para compor o pátio proposto.

RESULTADOS

Baseado nas condições da escola, com a falta de espaços específicos para recreação, convivência e com uma proposta de interdisciplinaridade com ênfase nas manifestações artísticas, foi realizada a ação de extensão envolvendo alunos universitários do Curso de Engenharia Florestal da Universidade Federal do Pampa, campus São Gabriel.

Palestras

Estas atividades tiveram como eixos principais a importância da vegetação, dos pátios escolares e da reciclagem de materiais que poderão compor espaços de convivência.

Quanto à vegetação, foi mostrado os diferentes grupos vegetais e a sua importância: as herbáceas para o revestimento do solo, evitando que tanto a correria das crianças como o impacto das gotas de chuva e da ação do vento provoquem efeitos erosivos que irão expor o solo, diminuindo sua fertilidade e compactando a sua camada superficial; os arbustos, de porte médio a pequeno que são responsáveis pelo maior fechamento das áreas, mas contribuem, em sua maioria com floradas expressivas; e as árvores, cuja contribuição se faz sentir na atenuação da temperatura, no aumento da umidade relativa, na formação de áreas sombreadas, além dos processos fisiológicos que resultam na liberação do oxigênio que nos permite respirar.

Mesmo tendo sido transmitidos estes ensinamentos em sala de aula a ênfase foi para a percepção do vegetal como elemento vital aos seres vivos, da sua

presença como elo de integração com a natureza e as possibilidades de se formarem espaços vegetados em escolas.

O segundo tema abordado foram os pátios escolares, sua importância para a recreação e convívio nas horas de recreio ou em atividades didáticas. O fato é que as crianças trazem a ideia do ambiente vivido e, por consequência, não se dão conta das múltiplas possibilidades que a escola poderia oferecer. Por sua vez, a própria família não tem esta percepção e aos professores, assoberbados com seus conteúdos, não lhes é possível um tempo livre para propor ações neste sentido.

O último tema da palestra versou a respeito da reciclagem com resíduos gerados no cotidiano como as garrafas pet, pneus, caixas de leite, entre outras. Foram apresentadas imagens de outras experiências realizadas com esta temática, em que estes materiais transformaram-se em vasos, floreiras e bancos em ambientes escolares. Houve uma boa interação por parte dos alunos pois o assunto suscitou interesse entre eles, pois não lhes haviam até então proporcionado discutir sobre seus gostos, preferências e espaços possíveis no âmbito da escola.

Desenhos

Após as palestras foram entregues aos alunos folhas em branco, para que eles pudessem expressar através de desenhos o pátio que imaginavam para sua escola. Foi delimitada uma área a qual serviria de suporte às diferentes manifestações.

Embora com a singeleza dos traços, observou-se que utilizaram todo o espaço “disponível” para a possível criação do “seu” pátio.

Para Sans (2001) a criatividade deve ser considerada como parte essencial do homem; ela proporciona equilíbrio à vida, auxílio em seu cotidiano e nas resoluções de problemas e desta forma tornando-o um ser mais criativo, além disso ele considera que a arte deve ser inserida na educação como forma de estimular o pensamento criador, para que a imaginação da criança e seu intelecto não se separem.

Análise dos desenhos

A apreciação dos mesmos demonstrou a carência de locais específicos para esta convivência e a ideia de composição que as crianças apresentam.

Houve quase uma unanimidade sobre a necessidade de árvores frutíferas nativas, árvores com flores, bancos, vasos floridos, presença de objetos reciclados e de grama.

Fedrizzi (2006) comenta que em pátios pequenos é importante eleger as reais e principais demandas da comunidade, pois existe a falta de espaço. A organização espacial deve, ao máximo possível, diminuir e controlar a correria e as áreas devem ter múltiplos usos; a vegetação deve ser protegida dos usuários.

Uma das espécies vegetais mais enfatizadas pelos alunos nas diferentes fases do trabalho foi o ipê amarelo, certamente pela sua florada expressiva e pelo fato de ser mencionado como um símbolo nacional.

Elaboração de maquete

A elaboração da maquete representou neste processo não somente uma alternativa de procedimento didático para a representação do imaginário coletivo. A representação tridimensional tornou possível a representação da paisagem escolar de forma integrada entre concreto e abstrato, entre sonho e realidade.

Após as palestras, elaboração dos desenhos e discussões com análise das preferências individuais que geraram uma contribuição coletiva, a maquete representou o meio didático de expressão do espaço vivido, percebido e concebido.

A representação por meio da maquete norteará a busca (através de doações e em alguns casos de compra) dos materiais que comporão o espaço, caso haja a sensibilização dos dirigentes e dos pais, pela necessidade da incorporação da paisagem natural e lúdica em complemento à construída. O objetivo da mesma, entre outros, foi levar o aluno a visualizar o futuro espaço e a se somar na busca da concretização desta meta, pois conforme Souza (2007), a manipulação de materiais concretos faz com que o aluno envolva-se, fisicamente, em uma situação de aprendizagem ativa.

A maquete produzida pelas crianças apresentou cercamento feito com palitos e cordões, árvores frutíferas com o uso de galhinhos secos onde foram colocadas folhas, flores e frutos de papel; tampinhas de garrafas constituíram vasos com flores representadas por tecidos reciclados e o verde da grama de papel foi vasado para a colocação de fatias de rolhas que representavam não somente um caminho, mas também serviriam para o jogo da “amarelinha” que consiste em marcações no solo onde a criança joga uma pedrinha nas casas e sem perder o equilíbrio deverá atingir o “céu”.

Bancos foram previstos para o descanso e acompanhamento das brincadeiras, além dos materiais recicláveis que darão o acabamento.

Para Amorim (2005, p.36):

As crianças passam a utilizar papéis de diferentes tamanhos e formas, lixas, tecidos, partes de caixas, isopor e plástico. Os papéis oferecem inúmeras possibilidades: rasgados, picados, amassados, recortados, amarrados, colados, desenhados. Como não há limites para a imaginação de uma criança quando lhe são oferecidas experiências diferenciadas (...) (AMORIM, 2005, p.36).

Observou-se que mesmo sendo o primeiro trabalho, desta natureza, desenvolvido pelas crianças as mesmas apresentavam noções de espacialidade, localizando os demais espaços da escola e correlacionando as áreas ocupadas (construídas ou propostas).

Para Almeida (2004), as relações espaciais topológicas elementares são as primeiras relações que a criança estabelece para a sua percepção espacial, como de vizinhança (o que está ao lado), de separação (fronteiras e limites), de ordem (antes e depois) de envolvimento (em torno de) e continuidade (o espaço forma o todo).

O desenvolvimento pessoal e a sensibilização das crianças por vezes encontram barreiras, fruto de de sua própria cultura e vivência, como a distinção que se impunha entre atividades dos meninos (construção das áreas esportivas) e das

meninas (preencher os vasinhos com flores). A confecção das árvores e a preparação do material para caracterizar as áreas gramadas, por terem sido, previamente, trabalhadas com a turma com o uso de imagens, relatos e informações sobre a sua importância no ambiente, foram tratados com naturalidade, sem distinções, demonstrando que os assuntos à medida em que são apresentados e discutidos não geram discriminações ou posses.

A construção dessa atividade demonstrou que o trabalhar em grupo gera novas relações dos alunos diante de seus colegas, ora de cooperação e por vezes de disputa, o que leva a procedimentos paralelos com a classe, fazendo-os perceber as semelhanças e as diferenças para que possam desenvolver suas habilidades com autonomia, imaginação e respeito, sabendo emitir opiniões e receber críticas.

A maquete permaneceu em exposição para os demais alunos da escola e, principalmente, para os pais que deveriam se apropriar das ideias das crianças no intuito de iniciar a construção de uma área ajardinada para realização de atividades inerentes aos conteúdos ministrados e como opção de lazer e recreação.

Confecção de utensílios com materiais recicláveis

A partir de modelos mostrados aos alunos e da coleta de materiais, foram confeccionados alguns utensílios que servirão de elementos ornamentais do jardim.

O uso do material alternativo, caracterizado como sucata no contexto das artes, pode ser reaproveitado com criatividade na construção de jogos, brinquedos e materiais pedagógicos.

Este material, embora pareça sem valor, tem um alto potencial educativo e nas palavras de Machado (2010, p. 11) [...] a sucata, infinitamente rica e cuidadosamente tratada, pode ser usada como um simples jogo de criança ou como material intencional das aulas em diferentes espaços.

Segundo Kaufmann (2014, p.11), a criança, ao produzir estes brinquedos, também aprende a trabalhar e a transformar materiais, além de perceber que a sua imaginação não tem limites.

DISCUSSÃO

A realização de atividades de extensão envolvendo a Universidade e a comunidade externa expressa por escolares, professores e pais em torno de temas ambientais e sociais habilita os acadêmicos ao desenvolvimento de ações cidadãs, projeta seus conhecimentos de forma interdisciplinar e os prepara para a vida profissional.

Para as crianças foi a oportunidade de agregar conhecimentos através de novas estratégias pedagógicas com linguagem adequada, proporcionando a formação de uma consciência crítica alicerçada na construção conjunta e democrática.

A escola deve proporcionar aos alunos um ambiente saudável e acolhedor que possibilite descobertas, novas formas de aprendizagem e permita a livre expressão desenvolvendo as suas identidades, pois segundo Borges (2005) a escola nesta fase da vida acrescenta, depois da família, o primeiro campo de socialização destes atores.

A experiência vivida e partilhada com os pais reflete a construção do sujeito através de atividades de cunho artístico, criativo e participativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação aqui relatada aponta não somente a intervenção extensionista da universidade em uma escola, com a promoção da identificação dos desejos das crianças com um local que seja “só seu”, mas também buscou promover a interdisciplinaridade, os conceitos de sustentabilidade e, principalmente, o fazer coletivo.

Os pátios escolares, como todo o ambiente escolar de convivência social, devem ser planejados para que atendam aos interesses e às necessidades de seus usuários, com especificidades referentes às suas idades. Tais espaços devem ser mantidos envolvendo os alunos para que deles se apropriem, pois não se ama ou se respeita o que não se conhece.

O sentido de pertencimento, de criação de “lugares”, de identificação individual no processo coletivo conduz o aluno a se sentir acolhido, parte daquela proposta, e a se identificar como sujeito.

Conclui-se então que há necessidade de se rever as práticas pedagógicas, de modo a explorar e experimentar novas técnicas, usar novos materiais e obter novas respostas.

O projeto não se finaliza com estas ações, ao contrário se renova, pois este foi uma experiência piloto, com resultados positivos. Novos alunos virão, novos pátios deverão ser criados, maior a necessidade lúdica destas crianças devido à falta de espaços em seus lares e cada vez é maior a necessidade de se estimular a visão crítica, a imaginação e a observação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. P.; ZACHARIAS, A. A. A leitura da nova proposta do relevo brasileiro através da construção de maquete: o aluno do ensino fundamental e suas dificuldades. Estudos Geográficos, Rio Claro, Ano II, n.1., janeiro/junho 2004, p.53-73.

AMORIM, E. Expressão artística. In: UNESCO, Banco Mundial, Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho. A Criança Descobrendo, Interpretando e Agindo sobre o Mundo. Brasília: UNESCO, Banco Mundial, Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, 2005.136 p. (Série Fundo do Milênio para a Primeira Infância. Cadernos Pedagógicos; 2). p. 19 – 42.

BORGES, S. A escola como parceiro-sintoma. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php.view/1315/1358>>. Acesso em: 10 maio 2012.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf> Acesso:10 setembro 2015.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte. Brasília: MEC/SEF, 1997.

FREDRIZZI, B.; TOMASINI, S. L.; CARDOSO, L. M. A vegetação no pátio escolar: um estudo para condições das escolas municipais de Porto Alegre – RS. In: III ENECS – Encontro Nacional sobre edificações e comunidades sustentáveis. São Carlos, SP, 2003. Disponível em: <http://www.elecs2013.ufpr.br/wp-content/uploads/anais/2003/2003>. Acesso em: 20 janeiro 2015.

FREDRIZZI, B. Subsídios para projetos de pátios escolares públicos em Porto Alegre. ArqTexto. n. 8. 2006. p. 96-101.

FERNANDES, O. de S.; ELALI, G. A. Reflexões sobre o comportamento infantil em um pátio escolar: O que aprendemos observando as atividades das crianças. Paidéia, v.18, n.39, 2008, p.41-52.

KAUFMANN, C. A arte-educação contribuindo para a educação ambiental mediante a utilização de materiais alternativos/sucata no processo pedagógico. Unoesc & Ciência – ACHS, Joaçaba, v. 5, n. 1, p. 7-16, jan./jun. 2014.

MACHADO, M. M. O brinquedo-sucata e a criança: a importância do brincar – atividades e materiais. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

SANS, P. de T. C. Pedagogia do Desenho Infantil. São Paulo: Átomo, 2001.

SOUZA, S. E. de. O uso de recursos didáticos no ensino escolar. Disponível em: <http://www.mudi.uem.br/arqmudi/volume_11/suplemento_02/artigos/019.pdf> Acesso: 08 junho 2015.

ULRICH, R. S. Biophilia, Biophobia and Natural Landscapes. In: S. R. Kellert & E. O. Wilson (Eds). The Biophilia Hypothesis. Island Press. Shearwater Books. Washington DC, 1993.

Cuidados de Saúde Bucal na Comunidade Escolar do Núcleo Educacional Fiore

Oral Health Care in the Núcleo Educacional Fiore Community



Resumo

A Promoção de Saúde engloba esforços planejados para construir políticas públicas favoráveis, fortalecer a ação comunitária e desenvolver habilidades pessoais e coletivas com finalidade de preservar e manter a saúde. O Núcleo Educacional Fiore - NEF, escola municipal na periferia de Benevides-PA, é um destes espaços que no cenário amazônico apresentam necessidades acumuladas de atenção à saúde devido à deficiência das políticas públicas. O objetivo deste estudo foi promover ações de caráter educativo e preventivo sobre saúde bucal direcionadas às principais carências da comunidade escolar. Foram atendidos diretamente 192 escolares, através de atividades como palestras e oficinas com enfoque preventivo, precedidas de levantamento epidemiológico de cárie, além de escovação supervisionada, instruções de uso de fio dental e aplicação tópica de flúor. Estas ações contribuíram para melhor compreensão de fatores de riscos em relação aos principais agravos à saúde bucal. Também foi realizado Tratamento Restaurador Atraumático – TRA nas crianças que possuíam cáries e com indicação deste procedimento. A realização de atividades de extensão, como as desenvolvidas no NEF, contribuem de maneira importante para a atenção em saúde bucal sob o paradigma de Promoção de Saúde como também constituem oportunidade de formação de estudantes numa perspectiva de cuidados que reconheça os determinantes de adoecimento que atingem o indivíduo e a comunidade em seu particular contexto. Palavras Chave: Saúde Bucal. Educação. Prevenção. Relato de Experiência

Aline Santiago Leão de Sales¹
Rayssa Martins¹
Tamiris Faro Casseb¹
Aluísio Ferreira Celestino Júnior²
Jordana Aimée Braz Alexandre

¹Acadêmica de Odontologia do Centro Universitário do Pará;

²Doutor em Agentes Infecciosos e Parasitários, docente do Centro Universitário do Pará; Endereço para correspondência: Av. Governador José Malcher, 163/305 - A Bairro: Nazaré, Belém-Pará, CEP: 66035-065 -e-mail: celestinojr@yahoo.com.br – fone (91) 3224-3346.

Abstract

The aim of this paper was to describe the educational and preventive actions on oral health carried out in the school community in the city of Benevides in Para State, Brazil. Directly they were met 196 children. Lectures were held, workshops, games interatives, group dynamics, design and figures for reading and coloring. Also it was conducted epidemiological survey of caries in addition to brushing orientation of the teeth, flossing instruction and topical fluoride application; these actions contributed to better understanding of risk factors and illness on the main diseases of mouth. Atraumatic Restorative Treatment-ART were performed in children who had cavities. Conducting outreach activities carried out school contribute significantly to dental care from the perspective of prevention but also as a learning opportunity to dental students.

Keywords: Oral Health. Education. Prevention. Experience Report.

INTRODUÇÃO

Apesar dos avanços verificados, no perfil epidemiológico de saúde bucal no Brasil e observados através do último levantamento de base nacional em 2010, há muitos desafios a serem superados em relação aos principais agravos à saúde bucal do brasileiro, principalmente na região amazônica (BRASIL, 2010).

Em relação à cárie dental, a melhora em termos gerais no país foi significativa ao longo dos últimos dez anos (BRASIL, 2004; 2010), porém na região norte isso não foi verificado, exibindo grandes discrepâncias entre a população.

Segundo vários autores, esta é uma enfermidade que guarda forte influência do status socioeconômico, por isso observa-se maior morbidade nas áreas periféricas das grandes cidades e no interior. Isto ocorre, geralmente, em locais onde as condições estruturais favorecem uma maior exposição aos fatores de risco de adoecimento (BRIZON et al, 2014).

É num contexto de precarização que vive grande parte da população suburbana da região metropolitana de Belém. Esta região é formada por cinco municípios, quais sejam: Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba e Santa Bárbara.

Nestes municípios, a assistência à saúde é feita predominantemente através da Estratégia Saúde da Família, que nestas áreas apresenta baixa cobertura assistencial. A saúde bucal também se encontra em situação semelhante. Por esta razão, ações complementares voltadas, principalmente, para uma visão de promoção de saúde, têm grande importância nestes contextos (KRIEGER, 2003).

Considerando este fato, os autores deste estudo desenvolveram um projeto de extensão universitária com a proposta de implementar ações de caráter educativo e preventivo voltados para saúde bucal de um grupo de escolares do ensino fundamental do Núcleo Educacional Fiore-NEF na cidade de Benevides. Através destas ações objetivou-se contribuir com uma melhor compreensão de fatores de riscos e adoecimento em relação aos principais agravos da saúde bucal destes escolares. Isto foi mediado por práticas de educação em saúde e intervenções de caráter preventivo (MALTZ, 2000) voltadas principalmente, para a prevenção da cárie e de doenças periodontais.

MÉTODO

Este é um relato de experiência com base em análise bibliográfica e nas atividades desenvolvidas. Segundo a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS, 2015), Relato de Experiência é um tipo de fonte de informação dedicada à coleta de depoimentos e registro de situações e casos relevantes que ocorreram durante a implementação de um programa, projeto ou em uma dada situação problema. Foi desenvolvido através de Projeto de Extensão do Centro Universitário do Pará-CESUPA e realizado com escolares do Núcleo Educacional Fiore-NEF.

O Núcleo Educacional Fiore é uma escola de ensino fundamental que atende crianças do primeiro ao quinto ano e está localizada no município de Benevides, região metropolitana de Belém, Estado do Pará, a 31 km da capital paraense, dentro dos limites da Mariápolis Glória, expressão do Movimento dos Focolares. Trata-se de

um movimento religioso de inspiração cristã fundado em 1943, em Trento na Itália, por Chiara Lubich. É um movimento que está presente em vários países do mundo. No Estado do Pará tem sua sede localizada na Rua Visconde de Pirajá, 186 Maguari – Benevides/PA, onde desenvolve várias atividades de cunho social dentre as quais aquelas ligadas ao Núcleo Educacional Fiore.

A escola possui oito salas de aula de ensino regular, anfiteatro para atividades educativas, além de escovódromo. Possui água encanada e luz elétrica, caixa de som com microfone e projetor multimídia com computador, que foram disponibilizados aos autores para as diferentes atividades. Além dos cômodos mencionados, a escola dispõe de biblioteca, salas de administração, área de lazer, sala de arte e pátio parcialmente coberto.

O Núcleo Educacional Fiore atua em dois turnos (manhã e tarde) com ensino regular como escola da rede municipal de Benevides. Possui 320 alunos, porém as atividades desenvolvidas pelo projeto de Extensão foram restritas ao turno matutino, perfazendo um total de 192 crianças, distribuídas em turmas entre 6 e 11 anos de idade. Este turno foi escolhido devido à disponibilidade dos autores, restrita a este período.

Para participar das atividades (critérios de inclusão), por se tratar de uma comunidade escolar pequena, foram desenvolvidas ações com todos os alunos matriculados no turno da manhã, autorizados por seus pais e que concordaram em participar. Foi estabelecido previamente que não participariam das atividades (critérios de exclusão) quaisquer pessoas que estivessem em situação que impedisse ou limitasse sua participação, entretanto, não houve nenhum caso que justificasse a não participação. A comunidade escolar possui seis crianças com Síndrome de Down ou outras síndromes limitantes do desenvolvimento cognitivo, porém nenhuma delas deixou de participar das atividades programadas.

PROCEDIMENTOS

As ações desenvolvidas pelos autores foram direcionadas às principais doenças bucais identificadas na comunidade. Previamente, foi realizado levantamento epidemiológico de cárie (CPO/ceo), com luz natural, auxiliado por espátula de madeira em todas as crianças. Este levantamento permitiu melhor direcionamento das ações subsequentes, como o Tratamento Restaurador Atraumático-TRA. Este levantamento seguiu a orientação geral adotada pelo SB-BRASIL (BRASIL, 2010). Estes dados exploratórios foram restritos apenas à cárie.

Oficinas de Educação em Saúde

Foram utilizados recursos audiovisuais como macromodelos, macroescovas, projetor multimídia, filmes, cartazes, caça-palavra, jogos, desenho e pintura. Os materiais confeccionados para colorir tinham motivação de saúde bucal, jogo de trilha, palavras cruzadas, “labirinto”, jogo da memória como tecnologias de educação em saúde, valorizando o lúdico nas ações. Para maior incentivo das crianças lhes foram doados brindes e jogos.

Estas oficinas foram realizadas com cada uma das turmas, de acordo com faixa etária, e também com seus responsáveis em momento e abordagem distintos.

Ações de proteção específica acerca das principais doenças bucais

Cada criança ou adolescente da comunidade escolar foi examinado clinicamente e recebeu um kit contendo escova, fio dental e creme dental. A aplicação de flúor foi realizada com Fluoreto de Sódio a 1,23% (gel acidulado). Casos que requeriam uma atenção diferenciada (urgente ou complexa) foram orientados pela equipe para sua solução conforme pertinência (encaminhamento à unidade de saúde próxima). Nenhum caso se configurou como urgência durante a presença dos autores nos diferentes momentos de desenvolvimento das tarefas, mas alguns deles se enquadravam como necessidades mais complexas.

Identificação da prevalência de cárie e necessidade de tratamento

Com impressos adequados e uso de kits clínicos, para registro e coleta de dados, foi realizado o levantamento dos índices CPO-D e ceo-d. Este levantamento foi realizado em crianças de todas as idades, porém não teve caráter de pesquisa epidemiológica, nem geração de dados para futuras inferências generalizantes mas para diagnóstico e posterior intervenção de acordo com os níveis de prevenção adequados e a capacidade de intervenção da equipe em campo.

Tratamento Restaurador Atraumático-ART

Em situações de cáries sem comprometimento pulpar foi realizado selamento terapêutico com cimento de ionômero de vidro (CIV). Foi feita a remoção superficial de tecido cariado amolecido com escavadores estéreis e feita a inserção de material adesivo e liberador de flúor (cimento de ionômero de vidro autopolimerizável) sob isolamento relativo. Este procedimento foi realizado em local reservado: sala de apoio e consultório odontológico disponível em área contígua à escola cedido pelo “Projeto Acolhida”, que é outra expressão do Movimento dos Focolares funcionando ao lado do prédio da escola.

Escovação Orientada

Foram realizadas escovações supervisionadas com orientação individual sobre situações de risco e proteção em relação às principais doenças bucais, além de aplicações tópicas de flúor em moldeiras descartáveis. Todas as crianças receberam orientações individuais e coletivas realizadas em oficinas educativas.

Aspectos éticos

O trabalho desenvolvido na comunidade foi estritamente orientado por bases científicas já estabelecidas, ou seja, tratou-se de uma atividade extensionista, isto é, baseada no conhecimento já consolidado da ciência. As informações coletadas foram utilizadas exclusivamente para fins de elaboração do presente trabalho, consistindo em dados exploratórios para que fossem desenvolvidas ações com

maior efetividade sobre as evidências reais apresentadas. Todos os procedimentos realizados tiveram autorização formal da direção da escola e dos pais ou responsáveis.

Tabela 01: Número de participantes nas diferentes atividades desenvolvidas no NEF, 2015.

ATIVIDADE	NÚMERO DE CRIANÇAS
Oficina de Educação em Saúde	192
Escovação Supervisionada	192
Aplicação tópica de flúor 1,23%	192
Exame Clínico	192
Tratamento Restaurador Atraumático	96

Fonte: Autores

A oficina de Educação em Saúde desenvolvida com pais e responsáveis contou com a participação de 42 pessoas.

Tabela 02: Proporção de crianças livres de cárie (ceo-CPO=0) nas idades de 6 anos e 11 anos. Valores de "n" representam o número total de indivíduos avaliados na idade referida.

IDADE	N	%	ÍNDICE UTILIZADO
6 anos	14	21,4	ceo
11 anos	24	33,3	CPO

Fonte: Autores

Como pode ser observado na tabela 2, foram destacados os dois extremos etários (6 e 11 anos). Estas idades não são idades utilizadas como referências de comparação com outros grupos humanos, conforme é recomendado pela OMS (5 e 12 anos) devido estas idades não comporem o grupo de crianças do NEF.

Tabela 03: Média dos índices ceo e CPO segundo idade, NEF, 2015.

IDADE	ÍNDICE
6 anos	3,14 (ceo)
7 anos	1,75 (ceo)
8 anos	2,50 (ceo)
9 anos	1,55 (CPO)
10 anos	2,00 (CPO)
11 anos	2,00 (CPO)

Fonte: Autores

DISCUSSÃO

As Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN (BRASIL, 2002, p1.) preveem a formação do cirurgião dentista com base em um perfil de profissional generalista, humanista, crítico e reflexivo e que deve "atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com base no rigor técnico e científico". Parte desta formação deve estar voltada para o conhecimento da sociedade, de seus problemas gerais e aqueles que concorrem como determinantes da saúde bucal.

As atividades de campo permitem uma imersão no complexo meio onde as

relações de saúde e adoecimento em sua complexidade interagem. Apesar de neste estudo a comunidade escolar ser apenas um microcosmo desta realidade complexa, ela permite que estudantes possam identificar os fatores imbricados além dos limites biológicos do adoecer (ALMEIDA; ATHAYDE, 2016).

A comunidade escolhida fica em um bairro periférico de uma cidade periférica (Benevides), numa macrorregião periférica (Amazônia), de um país periférico. A geopolítica que contextualiza o homem amazônico em seu território interfere, em certo grau, com as enfermidades que têm influência a partir de determinantes sociopolíticos, econômicos e culturais como as que são possíveis verificar, em diversos casos, na própria saúde bucal.

Muitas comunidades ao redor de grandes cidades, em geral, pouco se apropriaram de seus direitos (saúde, educação, moradia, alimentação, segurança). Apesar de ser considerado como realidade periférica, este microcosmo, na figura das pessoas responsáveis por ele (Núcleo Educacional Fiore), parece reconhecer sua posição no cenário em que se encontra e se propõe diferente. O Núcleo Educacional Fiore surpreende em alguns aspectos.

Os autores deste estudo, no primeiro dia de visita já perceberam que era uma escola diferenciada, pelo cuidado com o ambiente, pela limpeza, pelo adequado destino do lixo, no cuidado com a água, com os cartazes de orientação aos seus alunos, com a supervisão atenta de professores, gestores e outros agentes da escola, pela acolhida aos visitantes e aos seus alunos. Antes do intervalo para merenda, por exemplo, os alunos fazem fila para lavar as mãos sem qualquer imperativo verbal como convite para lembrá-los da rotina que parece já muito bem estabelecida. Não há necessidade de um professor pedindo ou um supervisor apontando o caminho da lavagem das mãos. O mesmo ocorria após as refeições, os alunos dirigiam-se para lavar as mãos e escovar os dentes ao final.

A escola oferece almoço a seus alunos, com cardápio variado e semanalmente descrito na parede e disponível ao olhar de pais e alunos. Quando o óbvio se torna perplexidade, algo de estranho pode estar acontecendo no contexto geral. De fato, ainda é possível verificar, em várias escolas municipais e estaduais, no Pará, a falta de regularidade neste que é um dever essencial da escola, mas que insiste em manter-se como acessório no planejamento da gestão dos níveis centrais e por vezes na operacionalização da gestão local. Aluno alimentado tem melhor resposta aos estímulos da aprendizagem. Num contexto de extrema precarização, a escola é também refúgio para famílias que têm a sua subsistência alimentar limitada.

O NEF tem uma grande parceria com os responsáveis pelas crianças. A direção sempre conta a colaboração dos pais, nas reuniões que ocorrem quase mensalmente para relatar a vida acadêmica dos alunos. Para o projeto, foi realizada uma reunião na qual os acadêmicos fizeram apresentação de slides, abordando não só sobre a doença cárie, mas também outras patologias muito comuns, valorizando a educação em saúde e envolvendo a família para garantir a aplicação das práticas preventivas recomendada a seus filhos (GONTIJO, 2004). Outro tema abordado foi a adoção de condutas diante de acidentes relacionados à saúde bucal. Após o término

da palestra, a equipe abriu espaço para os pais fazerem perguntas. Cada responsável ganhou uma escova de dente como incentivo.

Embora o contexto da escola seja favorável para o desenvolvimento das atividades escolares e, paralelamente, das atividades propostas para sua saúde bucal, há outros fatores envolvidos.

A escola se situa em uma região onde há pobreza crônica, áreas de ocupação desordenada para moradias, níveis elevados de violência, enfim exclusão social, preocupantes com suas consequências. A comunidade de crianças do Fiore reside neste contexto e está exposta às consequências do meio em que vive (GOMES et al, 2015). Apesar dos padrões de educação da escola, o lugar ainda precisa de mais investimento do setor público para poder alcançar melhores resultados.

Quando os autores se defrontaram com as condições de saúde bucal identificadas nestas crianças, verificou-se o quanto ainda se tem a fazer. E não é difícil perceber que o aparato de um projeto de extensão apenas minimiza o abandono dessa pequena periferia, pontualmente, no tempo e no espaço. Os dados de ceo/CPO não permitem comparações com outras realidades com a precisão necessária como recomenda a OMS, por exemplo. De fato, este levantamento foi para conhecer este pequeno grupo e sobre ele intervir, não para inferências generalizantes de uma pesquisa epidemiológica clássica, tendo como fim, entretanto, conhecer para atuar melhor. Segundo Müller et al (2015) estudantes podem apresentar história de cárie, possivelmente atribuída à pouca exposição ao flúor, à baixa escolaridade de seus pais ou responsáveis e à pouca valorização da dentição decídua. Estas possibilidades devem ser consideradas nas crianças do NEF.

As atividades desenvolvidas ocorreram durante 4 meses, em visitas quinzenais e, apesar da limitação operacional, cada ação desenvolvida deveria ser um benefício no presente das crianças e para seu futuro. Atividades de educação em saúde devem ser agradáveis, esperadas por eles, desejadas. Devem mergulhar no imaginário misturadas a histórias do cotidiano e da criatividade fantástica, com jogos e brincadeiras, em atmosfera favorável ao conhecimento que deve sempre ser significativo para a vida dos pequenos. Assim foi. Isto porque para algumas crianças, a realidade de um cirurgião dentista era desconhecida, inexistente. Algumas crianças revelaram medo, que foi sendo superado através de conversas e incentivos com brindes em formato de dentinhos em material de E.V.A, além da contribuição voluntária de uma criança que se mostrou orgulhosa de ser examinada como exemplo, estimulando assim a vontade do colega de participar. A extensão dá esta possibilidade, pois se constitui etapa importante da produção e disseminação do conhecimento (SOUZA, 2015), mas com beleza, alegria, participação, acolhida.

Aplicar flúor e realizar Tratamento Restaurador Atraumático também fizeram parte do cuidado com o presente vulnerável de alguns, reflexo da exposição aos determinantes de adoecimento. Mas o importante, no entanto, é o olhar para frente, minimizar danos, estacionar a patogênese, sensibilizando-os para serem protagonistas destes cuidados, motivados por uma vida de saúde, não somente pela anatomia perfeita, pela estética ou pela função recuperada e mantida que já é muito.

A vida é bem maior que estes feitos. Nela há muito espaço para criatividade entre os acadêmicos e as crianças. Este potencial criativo precisa se transformar em produto criativo (LEITE; QUINHÕES, 2015) e partilhado.

Quando professores, monitores, pessoal de apoio e gestores acompanham as orientações dadas às crianças também têm oportunidade de revisitar sua necessidade de autocuidado. Daí a importância de participarem também (ARAÚJO et al, 2014). A educação em saúde precisa de capilaridade. Alguns destes educadores procuravam sanar suas dúvidas e buscavam aprender um meio de estimular mais aquelas crianças que ainda não tinham o hábito da escovação.

É interessante que futuros profissionais como os que realizaram estas intervenções, percebam que os problemas de saúde têm intercessão com outros setores da vida das pessoas. Perceber por exemplo, que o setor educacional torna-se frequentemente parceiro em direção ao mesmo objetivo, mas que mesmo sendo sinérgicas, suas ações não exaurem os problemas se as causas não forem atingidas. Muitas delas são estruturais, extrapolando, portanto estes dois setores.

Ao chamar pais, mães e responsáveis para uma conversa sobre a saúde bucal de seus filhos, foi possível perceber por suas perguntas e relatos, quantas lacunas ainda existem sobre a compreensão dos agravos a sua própria saúde bucal. Informação de qualidade é sempre importante partilhar, mas não é suficiente. Na educação das crianças não se deve minimizar a importância de pais e responsáveis (MARTINS et al, 2010). É importante que eles estejam disponíveis a seus filhos para todo o seu processo de educação. Parte desta educação tem relação com sua saúde. Isto extrapola o mundo da escola. A família é essencial.

Apesar da expressiva participação dos pais nas oficinas sobre saúde bucal, foi sentida a ausência de outros. Nesta oficina, foi possível identificar a falta de vínculo às unidades de saúde pública que poderiam prestar esta assistência, mas que não lhes dão respostas proporcionais às suas necessidades como indivíduos, como coletivo.

Confrontam-se, assim, dois cenários num mesmo contexto: educação e saúde, aparatos que caminhariam na mesma direção por vias diferentes, mas que estão dando respostas distintas em seu alcance. A educação do Fiore parece melhor que os serviços de saúde que assistem à comunidade.

Pinto (2013) fala que os problemas da odontologia não serão resolvidos apenas pela odontologia. Os determinantes de saúde e adoecimento estão em esferas e contextos maiores. Mas é preciso sempre estar atento quando é a minha responsabilidade e quando é a do sistema o qual se deseja transformar, qual é o meu papel dentro dele.

Os autores deste relato tem grande parte de sua formação profissional em clínicas integradas de uma faculdade distante a mais de 30 km do Fiore, uma das mais bem equipadas da capital paraense. Ao deixar o Fiore, mergulham no mundo acadêmico onde a fronteira do conhecimento é sempre desafiada, mas as referências da realidade como as do Fiore não podem ser esquecidas.

Há um desafio gigantesco fora desses muros e é por isso que a extensão existe. O acadêmico precisa conhecer este mundo onde acolher e humanizar são vias de dois sentidos. Quando alunos de odontologia desafiam o verão amazônico de

jaleco, gorro, luvas, máscaras, protetor ocular e todo seu conhecimento para fazer diversos exames clínicos, flúor, TRAs, etc., constroem uma ponte entre estas realidades que em momento algum são dicotômicas.

Quando mergulham na periferia do mundo, sua criatividade é aguçada, cobrada, pois é um mundo que pede respostas e que nem sempre estão em suas mãos. Na contingência da escassez, utilizam-se dos recursos disponíveis, limitados, mas que lhes darão uma sensação de terem feito o melhor dentro do que lhes era permitido, eticamente.

Benevides é um lugar de flores, cidade que tem parte de sua economia na produção e comércio de flores. Sua pequena produção é comercializada com os grandes centros, não é para todos. O Fiore é uma alternativa de promoção humana. É pequeno também, cercado por um contexto de grande exclusão, mas com suas ações contribui para dar mais vida a periferia de Benevides assim como também contribuiu para formar alguns alunos de odontologia de uma faculdade no centro de Belém, na Amazônia, periferia do mundo e que também caminha para superar a distância entre realidades como as que parecem ser tão diferentes, mas que são apenas parte de um todo complexo, precisando de cuidados.

CONCLUSÕES

Ações de promoção de saúde e proteção específica, como as realizadas na comunidade escolar Fiore, conseguem dirimir alguns problemas de saúde bucal. Dentre eles alguns relacionados à falta de informação sobre causas, consequências, fatores de risco, proteção e cuidados preventivos e terapêuticos. Embora possíveis lacunas tenham sido sanadas, em geral, medidas isoladas nem sempre têm o impacto desejado ao longo do tempo, ou seja, sem reforço não são sempre duradouros. Mesmo temporários, não deixam de se constituírem avanços que se direcionam à solução do problema. Por outro lado, ações restauradoras associadas a medidas profiláticas como as realizadas concorrem muito positivamente para dirimir um problema grave que repercutiria adiante nas crianças, como o edentulismo. Estacionar a cárie com flúor, ART ou outras medidas preventivas é também dirimir problemas que poderiam repercutir em absenteísmo escolar. Mais do que isso, o conjunto de ações desenvolvidas serviram para sensibilizar toda a comunidade escolar como crianças, gestores, colaboradores, pais e responsáveis. Embora nem todos os determinantes de adoecimento bucal estejam contemplados nesta esfera e nestas pessoas, sobre elas têm interferência e em algum nível de atenção podem ser atacados. Responsabilizá-los por seu autocuidado é parte da mudança frente ao problema.

Para estudantes de Odontologia, a experiência com o Fiore é apenas uma parte da sua grande formação, o que permite um olhar menos centrado no problema uniaxial como por muito tempo se concebeu na ciência. A cárie, já conhecida como multifatorial, tem na experiência extensionista do Fiore uma dimensão mais humana que remete à responsabilidade com as pessoas e com as estruturas onde muitas delas necessitarão de pequenas e grandes transformações.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A.R.; ATHAYDE, F.T.S.** Promoção da saúde, qualidade de vida e iniquidade em saúde: reflexões para a saúde pública. *Actas de saúde colet*, Brasília, 9(2), 165-172, jun, 2015.
- ARAUJO, P.C.; GARBIN, C.A.S.; MOIMAZ, S.A.S.; GARBIN, A.J.I.; ARCIERI, R.M.** Análise comparativa do conhecimento de professores do ensino infantil sobre saúde bucal *Rev Odontol UNESP*; v.43, n. Especial, 2014.
- BRASIL - SB BRASIL.** Condições de Saúde Bucal da População Brasileira 2002-2003 – resultados principais, Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- BRASIL - SB BRASIL.** Condições de Saúde Bucal da População Brasileira 2010 – resultados principais. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
- BRASIL - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.** Resolução CNE/CES 3, de 19 de fevereiro de 2002. Brasília: Ministério da Educação, 2002.
- BRIZON, V.C.; MELO, R.R.; ZARZAR, P.M. GOMES, V.E.; OLIVEIRA, A.C.B.** Indicadores socioeconômicos associados à cárie dentária: uma revisão crítica. *Rev Unimont Cientif*, v. 16, n.1 - jan./jun. 2014.
- FERNANDES, K. J. S. S.; CLARO, M.L. FIRMEZA, S.N.R.M; ANDRADE, C.D.; SOUSA, A.F.; SILVA, A.R.V.** Relato de experiência: vivências de extensão na comunidade. *Rev. Ciênc. Ext.v.12, n.1, p.97-104, 2016.*
- GOMES, A. M.; SANTOS, M. S.; FINGER, D. ZANITTINI, A.; FRANCESCHI, V., E.; SOUZA, J. B. HAAG, F. B. SILVA, D.J.** Refletindo sobre as práticas de educação em saúde com crianças e adolescentes no espaço escolar: um Relato de Extensão. *Rev Conexão UEPG, Ponta Grossa, volume 11 número 3 - set./dez. 2015.*
- GONTIJO, A . et al.** A importância da promoção de saúde bucal em Escolares- Avaliação de dez anos de um Projeto de Extensão –FOUFMG. *JBP*, v. 7, n.35, p.56-64, 2004.
- KRIEGER, L.** Promoção de Saúde Bucal. 3 ed São Paulo: Artes Médicas, 2003.
- LEITE, L.O.B.; QUINHÕES, M.E.T.** Desvelando o fenômeno criativo em projetos de extensão. *Rai. Rum.* v.3. n. 2, Rio de Janeiro, dez., 2015
- MALTZ, M.** Cárie Dental: fatores relacionados. In PINTO, V.G. *Saúde Bucal Coletiva*. 4 ed. São Paulo: Santos, 2000. P. 319-339.
- MARTINS, C.R.; CRUZ, C.A.S.; SOUZA-PINTO, G.C., NOGUEIRA, L.T.** Projeto de Extensão Universitária Sorrindo na Escola: estratégias de motivação na orientação sobre saúde bucal. *Rev Odontol UNESP, Araraquara*, v. 39, n. esp., p. 15, out. 2010.
- MULLER, I. B. CASTILHOS, E. D.; CAMARGO, M. B. J.; GONÇALVES, H.** Experiência de cárie e utilização do serviço público odontológico por escolares: estudo descritivo em Arroio do Padre, Rio Grande do Sul, 2013. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, v. 24, n. 4, p. 759-770, dez. 2015 .
- PINTO, V.G.** *Saúde Bucal Coletiva*. 4 Ed. São Paulo: Editora Santos, 2000.
- SOUZA, C.P.F.** UFES de portas abertas para a inclusão social. *Rev Guará*, v.4, p71-9, 2015.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a toda comunidade escolar do Núcleo Educacional Fiore pela acolhida e parceria.

Educação Popular e Economia Solidária; A Formação de Empreendedores Sociais em Dom Pedrito, Rio Grande do Sul

Popular Education and Solidarity Economy: The Training of Social Entrepreneurs in Dom Pedrito, Rio Grande do Sul



Resumo

Este trabalho é o resultado de uma ação que abarca educação popular e economia solidária do Projeto de Extensão Universitária “Formação de Empreendedores Sociais”, vinculado à Universidade Federal do Pampa – Campus Dom Pedrito – RS. O objetivo básico foi demonstrar alguns dados, aspectos e características relevantes sobre a Feira Municipal Pedritense. O projeto teve como natureza metodológica a pesquisa qualitativa, com a finalidade de conhecer e mapear os sujeitos que participam da referida feira. Realizou-se um levantamento de dados com esses trabalhadores, em que a informação mais relevante é quanto ao nível de escolaridade dos sujeitos, onde 52% dos feirantes cursaram até a quarta série do ensino fundamental e que 80% são mulheres. Percebeu-se que a educação popular vem se constituindo como um paradigma no processo de organização dos empreendimentos econômicos solidários, no qual se desenvolve a construção de uma análise concomitantemente autocrítica e crítica, em prol do fortalecimento do coletivo. A educação é um ato político, portanto um trabalho coletivo, que reeduca todos os sujeitos envolvidos. Abarca a postura e atitude diante do mundo e do homem, o que é diferente um do outro com suas culturas e crenças. Para tanto, a análise baseou-se nos fundamentos de Freire, Saviani, Singer, Zaretto, entre outros.

Palavras chaves: Educação Popular. Economia Solidária. Educação de Jovens e Adultos.

Vitor Garcia Stoll¹,
Simone Silva Alves²,
Quelen Colman Espíndola³,
Geise Loreto Laus Veiga⁴.

*Rua Pedro Cesarine 566, Santa Teresinha – Dom Pedrito/RS, vitorgarciastoll@gmail.com, (53) 9948-9999.

^{1,2,3,4}Universidade Federal do Pampa – Campus Dom Pedrito.

Abstract

This article is a result of an action that comprehend popular education and solidarity economy of the University Extension Project "Training for Social Entrepreneurs", associated to Federal University of Pampa - Campus Dom Pedrito - State of Rio Grande do Sul. The priority of the study was to demonstrate data, relevant aspects and features of the County Fair. The project was a qualitative approach as a methodological nature in order to know and chart the fair participants. Thereafter was conducted a data survey with the fair dealers, whereupon the most relevant information is about the educational level of them. The survey indicated that 52% of tradesmen studied up only to the fourth grade of elementary school besides that 80% was women. Thus it was verified that popular education has been constituted as a paradigm in the process of solidarity economy organization of enterprises, which has developed a self-critical analysis concomitantly critical in favor of the collective strength. The education is a political act, accordingly is a collective work, which re-educate all involved. Furthermore the education comprises the posture and attitude toward the world and the man, different one to another with their cultures and beliefs. Therefore, the analysis was based on fundamentals of Freire, Saviani, Singer, Zareto, among others.

Keywords: Popular Education. Solidarity Economy. Adult and Youth Education.

INTRODUÇÃO

Atualmente, vive-se em numa situação socioeconômica bastante turbulenta, especialmente quanto ao aumento do nível da desigualdade econômica da população mundial pois, em 2016, o volume de riquezas de 1% da população mundial deve ultrapassar o dos outros 99%. É o que prevê o estudo divulgado pela ONG britânica Internacional Oxfam (2015). Segundo a organização, em 2009, o 1% mais rico do planeta concentrava 44% dos recursos mundiais. Em 2014, esta razão subiu para 48%. Caso o ritmo se mantenha, em 2016 a porcentagem de riqueza nas mãos dessa parcela da população deve ultrapassar os 50% (OXFAM, 2015).

A transformação do processo de trabalho, na sociedade capitalista, causa à humanidade o aprofundamento das desigualdades sociais. Dessa forma, é vitalmente necessária uma compreensão crítica do sistema capitalista, uma clareza de pensamento sobre a situação extremamente complicada com que se defronta toda a espécie humana e, em particular, na comunidade em que se vive. Assim, torna-se um desafio, também aos educadores encontrar algumas alternativas possíveis para se ter um outro modo de viver em sociedade, em que a justiça e igualdade social sejam partes essenciais dessa sociedade. Desse modo, sabe-se que “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p. 31), ou seja, é importante entender que vivemos numa sociedade de classes, num sistema econômico capitalista regido por políticas neoliberais que têm um poder astronômico no campo educacional, pois, uma educação opressora não forma sujeitos críticos, capazes de desenvolver autonomia sobre si e sobre as questões do mundo.

Para Singer (2010, p. 11) “[...] o que importa entender é que a desigualdade não é natural e a competição generalizada tampouco o é. Elas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina modo de produção”. E, diante do desafio e da luta à exclusão social, a economia solidária apresenta-se como outra forma de produzir riquezas e conhecimentos, melhora a infraestrutura básica, a educação, o transporte coletivo, a saúde e o lazer, bem como possibilita às pessoas maior convívio social, especialmente para as mulheres que integram os empreendimentos econômicos solidários. Deste modo, a chave desse processo é a associação entre os iguais em vez do acordo entre os desiguais.

Assim sendo, a economia popular solidária necessita ser consolidada como objeto basilar do processo educativo, do qual a educação popular é um dos pilares na formação de empreendedores sociais. Dessa forma, a educação é um ato político, portanto, é um trabalho coletivo, que reeduca todos os sujeitos envolvidos. Abarca postura e atitude diante do mundo e do homem, que é diferente um do outro com suas culturas e crenças. Não são as teorias modernas ou os conceitos abstratos que educam. É a prática concreta que, sendo pensada à luz da teoria, transforma a realidade histórica de cada povo.

A própria palavra “economia”, epistemologicamente, vem dos termos gregos oikos (casa) e nomos (norma, gestão), e pode ser compreendida como “administração da casa”. De forma geral, pode-se dizer que a Economia estuda a maneira como

se administram os recursos materiais com o objetivo de produzir bens e serviços e como distribuí-los para seu consumo entre os membros da sociedade.

Conforme Arruda (2003, p. 225-226), “a noção de solidariedade surgiu na história econômica como reação à cultura do egoísmo, do individualismo, da ficção do homo economicus. O vocábulo fazia parte da linguagem jurídica e queria dizer responsabilidade comum”. Nesse sentido, torna-se relevante indicar que a Economia interage com diversas outras áreas do conhecimento, como Administração, Educação, Ciências Contábeis, Geografia, História, Direito, Estatística, Matemática, Engenharias, Meio Ambiente, Sociologia, Filosofia, Política, Turismo, entre outras. Desse modo, necessitamos entender e tratar a categoria de Economia de forma interdisciplinar para compreender e enfrentar os desafios postos na atualidade.

A economia popular solidária é um modo especial de fazer economia, de produzir, distribuir recursos e bens, consumir e de se desenvolver, o qual apresenta e compartilha traços particulares e fundamentais de solidariedade, o mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas (ZARETO, 1993).

Enquanto uma organização de economia mercantil tradicional tem como fim a busca pelo lucro, base do capitalismo; os empreendimentos econômicos solidários almejam objetivos além dos aspectos econômicos, visando a um equilíbrio entre os fatores sociais, políticos, culturais e ambientais, ou seja, neste modelo de economia não há exploração do trabalhador (FILHO, 2008).

A Economia Solidária vem sendo um tema de investigação, conceituações e de prática social na realidade brasileira, desde a década de 1980, quando era apresentada de forma dispersa, e continuamente adotou crescente ímpeto a partir da segunda metade da década de 1990. Costa (2007, p.11) observa que “No campo das práticas, se multiplicam os empreendimentos, as políticas públicas, as organizações apoiadoras, as redes, fóruns e outras instâncias de discussão, apoio e fomento às iniciativas solidárias”.

Nessa perspectiva, a Economia Solidária é um dos assuntos de maior atualidade não só no Brasil, mas também no mundo. Porém, não há um consenso sobre o conceito de Economia Solidária. Conforme os principais pesquisadores comprometidos na construção conceitual de Economia Solidária, o reconhecimento da sua realidade como fenômeno material social é recente no Brasil.

Para Singer (2002, p. 9), a solidariedade na economia “[...] só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar”. Defendemos uma abordagem de economia solidária articulada às dimensões moral, política e econômica, pois apenas nesse sentido a economia, como categoria, não ficará deslocada do tecido social.

Os empreendimentos econômicos solidários surgem, no Brasil, incentivados por instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo, entre outros.

Segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), atualmente

no Brasil há cerca de 19.708 empreendimentos solidários. A pesquisa através de uma amostra desses empreendimentos verificou que 59,5% deles participam de movimentos sociais e populares, entre os quais os movimentos comunitários (30,3%), sindicais (27,4%), de luta pela terra (23%), e ambientalistas (13,6%). Quanto à questão das dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos solidários, as principais abordadas são a comercialização com 61%, crédito com 49% e assessoria, formação, assistência técnica e gerencial com 26% das menções.

Ao exemplo de outros Projetos que têm mudado a vida de trabalhadores que atuam em empreendimentos solidários, o projeto “Formadores de Empreendedores Sociais” buscou atuar resgatando as ações existentes dentro do município de Dom Pedrito/RS e trabalhando com esses sujeitos para que haja uma melhoria no desenvolvimento das suas atividades.

O referido projeto é oriundo da iniciativa de alguns docentes da Universidade Federal do Pampa – Campus Dom Pedrito/RS, de pesquisar empreendimentos que possam ter como tendência os princípios da economia solidária, visto que, no Extremo Sul do Brasil algumas cidades, como Santana Livramento, Bagé e Jaguarão, possuem empreendimentos solidários. Assim, torna-se relevante introduzir o município pedritense nesse contexto.

Compreende-se ainda que a extensão universitária visa contribuir para o desenvolvimento social, cultural, científico, tecnológico e econômico de sua área de abrangência, aberta à participação da comunidade externa e articulada com entidades públicas e privadas. Ela busca um diálogo crítico com as problemáticas sociais, para reconectar as universidades a ações interdisciplinares, cada vez mais necessárias no contexto social contemporâneo.

Segundo Saviani (2011), a educação é o ato de produzir no homem o caráter mediador da educação no interior da sociedade. Repensar a economia – produção da riqueza - de forma crítica é tarefa necessária para o educador, principalmente quando no modo de produção da economia hegemônica em que vivemos – capitalismo – percebe-se movimentos e mecanismos de captura de conceitos ou processos de outra ordem, tais como a cooperação e a solidariedade.

Assim, a Economia Popular Solidária e a Educação são conceitos que estão correlacionados, por isso, o projeto de extensão visou não somente a elevar o nível de qualidade de vida desses trabalhadores, trazendo mais informação e conhecimento mas, também, a proporcionar troca de conhecimentos, culturas e vivências entre todos os envolvidos no projeto: professores, técnicos, acadêmicos, feirantes e comunidade em geral.

MÉTODOS

Este trabalho trata-se de um Projeto de Extensão Universitária, de cunho socioeconômico, de natureza metodológica qualitativa, com a finalidade de contribuir para a formação dos sujeitos que participam da Feira Municipal de Dom Pedrito, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como temática a Economia Popular Solidária.

De acordo com informações do Secretário Adjunto do referido município, a

feira surgiu por meio de de uma iniciativa da prefeitura com o apoio do Governo Federal através do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e da EMATER (Associação Riograndense de Empreendimento, Assistência Técnica e Extensão Rural).

Inicialmente, o convite para compor a feira foi feito para os assentados da reforma agrária do município, agricultores familiares, artesãos e demais empreendimentos da economia popular. Essa teve início em janeiro de 2015, com pouco mais de 10 feirantes. Atualmente a feira acontece na praça principal da cidade e conta com mais de 30 trabalhadores.

A motivação para o desenvolvimento da ação prática surgiu a partir da análise do levantamento de dados realizado com os feirantes que participam da Feira Municipal, ocorrido no dia 24 de abril de 2015.

Desta forma, em parceria com a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social de Dom Pedrito, juntamente com os CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) e também da Casa de Economia Solidária de Santana do Livramento, foi realizado o curso “Organização e Gestão de Empreendimentos Solidários”.

O curso ocorreu no Clube dos Funcionários Municipais, no dia 18 de novembro de 2015 e contou com a participação de 73 trabalhadores (superior ao número de participantes da feira). A atividade envolveu estudantes de diferentes cursos de graduação da UNIPAMPA - Campus Dom Pedrito - que ficaram responsáveis pela divulgação do evento, elaboração de convites e cartazes, confecção de certificados e organização do local. Além disso, a ação contou com palestras realizadas por pesquisadores da temática estudada.

É relevante destacar que os discentes participaram ativamente das ações desenvolvidas durante o curso. Quanto à escolha do local optou-se, naquele momento, pela realização do Curso no Clube dos Funcionários, por ter sido cedido pela Prefeitura Municipal e se localizar no centro da cidade proporcionando, assim, maior envolvimento da comunidade.

RESULTADOS

A coleta de informações e dados teve início através do planejamento coletivo, envolvendo docentes e discentes dos cursos de Licenciatura em Ciências da Natureza, Enologia, Agronegócio e Zootecnia, da Universidade Federal do Pampa – Campus Dom Pedrito.

O planejamento foi fundamental, principalmente, para o desenvolvimento da escrita científica dos acadêmicos, visto que estes se propuseram a fazer fichas de leituras, resumos científicos, resenhas críticas e a apresentar os resultados em eventos e congressos.

Com relação à análise de dados obtidos, para realizar o mapeamento dos trabalhadores que participam da feira municipal, foi constatado que a média de idade dos feirantes é de 50 anos, tendo 20 anos a feirante mais nova e 77 anos a mais experiente. Segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no Brasil, a média etária dos trabalhadores nessa atividade é de 46 anos.

Quanto ao sexo, 80% são mulheres e 20% homens. No que tange à renda, 16% ganham menos de um salário mínimo, 76% têm renda entre um e três salários mínimos e por fim 8% possuem renda entre três e cinco salários mínimos. Unanimemente, todos os feirantes possuem a feira como atividade complementar à renda.

Porém, outro dado significativo é referente ao nível de escolaridade. A nível nacional, quase 50% dos empreendedores sociais não finalizaram o ensino fundamental, com isso percebe-se desigualdades no sistema educacional. Além disso, 13% possuem o fundamental completo, 24% ensino médio completo e 7% ensino superior completo ou pós-graduação. Cerca de 7% nunca frequentaram a escola.

Na feira pedritense os dados são semelhantes com base em que 52% dos feirantes cursaram até a quarta série, os colocando na classificação de fundamental incompleto; 4% possuem fundamental completo; 28% ensino médio completo e 12% superior incompleto. Atentamos que esse último grupo possui artigos diferenciados como, por exemplo, a utilização da lã. (Fotos 01).

A relação escolaridade-renda ficou claramente explícita, quando se percebeu que os feirantes que possuem menor escolaridade são também, aqueles que possuem menor renda. Pois embora possuam grande habilidade manual, eles relataram que gostariam de ter uma maior escolaridade para, conseqüentemente, ter mais recursos que possam vir a auxiliar no planejamento financeiro e coletivo de seu empreendimento.

Nessa visão, é possível refletir sobre a função que a educação não formal e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) podem vir a exercer para capacitar as pessoas para se tornarem cidadãos “do” e “no” mundo, pois o profissional que atua na formação de adultos – qualquer que seja – tem que admitir que os indivíduos com os quais atua são homens normais, detentores de saberes úteis à sociedade (PINTO, 1984).

Desse modo, é preciso ressaltar a importância de se levar a sério o envolvimento da educação com as desiguais relações de poder para que não haja distanciamento do mundo real. Conforme estudos realizados, percebeu-se que a educação está imersa nos processos culturais e que não é possível conceber uma experiência pedagógica desvinculada das questões culturais da sociedade (SANTOS, 2003; CAVALLHEIRO, 2001).

Assim, a educação busca amenizar as grandes modificações no campo econômico, na economia e no mundo do trabalho. Pinto (1984, p.79) afirma que “O trabalho expressa e define a essência do homem em todas as fases de sua vida (infância à velhice), mas é no período adulto que melhor se compreende seu significado como fator constitutivo da natureza humana”.

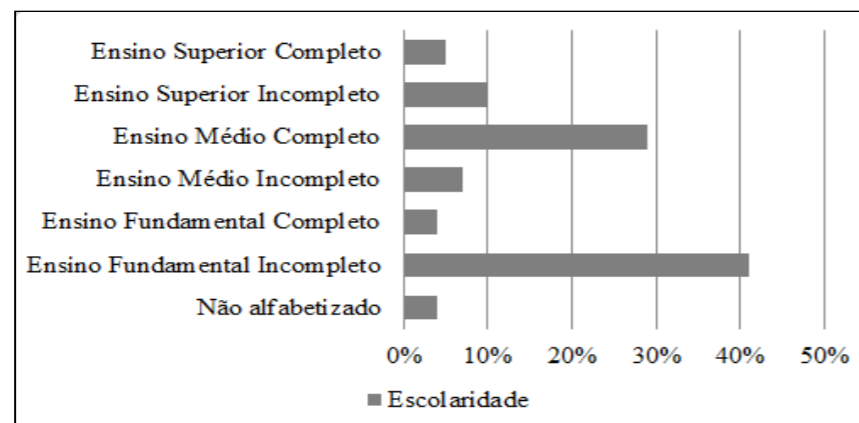
Quanto ao período, o trabalho realizado pelos feirantes em Dom Pedrito é feito somente nas sextas-feiras e em área aberta. Por isso, a principal reivindicação desses trabalhadores é a construção de um lugar fixo para estabelecerem suas atividades de comercialização.

Neste sentido, levando em consideração as informações anteriormente descritas, o curso “Organização e Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários” apresentou aos seus participantes, através de palestras interativas, os conceitos da

Economia Solidária como forma de fortalecimento do grupo e melhoria no planejamento coletivo.

Participaram do curso 73 pessoas, sendo 93% mulheres (Foto 2). A média etária dos participantes foi de 49 anos, tendo a maioria (41%) o Ensino Fundamental incompleto (Figura 1).

Figura 01: Escolaridade dos Participantes do Curso.



Fonte: Base de dados elaborada pelos autores

Além dos feirantes, outros grupos participaram do curso, entre eles algumas mulheres que utilizam o CRÁS (Centro de Referência da Assistência Social), Casa de Curso de Dom Pedrito e Casa de Economia Solidária de Sant’ana do Livramento. Destes, 33.4% trabalham informalmente com algum tipo de artesanato, 20% não trabalham, 12.3% são aposentadas e 34.2% exercem atividades profissionais (Tabela I).

Tabela 01: Situação Profissional dos Participantes do Curso.

Situação profissional	Número de participantes no Curso
Não trabalham	15
Trabalham informalmente	24
Trabalham formalmente	25
Aposentados	09

Fonte: Base de dados elaborada pelos autores

Ainda que, quase 40% dos participantes nunca tenham ouvido falar em Economia Solidária, 75% reconheceram que a reproduzem indiretamente em suas ações cotidianas, principalmente através do trabalho coletivo. Além disso, 88% consideraram o curso relevante para sua formação pessoal e/ou profissional e 89% demonstraram interesse em participar de outros cursos com a mesma temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS/ DISCUSSÕES

Somos conscientes de que toda luta por uma educação – formal ou não – representa a afirmação de nosso país como uma república. Com essa luta, espe-

ra-se garantir, efetivamente, a igualdade. Para Saviani (2011), a educação é o ato de produzir, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, a função da educação é a promoção do homem.

Diante do desafio e da luta pela inclusão social, a economia solidária - como outra forma de produzir riquezas e conhecimentos - melhora da infraestrutura básica, a educação, bem como possibilita às pessoas maior convívio social. Sendo assim, a chave desse processo é a associação entre os iguais em vez do acordo entre os desiguais.

Ao realizar-se o curso “Organização e Gestão de Empreendimentos Solidários” com a comunidade percebeu-se que este contribuiu para o desenvolvimento crítico dos participantes acerca das especificidades que norteiam o tema da Economia Solidária. Possibilitou ainda o despertar para os princípios do tema em questão, principalmente o princípio da autogestão. Albuquerque (2003) ao definir a autogestão, expande o conceito para além do significado empresarial, ao afirmar que:

“Por autogestão, em sentido lato, entende-se o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um “coletivo”. É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais. O caráter multidimensional do conceito de autogestão (social, econômico, político e técnico) nos remete a pensá-lo muito mais que uma simples modalidade de gestão (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20).

Ressalta-se ainda que a economia solidária fundamentada na autogestão, na solidariedade, na construção coletiva, na democracia da economia, no engajamento cidadão, na economia plural, na autonomia, na diversidade, no espaço público, na liberdade e na sociabilidade proporciona desenvolvimento humano aos seus participantes, especialmente às mulheres, pois participar das discussões e deliberações do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza tornando a pessoa mais realizada, segura e autoconfiante.

Neste sentido, identificou-se que os feirantes utilizam a Economia Solidária – mesmo de maneira inconsciente – pois eles trabalham com os princípios da coletividade como forma de comercialização, afinal, se não houvesse um grupo fortalecido e diversificado em produtos e mercadorias, a feira se extinguiria.

Diante disso, ressalta-se que esta ação gerou o fortalecimento dos laços entre os trabalhadores e a comunidade acadêmica contribuindo não apenas no desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da extensão, mas proporcionando trocas de conhecimento entre a instituição e a comunidade. Assim, a educação deve caminhar junto ao processo revolucionário, organizando, através da conscientização, com aqueles que almejam estabelecer uma nova sociedade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Associativismo. In: CATTANI, Antonio David (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 15-20.

ARRUDA, Marcos. Humanizar o Infra-humano: a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

CAVALHEIRO, Eliane. Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

COSTA, Pedro de Almeida. Inovação em Economia Solidária: um desafio no campo político. 2007. 206f. Tese (Tese em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FILHO, Genauto Carvalho de França. A via sustentável solidária no desenvolvimento local. Organizações & Sociedade, v.2; p.219-232, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

OXFAM. Organização. Riqueza: tenerlo todo y querer más en manos de una pequeña elite. Informe Temático de Oxfam. Enero de 2015. Disponível em <<http://www.lamarea.com/wp-content/uploads/2015/01/riquezaTenerlo-TodoQuererMas190115.pdf>>. Acesso em: 15.Jan.2015.

PINTO. Álvaro Vieira – Sete lições sobre educação de adultos. 2. ed, São Paulo: Cortes, 1984.

SANTOS, Boaventura de Sousa. MENEZES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009.

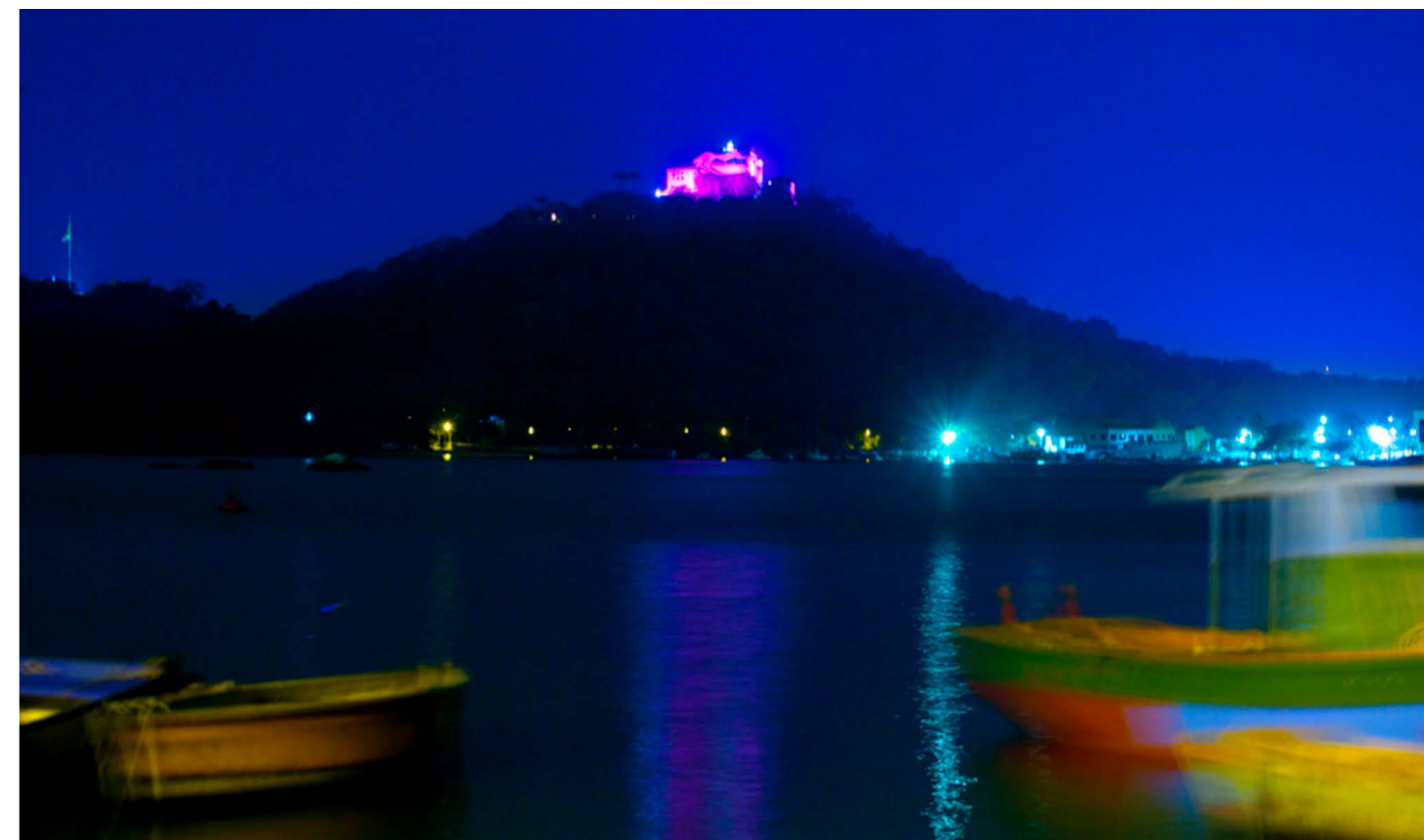
SAVIANI Dermeval. Educação em Diálogo. São Paulo: Autores Associados, 2011.

SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/tca_contas_anuais/secretaria-nacional-de-economia-solidaria-senaes.htm>. Acesso em: 08 dez. 2015, 15:30.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 81-129.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. 4ª reimpressão: fevereiro de 2010.

ZARETO, Luis. Economia de Solidariedade e Organização Popular. In: GADOTTI, Moacir. GUTIÉRREZ, Francisco. Educação Comunitária e Economia Popular. São Paulo: Cortez, 1993.



Formação de Professores, Educação Contextualizada e Extensão Universitária: A Experiência do Programa CAT

Teacher Training, Contextual Education and Extension Universitaria: The Experience of CAT Program



Resumo

O presente artigo pretende apresentar o trabalho desenvolvido no semiárido baiano, pelo Programa CAT (Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do campo para o desenvolvimento territorial sustentável), enquanto projeto de Extensão da Universidade Estadual de Feira de Santana, em parceria com o MOC (Movimento de Organização Comunitária) e as Prefeituras dos municípios conveniados. Trata-se de um Projeto que tem como princípio norteador a formação continuada de professores do campo, na perspectiva da Educação contextualizada que, partindo da realidade local, circunvizinha e de contextos mais amplos, ensina a viver, compreender e transformar essa realidade, contribuindo para uma nova forma de ser e estar no mundo. Assim, na primeira parte do texto abordamos o histórico do Programa, seus objetivos, surgimento e metodologia. Na segunda parte, exploramos duas experiências formativas das áreas de Língua Portuguesa e Matemática com professores que atuam na zona rural, experiências essas que nos permitiram perceber o interesse, a motivação e a aprendizagem dos professores em relação aos assuntos abordados.

Palavras-Chave: CAT. Educação Contextualizada. Educação no Campo.

Nelmira Moreira da Silva¹
Olga Maria Barreiro Claro¹
Priscila Brasileiro Silva do Nascimento²
Simone Gonsalves Mendes de Araújo³

¹Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS);

²Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB);

³Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); simonefsa@yahoo.com.br; mone@uefs.br

Endereço: Av. Afonso Manoel Nascimento, 155, casa 21 – Condomínio João da Silva – Dantas, Feira de Santana – BAHIA – CEP 44053-015

Telefone: 75 991325045 – 75 30250054.

Abstract

This article aims to present the work in Bahia semi-arid, the CAT program (Know, analyze and transform the reality of the field for sustainable territorial development), while extension project of the State University of Feira de Santana, in partnership with the MOC (Community Organization Movement) and the Prefectures of insured municipalities. This is a project that has as its guiding principle the continuing education of teachers in the field, from the perspective of contextual education, which, starting from the local reality, surrounding and wider contexts, teaches how to live, understand and transform this reality, contributing to a new way of being in the world. Thus, the first part of the text we discuss the history of the program, its objectives, methodology and appearance. In the second part we explore two formative experiences in the areas of English Language and Mathematics with teachers who work in the countryside, these experiences that allowed us to see the interest, motivation and learning of teachers in relation to the subjects covered.

Keywords: CAT.Contextual Education. Education in the Countryside.

INTRODUÇÃO

O Projeto CAT (Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do campo) é um Programa de Extensão que atua na formação de professores do campo do semiárido baiano e que, por ser fundamentado nos princípios freireanos da ação – reflexão-ação, parte do pressuposto de que os conhecimentos construídos e debatidos na escola precisam perpassar pela vida das pessoas.

Assim, trata-se de um Programa que tem como princípio norteador a formação continuada de professores do campo, na perspectiva da Educação contextualizada que, partindo da realidade local, circunvizinha e de contextos mais amplos, ensina a viver, compreender e transformar essa realidade, contribuindo para uma nova forma de ser e estar no mundo. As ações do programa têm caráter extensionista em nível interinstitucional, onde é feito o acompanhamento das atividades a serem realizadas pelos professores nos seus municípios de origem, desde a construção da ficha pedagógica até as atividades realizadas com os professores em seus municípios.

O presente trabalho tem por principal objetivo apresentar a Matemática e a Língua Portuguesa sendo aplicados através do itinerário pedagógico do CAT com os professores que atuam em escolas do campo. Para tanto, na primeira parte do texto abordamos o histórico do Programa, seus objetivos, surgimento e metodologia. Na segunda parte, exploramos duas experiências formativas das áreas de Língua Portuguesa e de Matemática com professores que atuam na zona rural, experiências essas que nos permitiram perceber o interesse, a motivação e a aprendizagem dos professores em relação aos assuntos abordados.

1. UM POUCO DE HISTÓRIA: O PROGRAMA CAT NO ÂMBITO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Nos idos de 1993-94, inicia-se na Universidade Estadual de Feira de Santana um movimento incentivado pelas discussões sobre Educação do campo, travadas em grande parte do território brasileiro. Segundo relato da professora Francisca Maria Carneiro Baptista, após uma pesquisa realizada, em 1992, junto a alfabetizando jovens e adultos rurais, constatou-se que 65% deles já haviam passado pela escola quando crianças, mas continuavam analfabetos, fruto de uma escola de má qualidade e descontextualizada.

A professora Francisca, então, apresenta a proposta de criação de um Projeto de Extensão ao Departamento de Letras, que de pronto aceita o desafio de promover o desenvolvimento de uma educação voltada especificamente para os povos do campo e, mais especificamente, para os povos do semiárido baiano.

Com esse intuito, um grupo de professores se reúne e formata o projeto, cujo objetivo principal é “desenvolver uma concepção e prática específica para a educação escolar no meio rural no 1º Grau, tendo em perspectiva a relação com uma proposta de desenvolvimento agrícola sustentável” (PROJETO CAT, 2009).

Para ser materializado, foi preciso estabelecer parcerias entre municípios, sociedade civil organizada, movimentos sociais e a universidade. Nesse sentido, o CAT possui um caráter interinstitucional, pois conta com o Movimento de Or-

ganização Comunitária (MOC), prefeituras de 21 municípios do semiárido baiano, sindicatos de trabalhadores rurais e a Universidade Estadual de Feira de Santana. Salienta-se que essa particularidade é o que promove o entendimento de que os conhecimentos construídos pelos grupos sociais possuem singularidades que podem e devem ser problematizados na escola e na formação docente.

Assim, desde 1994, quando foi aprovado pelo CONSEPE, através da Resolução 34/95, de 05 de Outubro de 1995, o CAT busca realizar uma educação que valorize a população do campo, seu trabalho, sua cultura, seus valores humanos e ajudar as famílias a melhorarem a sua condição de vida e a serem mais felizes, aprendendo a conviver com o semiárido e a zelar pelo meio ambiente, desenvolvendo o senso de criatividade e de responsabilidade.

O CAT continua com o mesmo objetivo, os mesmos princípios, filosofia e metodologia, porém com estratégias diferentes, adaptando-se ao contexto do momento. Em 2009, por exemplo o Projeto passou por uma revisão, aprovada pela Resolução CONSEPE 001/2010, para atender às exigências da legislação – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394/96, Lei nº 1 de 03/04/2002 e Lei Nº 2 de 28/04/2008), que obrigam os Estados e Municípios a investirem na melhoria da capacitação dos seus professores e professoras, além de determinar que os sistemas de ensino devem promover adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região.

Desse modo, o CAT vem tentando formar os professores no sentido de torná-los capazes de promover uma educação contextualizada, isto é, uma educação voltada para os povos do campo, uma educação do e no campo. Tomamos Educação Contextualizada no sentido prescrito pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) e a Lei de Diretrizes e Bases – LDB (BRASIL, CNE/CB, 1998, p.107), que prevê que além de um núcleo comum deve haver uma Parte Diversificada que

“[...] envolve conteúdos complementares [...] integrados à Base Nacional Comum, de acordo com as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela, refletindo-se, portanto, na Proposta Pedagógica de cada escola” (BRASIL, 1998, p. 107).

Neste sentido, o Programa CAT, visando a uma educação contextualizada para os povos do campo, assume os pressupostos de educação do campo, conforme o estabelecido pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução no 01, de 03 de abril de 2002/CNE/MEC, que respalda a identidade da escola do campo, construída pelos sujeitos sociais que a compõe. Segundo essas Diretrizes

“A educação do campo é uma concepção político pedagógica voltada para dinamizar a ligação dos seres humanos com a produção das condições de existência social, na relação com a terra e o meio ambiente,

incorporando os povos e o espaço da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, os pescadores, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas”(Art 2º § único) (BRASIL, 2002).

Assim, propomos uma educação que pensa a cultura local em toda sua diversidade, histórias, músicas, danças, festas, religiões. Lutamos para que os municípios produzam um Projeto Político Pedagógico que reflita, respeite e valorize a pluralidade cultural do semiárido baiano. Acreditamos que, desse modo, a escola cumpre seu papel de oportunizar a seus educandos conhecimentos diversos sobre o mundo e sobre si mesmo, reconhecendo sua identidade de sujeito social e que com isso sejam capazes agir no mundo.

Destarte, os resultados que ora apresentamos dão conta da relevância política, social e acadêmica do CAT. O Projeto, que busca diminuir as desigualdades no ensino, através de uma dos princípios da Educação contextualizada, instrumentalizando os profissionais que atuam na educação do campo no semiárido baiano, tem contribuído para a implantação de políticas públicas de educação contextualizada e de qualidade para o campo, nos municípios que participam do projeto. Atualmente o CAT atende a 21 municípios, atingindo um número em torno de 13.153 alunos, 926 professores e 49¹ coordenadores pedagógicos, desenvolvendo atividades de orientação pedagógica e de formação continuada aos profissionais envolvidos. Inclusive, aos membros da sociedade civil que participam de todos os eventos desenvolvidos pelo projeto, a saber: encontros de coordenadores, oficinas pedagógicas, intercâmbios, seminários, etc.

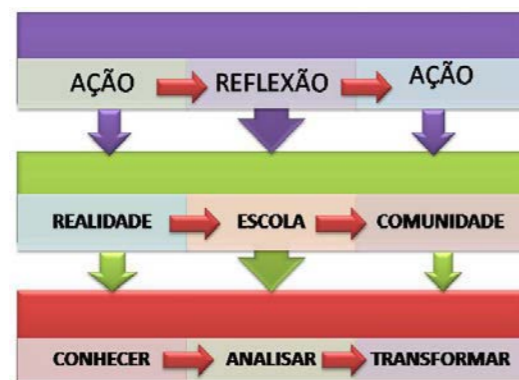
¹ Dados do Relatório CAT 2015.

1. 1. Percurso Metodológico do CAT: Conhecer, Analisar e Transformar

O Projeto CAT, enquanto uma filosofia da educação para os povos camponeses, objetiva uma educação que não se reduza a uma mera transmissão de conhecimentos descontextualizados mas, ao contrário, pretende que todos os sujeitos socialmente organizados, alunos, professores e comunidades, construam conhecimentos que sejam relevantes para a realidade do campo do semiárido, valorizando-a e buscando uma convivência pacífica diante de tanta diversidade de cores, etnias, credos e saberes.

Nessa perspectiva, os três sujeitos básicos do processo educativo são os alunos, os professores e a comunidade, portanto, o nosso objetivo é contribuir para a formação de professores conscientes e preocupados, por sua vez, em formar cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável de suas comunidades/regiões/país.

Assim, a nossa proposta de educação contextualizada para o semiárido é norteada pelos princípios freireanos, principalmente, o de que a educação começa “no quintal de casa”, isto é, partir dos conhecimentos da realidade da criança, discutir, analisar e avaliar com elas essa realidade, para, enfim, buscar transformá-la. O diagrama abaixo explicita bem esse processo de pesquisa-ação:



A etapa do Conhecer se constitui de perguntas elaboradas pelos professores (Pesquisa), com o objetivo de se adquirir conhecimentos sobre a realidade do aluno. Essas perguntas devem ser adequadas a cada série e são levadas para serem respondidas pelos pais, familiares e /ou membros da comunidade e discutidas em sala de aula (Análise).

Em sala, as respostas são socializadas e analisadas. Este momento é de profunda importância, pois o conhecimento trazido leva à construção de novos e sistematizados conhecimentos, além de instrumentalizar o aluno para que ele possa contribuir nos processos de transformação social, política, econômica, geográfica, etc. Nesta etapa, também se considera o nível da classe. Este é o A do Analisar que leva ao T, do Transformar.

Ao analisar e discutir os problemas detectados, conseqüentemente, os sujeitos já levantam possibilidades de soluções. É o momento do Transformar.

É quando todos juntos, alunos, professores, família e comunidade, num exercício solidário e de formação cidadã, buscam construir uma realidade diferente, através da luta por políticas públicas que tornem a vida melhor de ser vivida. Por isso, dentro da proposta existe ainda a Devolução, que é o momento da escola apresentar para a comunidade interna e externa os resultados alcançados durante a(s) unidade(s) de estudo e quais os desafios pelos quais lutarão para que as condições de vida melhorem.

Neste momento, toda a comunidade é conclamada a agir junto, com o objetivo comum de buscar soluções. Todos são agentes das transformações necessárias.

Desse modo, a escola contribui para o desenvolvimento local sustentável. Para que a etapa do Transformar seja realmente efetiva “é indispensável que haja Políticas Públicas educacional e social permanentes que atendam às reais necessidades e anseios da população do campo. O CAT busca também contribuir na construção destas Políticas Públicas” (BAPTISTA, 2013, mimeo).

Por fim, acontece o Avaliar que, embora não conste da sigla CAT, também é parte importante do processo pedagógico proposto pelo projeto. Esta etapa é o momento de avaliar o processo de trabalho em relação à proposta. Em sala de aula, o aluno avalia e é avaliado não só em relação aos conteúdos, mas em relação ao seu

desenvolvimento pleno - quanto esse aluno cresceu durante o processo: aprendeu a ler, a escrever, consegue se expressar oralmente com clareza e segurança, que valores adquiriu, entre outros aspectos.

No processo de educação continuada do professor, essa Avaliação é feita no último encontro do ano, quando nos detemos para pensar sobre o trabalho que foi desenvolvido por todos que compõem o CAT: professores, coordenadores municipais e assessoria MOC/UEFS. Neste sentido, são avaliados os processos, os conteúdos e as pessoas envolvidas na construção da aprendizagem e das ações.

1.2 A Ficha Pedagógica: instrumento pedagógico do/a professor/a

A proposta do CAT não é simplesmente uma proposta metodológica, vai muito além disso, trata-se uma filosofia da educação, pois a escola é vista como local de construção conjunta de conhecimentos e saberes adequados às diversas realidades, com vistas a transformá-las. Nesta escola todos ensinam e todos aprendem, solidariamente- uma educação libertadora, como aponta Freire (1999).

Deste modo, para que a proposta metodológica seja aplicada nas salas de aula que compõem o CAT, contamos com um poderoso guia, um norteador, uma orientação, uma espécie de roteiro para o trabalho em sala de aula- A Ficha Pedagógica- um instrumento didático, construído em conjunto pelos professores, coordenadores, representantes da sociedade civil e nós, assessoria MOC/UEFS.

A Ficha é constituída a partir das reflexões, dos pensamentos, dos conhecimentos que todos os envolvidos têm de suas comunidades, das suas potencialidades e necessidades. Assim, a ficha não é uma construção externa à escola, ela nasce na escola para a escola, por sujeitos da escola que pretendem melhorar a qualidade da prática educativa, partindo da realidade própria de cada grupo.

Assim, semestralmente, bimestralmente ou a cada unidade de ensino, as fichas são construídas, nos municípios pelos/as próprios/as professores/as, e as discussões giram em torno do que os alunos precisam aprender, quais os conteúdos? Para que eles precisam de tais conteúdos, qual a importância deles para suas vidas? Para o campo? Para o semiárido? Por que são importantes?

Baptista e Baptista (2005) afirmam que a ficha pedagógica “torna possível a concretização dos elementos metodológicos básicos do projeto: o conhecer, o analisar, o transformar e o avaliar, sempre em consonância com a realidade rural e partindo desta para o conhecimento global e universal”.

É desse modo que são definidos os conteúdos programáticos das diversas disciplinas, os procedimentos metodológicos que estarão presentes em cada etapa da proposta CAT- o Conhecer, o Analisar, o Transformar e o Avaliar. Tudo isso sem perder de vista o Tema e os subtemas escolhidos² para o ano letivo. Portanto, a ficha pedagógica além de ser um roteiro que organiza o trabalho pedagógico da sala de aula, “deixa de ser apenas uma “recomendação didática” e passa a ser a operacionalização metodológica do processo, constituindo-se em um norte para a ação pedagógica” (BAPTISTA & BAPTISTA, 2005, p. 86).

²O Tema é discutido e escolhido ao final de cada ano, no último Encontro de Coordenadores, por todos, para o ano seguinte. Os subtemas são escolhidos a cada construção de ficha pedagógica, nos municípios.

2. EXPERIÊNCIA FORMATIVA COM PROFESSORES DO CAMPO

Uma das ações desenvolvidas no processo de formação continuada são as oficinas pedagógicas³ com os/as professores/as que atuam no CAT. Aqui, nos detemos a apresentar duas oficinas, uma de Linguagens, realizada no 3º Encontro de equipes pedagógicas e a oficina de Matemática.

2.1 Experiência I: Oficina de Linguagens

A oficina de Linguagens, realizada com os coordenadores pedagógicos, teve por objetivo discutir com os coordenadores a prática metodológica do CAT, especificamente sobre o ensino Língua Portuguesa. Para tanto, foram estabelecidos os passos metodológicos; o primeiro foi o Conhecer, momento em que iniciamos a oficina com a dinâmica das cores. Em seguida, foram distribuídas tarjetas para que os grupos respondessem as seguintes questões do CONHECER:

1. Por que se ensina língua portuguesa na escola?
2. Como a língua portuguesa é ensinada?
3. Quais as dificuldades encontradas pelos professores, com relação ao ensino de língua portuguesa?
4. Que destaque dos professores que atuam com o CAT você aponta, em relação ao ensino de língua portuguesa?
5. Quais as dificuldades apresentadas pelos alunos?

Nesse momento, buscamos entender quais as concepções de língua que o professor possui, que importância ele dá ao ensino da língua materna e à necessidade de domínio dessa língua pelos alunos. No 2º passo, o Analisar, distribuímos o texto teórico⁴ sobre o ensino de língua, leitura, produção de texto e análise linguística com o intuito de analisar e discutir os conceitos teóricos apresentados no texto. Esse momento revelou as potencialidades exercidas em sala de aula e apontou lacunas teóricas sobre o ensino de língua portuguesa. Para articular com o chão da escola, foram socializados modelos de fichas pedagógicas para que, em grupo, discutissem sobre a prática proposta e a relacionasse com os conteúdos de língua portuguesa. Depois disso, foi pedido que os grupos produzissem um texto sobre o tema: “O Semi-árido como espaço de vida”.

Na oportunidade foram aprofundadas as discussões sobre o tema e o que realmente se pretende para que haja um maior domínio por parte dos participantes da atividade/oficina/evento. Analisa-se o tema, a partir dos conhecimentos prévios e de conhecimentos historicamente construídos. Com isto, os professores tiveram a oportunidade de fundamentar cientificamente os conhecimentos que já possuem, apropriando-se de conhecimentos novos para que sejam capazes de reparar os equívocos e construir uma nova percepção da realidade das coisas. Este passo do itinerário nos leva ao 3º passo: Transformar.

Após a produção, fez-se a correção do texto coletivo, destacando os conteúdos de língua portuguesa selecionados; por exemplo, ortografia, pontuação, vocabulário, coerência e coesão etc.

Enfatizou-se a necessidade de se ter clareza, no momento do planejamento,

da escolha de conteúdos que constarão de qualquer que seja o nível de planejamento, quer seja dos planos de cursos ou planos de aulas. Numa educação que se quer contextualizada, os conteúdos não podem ser alheios à realidade do público a que se destina.

Assim, para a educação no/do semiárido, os conteúdos devem estar voltados para as realidades campestres, com vistas a desenvolver uma melhor compreensão desse bioma, de suas fragilidades e potencialidades, a fim de desenvolver o sentimento de pertença, o amor e o respeito pelo lugar e, conseqüentemente, o desejo de torná-lo o lugar da Vida - viável, confortável e boa de ser vivida. Esse momento é de extrema importância para o processo de ensino-aprendizagem, pois é quando realmente se ensina enquanto se aprende e se aprende ao mesmo tempo em que também se ensina. É quando se discute e analisa os temas propostos, construindo o conhecimento, a partir do senso comum para o conhecimento científico e crítico da realidade, levando os aprendizes a lerem o seu contexto social e político e a se perceberem como cidadãos plenos, capazes de transformação social. Como ninguém é capaz de transformar a realidade sozinho, todo o resultado das etapas de pesquisa e análise é apresentado à comunidade - momento da DEVOLUÇÃO, com o objetivo de, juntos, buscar as transformações socialmente percebidas como necessárias. O ato de analisar, de pesquisar, de estudar, efetivamente, leva a uma Avaliação dos fatos da realidade. Assim é no itinerário pedagógico do CAT: o Analisar leva ao Avaliar.

A avaliação da atividade foi feita através da retomada das respostas do Conhecer, quando cada participante escreveu o que achou da oficina, destacando os pontos marcantes, o que ficou a desejar e propondo as alterações cabíveis, para que o trabalho se torne mais produtivo e eficaz.

Como se pode observar, após as discussões e análises dos temas abordados, acontece o processo de avaliar todo o trabalho: os conteúdos analisados, a metodologia e os recursos utilizados, a participação dos envolvidos, alunos, professores, coordenadores, pais e comunidade. Todos avaliam e são avaliados. Desse modo, a educação não diz respeito apenas à Escola, mas inclui em seu fazer-se todos aqueles que, de uma forma ou de outra, recebem os seus benefícios e se tornam, assim, capazes de beneficiá-la também, numa retroalimentação constante.

2.2 Experiência II: Oficina de Matemática

A oficina de Matemática foi realizada com as professoras do campo do município de Nova Fátima e teve por objetivo como apresentar as operações numéricas de forma lúdica, através de jogos matemáticos. A atividade foi dividida em três partes, trabalhadas separadamente, considerando os conteúdos vistos na escola: 1) Números e Operações, 2) Figuras e Formas (geometria), 3) Frações. Com essa divisão, os conteúdos matemáticos foram separados para serem abordados pelos professores, com o intuito de não haver interferência entre os mesmos e dificultar a assimilação dos conteúdos. A partir daí, as oficinas foram preparadas tendo como foco principal a realidade vivida no campo. Resnick (1987) afirma que a forma dominante de aprendizagem na escola é individual. Fora da escola, a maior parte das ativida-

³Esse encontro aconteceu entre os dias 10 e 11 de setembro de 2015, na cidade de Feira de Santana - Bahia, e contou com 80 pessoas que compõem as equipes pedagógicas que atuam nos municípios que têm o CAT.

⁴O texto teórico utilizado foi “Unidades básicas do ensino de português, de João Wanderlei Geraldi. GERALDI, João Wanderley; ALMEIDA, Sandra. O texto na sala de aula. São Paulo: Ática, 1997.

des é realizada em grupos. A aprendizagem escolar é, em geral, descontextualizada, enquanto que as verdadeiras atividades cognitivas e a aprendizagem ocorrem num determinado contexto. Não se pode negar que o professor terá melhores resultados se conseguir estimular os seus alunos mostrando a importância do ensino para a vida e para o trabalho, seja no campo ou na cidade; essa regra é para todos. Os jogos matemáticos podem entrar como facilitador do aprendizado dessas crianças.

A utilização de jogos na sala de aula visa fornecer ao aluno um instrumento importante para o desenvolvimento cognitivo e a interação com os seus colegas e com o professor. O jogo matemático tem por principais características: facilitar o entendimento do aluno; incentivar a interação entre os alunos; incentivar a interação com o professor; ser uma atividade lúdica; mudar a rotina das aulas; refletir, analisar, levantar hipóteses e testá-las. Na oficina de Nova Fátima, o tema escolhido foi “Números e Operações”, por ser um tema introdutório e muito importante para toda a vida escolar das crianças. Dentre os principais objetivos da oficina, destacam-se: construção e ampliação de um repertório de cálculos memorizados; elaboração de procedimentos de cálculo mental; resolução e elaboração de problemas a partir de contextos de jogo.

O 1º. Passo foi o Conhecer, nesta etapa da oficina as professoras deveriam escrever, desenhar, representar de alguma forma o que entendem ou sentem da Matemática. A partir desse passo, fizemos a leitura do texto “A Matemática está em tudo”. Criado pelo grupo de estudo, o texto tenta mostrar que a matemática está totalmente inserida na nossa vida cotidiana. Para o envolvimento de todas, promoveu-se um diálogo a partir do que estava escrito no quadro conhecer (Figura 1). Apesar de alguém ter escrito “Dificuldade”, as demais reconhecem que a Matemática é “Indispensável”, “Importante”, “Útil”, “Usamos em tudo”, e “Interessante”. Em seguida, questionamos:

1. Como é vista a Matemática na sua escola?
2. Quais são as suas dificuldades no ensino das operações matemáticas através da metodologia do CAT?
3. Quais as dificuldades que vocês sentem por parte dos alunos?
4. Vocês utilizam algum jogo matemático na sua sala de aula?

Através desses recursos - o quadro, a conversa e as questões- tivemos a percepção da metodologia desses professores e de suas dificuldades em relação à disciplina e, nesse caso específico, em relação às operações matemáticas. Os alunos não conseguem compreender as operações e os professores não veem outras formas de ensinar o conteúdo.

Na segunda etapa da oficina, o Analisar, desafiamos as professoras a atuarem com o tema: Operações – Ábaco – Jogos Matemáticos. Dentro de operações, a maior preocupação foi realmente mostrar o significado real de cada uma delas, principalmente pela percepção que tivemos das dificuldades dos alunos e professores: Adição e Subtração – Acrescentar e Retirar, Juntar e Separar, Comprar e Vender (verbos de ações contrárias); multiplicação e divisão como sucessivas Adições e Subtrações.

Apresentamos também alguns exemplos de atividades a serem aplicadas

pelos professores para resolução. Destacamos a distributividade através das expressões matemáticas, na tentativa de fazer uma leitura das expressões como um problema matemático que, nesse caso, fará toda a diferença a ordem do problema para que se possa chegar ao resultado final correto da expressão. Dentro desse tema, propomos a utilização do ábaco e mostramos como realizar as operações com auxílio desse instrumento. Além do ábaco, mostramos outros jogos que podem ser aplicados em sala e estimular a cooperação entre os pares, como o dominó de expressões, jogo da memória com as operações, a gelosia (método da grade) e o boliche (Figura 2, 3 e 4). Nesta etapa, duas atividades foram propostas para serem realizadas: o jogo da memória com as operações (Figura 4) e o boliche/feira (Figura 5).

No caso do jogo da memória, as professoras se organizaram em grupos para tentar acertar todos os pares de cartas que continham as quatro operações. O jogo de boliche foi mais complexo, apresentamos o boliche para ser trabalhado com as turmas do 1º ao 4º ano com os conteúdos de cálculo mental de adições e multiplicações; resolução de problemas. As professoras deveriam acertar os pinos e fazer o cálculo do total dos pontos com auxílio do ábaco e trocar os pontos feitos com as garrafas derrubadas do boliche por produtos da “feirinha” (pipoca, chiclete, pirulito e nego bom). Cada doce tinha um valor e, além da soma feita no ábaco, eles teriam que efetuar a divisão para saber a quantidade de cada doce que poderiam “comprar” (Foto 5). Para a realização dessa atividade, utilizamos como materiais dados, argolas, garrafas pet, cartolina, papel sulfite, etiquetas e fita colante para a confecção dos jogos e tabelas de resultados.

Após a realização das atividades práticas, passamos para o 3º. Passo: Transformar. As professoras demonstraram prazer em participar das atividades, inclusive fizeram perguntas, questionamentos de como melhorar a sua prática pedagógica. Uma delas interessou-se em saber como poderia usar o ábaco com os seus alunos para as contas de dividir com dois números, pois os mesmos tinham muita dificuldade na resolução. Apresentamos então alguns cálculos semelhantes utilizando o ábaco. Elas não utilizam jogos em sala, mas garantem que vão começar a utilizar para tentar quebrar a barreira com a disciplina Matemática. A coordenadora do município destacou que o CAT é uma chance de aperfeiçoamento para esses professores e estudantes.

Ao final da atividade pedimos que as professoras escrevessem no papel qual a impressão que tiveram da atividade e o que poderiam levar para aplicar em sua sala de aula, destacando se houve alguma mudança em relação à sua percepção da matemática. Todos agradeceram muito; disseram que utilizarão o material em sala e observaram que, realmente, a matemática pode, sim, ser prazerosa e funcionar como uma motivação na relação professor-aluno, principalmente com a proposta de jogos. Destacaram, principalmente, o ábaco como um ótimo recurso, pois muitos já tinham na escola, mas não sabiam utilizar. Eles destacaram também que algumas atividades propostas através dos slides seriam novos recursos para as atividades extra-classe.

Ao longo do processo, algumas dificuldades dos professores foram observadas: a questão da percepção das operações, o significado real dessas operações, o

manejo com o ábaco, a dificuldade em dividir na hora da troca da “feirinha de trocas”. Mais um ponto importante que podemos observar após a nossa experiência é que os professores demonstram grande interesse em aprender mais e estão dispostos a oferecer o que têm de melhor para os seus alunos. Nenhum deles possui formação na Área de Exatas; este fator torna complicada a comunicação com a Matemática e talvez a dificuldade em comunicar-se, com os alunos, se deva ao desconhecimento e até receio que eles têm em relação à disciplina. No final das atividades, os professores receberam um certificado de 8h da Oficina de Matemática (Figura 6).

CONCLUSÃO

A garantia do acesso e da permanência das crianças nas escolas do campo aponta para que a educação do campo seja tratada como direito a uma escola pública de qualidade. Nessa perspectiva, compreendemos que a proposta pedagógica do CAT é capaz de contribuir para a construção de uma educação que seja contextualizada, que seja eficiente e de qualidade e que conduza à emancipação e libertação daqueles a quem se destina, seja do campo ou da cidade, pois pretendemos uma educação que parta sempre da realidade dos sujeitos, com vistas a tornar esses sujeitos capazes de perceberem essa realidade, suas contradições, vicissitudes, como também suas verdades, materialidades e belezas. É compreendendo esse conjunto que compõe a realidade e apropriando-se dos meios necessários que os sujeitos podem intervir e agir no mundo. Uma educação que vai além da formação escolar, que vise acima de tudo à formação humana e cidadã.

Em seus 20 anos de história, o Programa CAT tem enfrentado desafios, perdendo algumas lutas, mas também alcançado muitas vitórias. A Professora Francisca expressa bem quais são os “sonhos” do CAT:

*“*Uma escola do campo cada vez melhor, desenvolvendo habilidades e valores humanos nos seus alunos/as, com mais amor à terra e à vida;*

**As famílias dos nossos alunos/as usando técnicas de convivência com semiárido, provocadas pela escola e proporcionadas por Políticas Públicas decentes (como crédito, assistência técnica, acesso à água etc.);*

**A Sociedade Civil organizada dos municípios envolvidos no CAT atuando com todo vigor: estimulando os /as professores/as nas atividades pedagógicas; propondo ações que beneficiem a comunidade; colaborando com informações específicas como agroecologia; agricultura familiar, provocando troca de experiências; participando das Devoluções e; assumindo os encaminhamentos que lhes couberem para melhoria da comunidade.*

**Escolas com Currículo Contextualizado, contemplando a cultural local/regional, agroecologia /agricultura familiar e outros anseios dos/as alunos/as e da população local. Que estas escolas tenham diretores/as interessados, apoiando os/as professores/as nas atividades do CAT.*

**Educação do Campo definida como Política Pública do município (com Lei específica); assumida pelos gestores com interesse permanente, compro-*

misso e apoio constante.

**Os municípios assumindo com autonomia a proposta de Educação do Campo e intercambiando suas experiências com outras similares.*

**Que as Universidades da região assumam mais direta e continuamente a formação de professores/as do campo no semiárido.*

**Um semiárido como um lugar possível e agradável de viver bem e feliz, com a sua população assumindo seu destino” (BAPTISTA, 2013, no prelo).*

Essa é a nossa proposta de Educação do Campo pois, como Paulo Freire, sonhamos com uma educação que satisfaça as necessidades do sujeito, que o fortaleça e o conscientize de que ele é capaz de um que-fazer crítico criador e recriador, isto é, pretendemos uma educação que, sem dicotomizar os conhecimentos do mundo da cotidianidade com os conhecimentos produzidos no mundo escolar, permita a esses sujeitos descortinar a opacidade do mundo e então ver um mundo novo.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Francisca Maria Carneiro; BAPTISTA, Naidison de Quintella (orgs.). Educação rural: sustentabilidade do campo. Feira de Santana, BA: MOC; UEFS; (Pernambuco): SERTA, 2005.

BAPTISTA, Francisca Maria Carneiro. . O CAT jovem sonhado e sonhador. 2013. Texto escrito para a comemoração dos 18 anos do Projeto CAT (no prelo).

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.349/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Resolução CNE/CEB Nº 1, de 03 de Abril de 2002.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 35ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

RESNICK, L. B. Learning in and out of school. Educational Researcher, 16, p.13-20, Washington, 1987.



Desafios da Gestão de um Centro de Educação Infantil Universitário

Management Challenges of an Early Education Center at a Federal University

Resumo

Este é um artigo de revisão bibliográfica que versa sobre a gestão de um centro de educação infantil universitário. Alguns desafios da gestão centro de educação infantil universitário foram apontados, permeando vários aspectos, dentre os quais os servidores investidos em cargos administrativos atuando como professores de educação infantil e a importância do processo de democratização da escola, com a eleição de diretores, o que representa um avanço social em relação ao cenário de democratização vivenciado pela escola pública. O artigo apoiou-se na pesquisa teórica partindo da bibliografia voltada à área de gestão escolar e na pesquisa documental sobre o Centro de Educação Infantil universitário da Universidade Federal do Espírito Santo. A fundamentação legal será subsidiada pela análise de alguns artigos da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Plano Nacional da Educação de 2014, resoluções e portarias, dentre outros.

Palavras-Chave: Administração. Gestão Escolar. Creche Universitária. Gestão Democrática.

Maria José Rassele Soprani*
João Moreira Dutra Filho¹
Andressa Fernandes Palmeira¹
Marina Corrêa da Silva¹

*Servidores da Universidade Federal do Espírito Santo. Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras, Vitória - ES, 29075-910, Brasil. Tel. 55 (27) 3335-2350. E-mail: mjosesoprani@hotmail.com Tel. 55 (27) 999613129

¹Servidores da Universidade Federal do Espírito Santo. Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras, Vitória - ES, 29075-910, Brasil. Tel. 55 (27) 3335-2350.

Abstract

This is a review article which aims to address the management of an Early Childhood Education Center of a Public University in Brazil. Some management challenges of this Early Childhood Education Center will be discussed, such as, administrative public servant performing teaching tasks, as well as the importance of the school democratization process seen in many aspects such as the election of school principals which represents an improvement on the social democratization scenario experienced by public school. This article was supported in theoretical research based on the literature focusing on the public school management, and in a historical documentary research about the early childhood education center of the Federal University of Espírito Santo. The legal basis will be subsidized by the analysis of some articles of the Constitution of the Federative Republic of Brazil (1988), some specific Education Laws, among others.

Keywords: Administration. School Management. University Daycare Center. Democratic Management.

INTRODUÇÃO

A evolução da gestão pública pauta-se na redefinição das funções do Estado e da burocracia para uma abordagem de Administração Pública gerencial. Nesse contexto, é possível fazer um paralelo de como a Administração Pública se comportava e como evoluiu para o estado organizacional que se encontra hoje. Observa-se que a Administração Pública vem buscando constante crescimento, empregando novas abordagens administrativas, desenvolvendo e antecipando estratégias e flexibilizando a sua maneira de administrar tendo como objetivo a busca por maior eficiência na prestação de serviço de qualidade.

Dessa forma, visando à garantia da eficácia social dos princípios aplicáveis à Administração Pública em geral, em todas as esferas de governo, o caput do art. 37 preceitua que “a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

Com base nesses preceitos e na evolução da gestão pública contemporânea, este artigo busca analisar os avanços relacionados à conquista da administração democrática na área de gestão educacional. O cenário para o campo empírico deste estudo foi o Centro de Educação Infantil da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), onde se abordou um prisma da gestão da educação por meio da eleição de diretores de escolas públicas.

GESTÃO DA EDUCAÇÃO

O tema deste estudo está voltado à gestão, no entanto, para entender o que significa esse termo é preciso antes analisar o que vem a ser administração. No que tange à Administração, como ramo das Ciências Humanas, essa busca a aplicação prática de princípios, normas e funções, especialmente em empresas, sejam elas públicas, privadas ou mistas.

No que se refere ao ambiente escolar, a administração desenvolve teorias a serem aplicadas na organização do trabalho na escola e no sistema escolar. Nesse sentido, como a escola possui realidades distintas de uma empresa, as teorias administrativas precisam ser repensadas quando são aplicadas na escola.

Pode-se entender a gestão escolar como o meio de organizar o trabalho pedagógico, de forma que as atividades sejam desempenhadas com planejamento, distribuição de funções e atribuições e conseqüente democratização das decisões a serem adotadas.

Para Dourado (2012, p. 30) gestão escolar é “a mediação entre os recursos humanos, materiais, financeiros e pedagógicos, existentes na instituição escolar, e a busca dos seus objetivos, não mais o simples ensino, mas a formação para a cidadania”. Segundo Bordignon e Gracindo apud Dourado (2012, p. 24) “entende-se por gestão da educação o processo político-administrativo contextualizado, por meio do qual a prática social da educação é organizada, orientada e viabilizada”.

Nesse sentido essa espécie de gestão vincula instituições sociais por meio de diretrizes comuns. De acordo com o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares a democratização no ambiente escolar compreende o seguinte:

*“A democratização dos sistemas de ensino e da escola implica aprendizado e vivência do exercício de participação e de tomadas de decisão. Trata-se de um processo a ser construído coletivamente, que considera a especificidade e a possibilidade histórica e cultural de cada sistema de ensino: municipal, distrital, estadual ou federal de cada escola”.*²

² Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Vol.5, p. 23, 2004.

Os conceitos apresentados estão repletos de termos como planejamento, controle e objetivos (resultados), elementos característicos do meio de produção capitalista, entretanto, a administração surgiu antes da organização da sociedade com base no ideal capitalista. Como esse estudo trata de administração escolar, de um centro de educação infantil universitário no âmbito da Administração Pública Federal, opta-se pelo uso do termo gestão escolar por considerar as especificidades envolvidas nesse tipo de instituição.

Dourado (2006) define o campo de atuação da escola dizendo que [...] “Embora a escola, historicamente, tenha nascido para a tarefa de ensinar, na realidade o trabalho em seu espaço se “divide” em docente e não docente”. O autor ainda classifica os diferentes atores envolvidos no trabalho docente, dentre os quais cita os professores, coordenadores e diretores. No entanto, ele esclarece ainda que, “[...] o trabalho não docente envolve os servidores técnicos, como merendeira, zelador, porteiro, auxiliar de limpeza e outros” (DOURADO, 2006, p. 79).

A especificidade da função social da escola pública, portanto, não se confunde com trabalho e produto para fins de negociação tal como acontece em empresas que visam à expropriação do saber na produção de mais valia para a reprodução do capital, para manutenção da hegemonia do modo de produção capitalista. Diferentemente, na escola o campo pedagógico se constitui enquanto trabalho não material, entendendo-se como aquele que, segundo Dourado (2006, p.79) “não separa do ato da produção e não se subordina aos meios e às finalidades, constituindo-se enquanto meio e fim num processo de permanente construção e ressignificação do conhecimento historicamente produzido”.

Os trabalhadores docentes e não docentes que atuam em uma escola contribuem para o processo formativo dos seus usuários visando à educação, cumprindo assim a sua função social cujo resultado final é a formação dos estudantes.

Benno Sander, apud Dourado (2006, p. 22), apresenta alguns esclarecimentos no que tange aos caminhos percorridos pela gestão escolar, de modo a fomentar o processo de formação supramencionado:

“[...] destacam o caráter assumido por esta desde o enfoque essencialmente normativo (que prioriza as normas e a orientação jurídica), passando pelas abordagens tecnocráticas e comportamentalistas, até as abordagens contemporâneas que possibilitam, em alguns casos, a centralidade da dimensão humana, favorecendo os processos de participação dos diferentes atores no cotidiano escolar”.

Nesse sentido, Dourado (2006, p. 22) ainda destaca “a importância do enfoque cultural, centrado na dimensão humana, como concepção que contribui para repensar a cultura escolar e, desse modo, para a construção da gestão democrática das escolas”.

A escola apresenta, enquanto instituição social, responsabilidades e particularidades que tornam sua gestão diferenciada, de maneira que essa deve ser exercida de forma distinta das demais regidas pela administração em geral.

A gestão democrática de uma instituição de ensino público visa à mediação entre os recursos humanos, materiais, financeiros, pedagógicos e a busca dos seus objetivos, não mais o de simples ensino, mas também o da formação para a cidadania. Tal visão contrapõe-se à centralização do poder na instituição escolar pública, primando pela participação dos estudantes, funcionários, professores, pais e comunidade local na gestão da escola.

O que fica visível como fruto dessas observações é que a gestão escolar, ao tentar construir e consolidar um projeto de gestão democrática na escola, deve estar ciente das semelhanças e diferenças da organização do trabalho pedagógico em relação a outras instituições sociais. Deve haver foco nos diversos mecanismos pelos quais efetivará sua gestão, pressupondo a participação de instâncias colegiadas de caráter deliberativo, a participação de todos os elementos da comunidade escolar na construção do projeto político-pedagógico e na delimitação da aplicação dos recursos recebidos pela escola.

Grande parte das conquistas nas políticas educacionais originou-se, segundo Kramer (2008), “[...] tanto de pressões de diferentes setores da sociedade – trazidas, sobretudo, na Constituição de 1988- quanto de tendências de caráter global presentes em reformas curriculares dos anos 90”. A autora ainda salienta que:

“[...] no bojo dessas mudanças, os temas de ‘descentralização dos processos políticos administrativos’ e a ‘democratização da escola pública’, com a criação de conselhos dotados de autoridade deliberativa (como os conselhos tutelares), a participação da comunidade escolar na escolha dos diretores e o repasse de recursos financeiros às unidades escolares são medidas que visam contribuir para a construção de uma escola autônoma” (KRAMER, 2008, p. 101).

As normas legais referentes à organização e gestão do atual sistema brasileiro de ensino são resultado de mudanças importantes no processo de reforma do Estado e fruto de alterações introduzidas em 1988, pela Constituição da República Federativa do Brasil; em 1996, pela Lei n. 9.394, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e pelo Plano Nacional de Educação (PNE), na forma da Lei nº 13.005/2014, que em 25 de junho de 2014 estabeleceu 20 metas que abarcam todos os níveis de escolaridade, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, com ênfase para questões como a Educação Inclusiva, o progresso da taxa de escolaridade média dos brasileiros, a formação e plano de carreira para

educadores, bem como a gestão e o financiamento da Educação.

Dentre as metas em questão, destaca-se a meta 19 do PNE que trata da gestão democrática da educação e estabelece um prazo de 02 (dois) anos para a efetivação dessa gestão, aliada “a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto”.

Compreende-se, então, que o Plano Nacional de Educação propõe que a gestão esteja inserida no processo de relação da escola com a sociedade, de forma a oportunizar aos seus agentes a construção e conquista da qualidade social na educação.

Nesse contexto, apresenta-se na seção seguinte alguns mecanismos que podem contribuir de forma prática com o alcance da gestão democrática na educação.

O CAMINHO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA

A educação é um direito social assegurado pela Constituição Federal, que traz em seu artigo 206 os princípios aplicáveis ao ensino, entre eles a gestão democrática, conforme previsão constante no inciso VI desse artigo. Esse direito é de extrema importância, pois visa o desenvolvimento do indivíduo, sua preparação para o exercício da cidadania e qualificação para o mercado de trabalho. A adoção de ações e políticas voltadas à educação é papel da União, por intermédio do Ministério da Educação (MEC), em conexão com os poderes públicos estaduais e municipais.

Outrossim, os princípios do artigo 206 da Constituição de 1988, além de regular o financiamento, competências e atribuições, corroboram direitos e deveres que constituem a base para a organização da educação no Brasil.

No mesmo sentido do texto constitucional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 garante a autonomia e a democratização da gestão escolar, no termos do art. 12, in verbis:

“Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; [...]”.

A lei acima citada traz ainda, em seu artigo 14, os princípios que norteiam a gestão democrática da escola (BRASIL, 1996):

“Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”.

Essa participação social pode-se externar por meio de políticas públicas, que segundo Teixeira (2002), “são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado”.

O papel das políticas públicas no âmbito educacional é bem definido por Dourado (2006), nos seguintes termos:

“[...] as políticas educacionais, enquanto políticas públicas, cumprem o papel de integração e qualificação para o processo produtivo, criando estruturas norteadas por interesses e prioridades nem sempre circunscritos à esfera educacional, mas voltadas para o campo dos negócios comerciais e empresariais. Ao mesmo tempo, as políticas educacionais se situam e são compreendidas no âmbito das demais políticas sociais, portanto, como um direito social. É a partir desse caráter contraditório das políticas que devemos ocupar espaços em defesa do direito à educação e à participação cidadã”.

Os mecanismos apontados demonstram uma trajetória de avanços na busca pela gestão democrática, entretanto, essa ainda é permeada por alguns desafios. Como o foco deste estudo trata-se de um centro de educação infantil, a seção seguinte abordará algumas questões que instigam o ambiente escolar que fomentou o interesse em desenvolver o presente trabalho, qual seja, uma creche universitária.

DESAFIOS DA GESTÃO EM UMA CRECHE UNIVERSITÁRIA

O cuidado e a educação das crianças pequenas, por longos anos, eram considerados como de responsabilidade da família, principalmente da mãe porém, após a Revolução Industrial no século XIX, a estrutura familiar tradicional que cuidava dos filhos pequenos foi alterada, com o ingresso da mulher e de outros membros da família no mercado de trabalho, como meio de assegurar sua subsistência.

No Brasil, as instituições de educação infantil ligadas a órgãos da Administração Pública Federal estão voltadas à concepção de creche no local de trabalho, para atendimento de crianças na faixa etária de 0 (zero) a 5 (cinco) anos e é fruto da luta de movimentos sociais, de comunidades, de mulheres trabalhadoras, empregadas de empresas públicas e privadas, na busca por melhores condições de vida.

Nesse contexto o direito à creche foi reconhecido pelas funcionárias públicas, sendo um dever do Estado, enquanto empregador. Além disso, segundo Kuhlmann Jr (2000), a importância do papel das creches, sem descartar a educação, pautava-se por necessidades da própria sociedade, ressaltando raízes históricas

que se materializam nas salas quando as famílias se preocupam basicamente com o cuidar em detrimento do educar.

É neste cenário que surgem as primeiras unidades de Educação Infantil nas universidades federais brasileiras. Segundo dados da ANUFEI (Associação das Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil), atualmente, existem 22 unidades de Educação Infantil em universidades federais, dentre as quais se encontra o Centro de Educação Infantil – CEI CRIARTE/ UFES que será o cenário administrativo para coleta qualitativa de informações sobre a gestão escolar.

Inicialmente o centro de educação infantil universitário em questão se constituía em um espaço que provia um atendimento no qual prevalecia o caráter assistencialista, tal como ocorria em muitas outras instituições de pré-escola na atuação com as crianças. Era um local para abrigar as crianças enquanto os pais trabalhavam ou estudavam e dava-se destaque às tarefas de higiene, alimentação e ao sono, tendo inclusive, algumas camas para as crianças repousarem.

Devido ao aumento pela procura por vagas, formou-se uma equipe com a função de redimensionar o atendimento e redefinir objetivos através de uma reavaliação do projeto original e acompanhamento de sua implantação.

Houve um investimento por parte dos profissionais na construção de um trabalho com ênfase no aspecto pedagógico e na modificação de determinadas ações no seu cotidiano, por meio de um redimensionamento da coordenação pedagógica, juntamente com intercâmbios mantidos com outras instituições de educação infantil e palestras proferidas por professores dos diversos cursos de graduação da universidade da qual faz parte esse centro de educação infantil.

Durante sua trajetória, novas demandas foram colocadas para o Centro de Educação Infantil Universitário, de certa forma impondo a necessidade de sua regulamentação, entre as quais o ordenamento legal que envolve a educação infantil, sobretudo a Emenda Constitucional n.º 59, de 2009, que dispõe sobre a educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade.

A instituição da Resolução n.º 1 de 10 de março de 2011³, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que fixa normas de funcionamento das Unidades de Educação Infantil ligadas à Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações, trouxe grandes expectativas de que, finalmente, o CEI tivesse o reconhecimento institucional que almejava no transcorrer dos seus 40 anos de existência e que pudesse ver resolvido o problema de funcionamento agravado pela escassez de servidores para atuarem como responsáveis por turmas e a realocação dos servidores em desvio de função para seus antigos postos.

Em agosto de 2012, o projeto que foi elaborado a partir da Resolução supramencionada do CNE, foi aprovado pelo Conselho Universitário do CEI em questão por meio da Resolução n. 48/2012, tornando oficialmente o CEI um Centro de Educação Infantil Universitário.

O ano de 2013 trouxe um novo dilema à trajetória do CEI e às demais creches universitárias no Brasil, que viveram um momento que certamente representou mais uma nova luta política dos reitores das universidades, dos professores e de todos

aqueles que lidam com a educação infantil. A defesa da educação básica nas universidades passa a ser o assunto em pauta, representando a bandeira de luta para que as creches universitárias conseguissem se manter federalizadas, com quadro de pessoal permanente, com direito à formação, mestrado e doutorado, de forma a continuar como grande polo de ensino de pesquisa e extensão.

No dia 24 de setembro de 2013, na Câmara dos Deputados em Brasília, ocorreu uma audiência pública com a participação de professores e reitores de todo o Brasil, do Secretário de Ensino Superior (SESu), Paulo Speller, e do Secretário de Educação Básica (SEB) Romeu Caputo para discutir “A defesa da educação básica nas universidades”. A mobilização ocorreu devido à proposta do MEC de transferir para os municípios a responsabilidade pelas unidades de educação infantil que pertencem às universidades.

A audiência e a mobilização das creches universitárias resultaram no recuo do MEC quanto à municipalização das unidades de educação infantil já constituídas nas universidades e no compromisso de continuar a atender as creches cujas universidades tivessem interesse em mantê-las, que é o caso do centro de educação infantil da universidade objeto deste estudo. Também foi constituída uma comissão para atuar junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na liberação do Quadro de Equivalência de vagas para professor EBTT (Educação Básica Técnica e Tecnológica) para posterior realização de concurso público, visando suprir a falta de servidores para atuar em sala de aula, como professores de educação infantil.

No dia 20 de dezembro de 2013, foi publicado no Diário Oficial da União o edital para o primeiro concurso de professores para esse centro de educação infantil universitário, tendo em vista autorização concedida pela Portaria do Ministério da Educação nº 1.045, de 22 de outubro de 2011, tornando pública a abertura das inscrições e estabelecendo normas para a realização de Concurso Público de Provas e Títulos, destinado a selecionar candidatos com vistas ao provimento de cargos vagos da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Quadro Permanente do Centro de Educação Infantil em questão.

O cenário atual do CEI universitário objeto deste estudo é de tensionamentos e de questões a responder. É uma mistura da memória e história de quatro décadas com as novas questões que emergem com a realocação dos muitos servidores que atuavam até então em desvio de função para seus postos de origem. Servidores que vivem mudanças organizacionais e psicológicas que afetam e dão novos sentidos para suas vidas no aspecto pessoal e profissional.

Esta linha do tempo traça um breve histórico dos 40 anos de existência do CEI universitário, mostrando como essa creche universitária foi se construindo e se solidificando como espaço educativo por meio do desejo e do sonho daqueles que nele trabalharam e que continuam trabalhando por uma educação de qualidade para os bebês, para as crianças pequenas e pré-escolares, por intermédio de seu projeto político pedagógico.

Os desafios enfrentados pelos gestores que atuaram no CEI em questão ao longo dessa trajetória estão longe de serem resolvidos, pois agora um problema central da

³ Resolução CNE/CEB 1/2011. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de março de 2011, Seção 1, p. 10.

gestão é lidar com a questão dos servidores que se encontram em desvio de função.

De acordo com o Manual de Processo Administrativo Disciplinar da Corregedoria Geral da União (CGU), o desvio de função é infração disciplinar prevista no art. 117, inciso XVII da Lei n. 8112/90 e consiste na atribuição, a servidor público, do exercício de atividades diversas daquelas previstas para seu cargo.

No caso dos CEI's, o desvio de função mais comum ocorre com servidores ocupantes do cargo de auxiliar de creche que venham a desempenhar funções relativas ao cargo de professor. No entanto, em relação ao centro de educação infantil universitário em análise nesse estudo, a questão vai além, já que servidores que possuíam cargos que deveriam desempenhar funções administrativas, diante da escassez de pessoal passaram ao longo dos anos a executar atividades pedagógicas e educacionais nas salas de aula.

No cenário atual, em respeito ao princípio da legalidade esses profissionais que se encontram em desvio de função devem ser realocados para seu cargo de origem, no entanto, muitos já iniciaram suas atividades em desvio de função e para evitar maior frustração a esses servidores, uma possível solução seria conduzir esses servidores para setores do próprio Centro de Educação Infantil para desempenho de tarefas administrativas, caso o cargo de origem possua tal atribuição.

Além do desvio de função, outra questão a ser discutida em torno do gestor do centro de educação infantil refere-se à responsabilidade pelo uso adequado dos recursos recebidos do governo.

Segundo a Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, um dos recursos recebidos pelos centros de educação infantil advém do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAES. A alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, reconhecido internacionalmente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pelo Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC.

O gestor tem o dever de prestar contas a cada exercício administrativo de tudo que foi gasto, sendo responsável pelo uso adequado desses recursos. No que diz respeito à aprovação e decisão quanto à forma como será gasto o recurso, tal decisão caberá ao Conselho de Escola, formado por representantes dos pais, da comunidade, segmento de professores e demais servidores.

A fiscalização de todas as compras deve ser efetuada por um Conselho Fiscal que é formado por professores e pelo Diretor da escola, sendo eleito entre os professores um tesoureiro. O Diretor é membro nato deste conselho, sendo responsável, entre outras atribuições, pela assinatura dos cheques destinados às compras.

ELEIÇÃO DO DIRETOR ESCOLAR

A bibliografia sobre eleições para diretores escolares evidencia que, historicamente, nas palavras de Mendonça (2001) a escola sempre foi um campo fértil para o aumento do clientelismo político enquanto aceitou a indicação de seus diretores, e ainda afirma que:

“[...] para o político profissional, ter o diretor escolar como aliado político é ter a possibilidade de deter indiretamente o controle de uma instituição pública que atende diretamente parte significativa da população. Para o diretor, gozar da confiança da liderança política é ter a possibilidade de usufruir do cargo público. Estabelecem-se, desta maneira, as condições de troca de favores que caracterizam o patrimonialismo na ocupação do emprego público” (MENDONÇA, 2001, p. 88).

Nesse mesmo sentido, posiciona-se Souza (2006, p. 179) sobre a escolha do cargo de diretor como um cargo político e não como uma função a ser desempenhada por quem tem capacidade técnica para tanto:

“Indicar política ou tecnicamente o dirigente escolar pressupõe compreender a direção da escola pública não como uma função a ser desempenhada por um especialista da carreira do magistério, mas como um cargo político de confiança do governante municipal ou estadual ou como instrumento de compensação no jogo político-eleitoral”.

A possibilidade de escolha e eleição para diretores de escolas, segundo afirma Dourado (2001, p. 84) “vincula-se à crença de que o processo implica uma retomada ou conquista da decisão sobre os destinos da gestão”.

De acordo com Souza (2006, p.187), é importante para a instituição “escola” o processo de democratização da mesma, permeando vários aspectos, dentro dos quais a eleição de diretores, que representa um avanço social em relação ao cenário de democratização vivenciado pela escola pública. A eleição para diretores representa um mecanismo por meio do qual a comunidade pode se manifestar e é uma “forma de controle sobre a burocratização da política escolar”.

Pois bem, a eleição de forma democrática de um diretor escolar e até mesmo de um CEI que é o foco deste estudo é uma forma de reduzir também a influência do patrimonialismo na gestão de um ambiente escolar.

Acerca da maior participação da sociedade nas ações do Estado, nos últimos anos, é relevante a seguinte transcrição de Paes de Paula (2005):

“Nas últimas décadas, os brasileiros estiveram engajados no processo de redemocratização do país, buscando reformar o Estado e construir um modelo de gestão pública capaz de torná-lo mais aberto às necessidades dos cidadãos brasileiros, mais voltado para o interesse público e mais eficiente na coordenação da economia e dos serviços públicos”.

O processo de democratização também passa pelo crescente envolvimento da comunidade com a escola. A participação da mesma no ambiente escolar consiste em ações como participar das eleições dos diretores escolares que, conforme citado anteriormente, não passava de um cargo de mera indicação política. Outra

forma de interação da comunidade com a escola são os conselhos escolares, que constituem uma das maiores ferramentas de participação comunitária.

É possível que a escola estimule a participação da comunidade de modo a ouvir o que ela espera da mesma e como seria possível agregar suas ideias e conhecimentos.

Diante do que foi exposto, a eleição de gestores da escola faz-se necessária como condição da democratização, pois segundo Paro (2003, p. 26):

“[...] é preciso que se democratizem as instituições que compõem a própria sociedade. Daí a relevância de se considerar a eleição direta, por parte do pessoal escolar, alunos e comunidade, como um dos critérios para a escolha do diretor de escola pública”.

Tal avanço significa a efetivação das relações escolares, que não devem ser consideradas como um fim, mas sim como a aproximação da linha de chegada do processo de construção da democracia na escola, na medida em que, de acordo com Dourado (2001, p. 89), “[...] se propõe resgatar a legitimidade do dirigente como coordenador do processo pedagógico no âmbito escolar”.

Para Souza (2006), sendo o papel do diretor escolar de natureza político-pedagógica e operando na coordenação política da escola, a sua eleição para a função implica reconhecer que o seu trabalho é mais do que o de um burocrata, preocupado apenas com a dimensão técnica da função, mas de alguém comprometido com a comunidade escolar, que pauta as suas decisões a partir dos interesses coletivos.

Assim, retomando o campo de estudo deste trabalho, de acordo com o regimento interno do centro de educação infantil⁴ em questão, a regulamentação da eleição do diretor encontra-se no capítulo II – DA DIREÇÃO conforme a seguir:

“Art. 9º - A Diretoria do CEI Criarte, exercida pelo Diretor, é o órgão executivo que coordena, fiscaliza e superintende as atividades da unidade de educação infantil.

Parágrafo 1º - Nas suas faltas e impedimentos, o Diretor será substituído pelo Vice-Diretor.

Art. 10º - A função de diretor será exercida em regime de tempo integral.

Art. 11º - O Diretor do CEI Criarte será eleito diretamente pelos servidores e pais de alunos, através de voto secreto e universal.

Parágrafo 1º - Poderão candidatar-se a Diretor e Vice-diretor: servidores efetivos dessa unidade de educação infantil com licenciatura plena em Pedagogia, Curso Normal Superior ou pós-graduação na área de educação e com mínimo de três anos de experiência nessa unidade de ensino; professores do Centro de Educação da UFES, que tenham desenvolvido projetos de extensão ou de pesquisa no CEI Criarte ou supervisionado Estágio Curricular de alunos da UFES nesse espaço.

Parágrafo 2º - As normas para eleição de representantes do Diretor e Vice-Diretor do CEI Criarte serão estabelecidas por Comissão Eleitoral, indicada por

seus pares e homologada pelo Conselho do CEI.

Parágrafo 3º - O mandato do Diretor será de três anos, com direito à reeleição.

Tal regimento ainda aborda outro aspecto essencial na gestão democrática quando fala dos demais atores envolvidos no processo administrativo, a associação de pais e educadores. Essa previsão consta no capítulo VI, art. 29º: “A Associação de Pais e Educadores da Criarte tem o objetivo auxiliar e apoiar os trabalhos desenvolvidos em sintonia com a Direção da Escola na busca de providências que visem o melhor funcionamento do CEI Criarte”.

O regimento em questão ainda traz no capítulo III que trata do projeto político pedagógico, a importância da participação da comunidade escolar, especificamente no art. 35, parágrafo 2º: “Toda a comunidade escolar do CEI Criarte deverá participar da elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político Pedagógico da unidade de educação infantil”.

Assim, verifica-se que, no CEI que motivou a realização deste estudo, já se reconhece a importância da participação da comunidade no processo de gestão escolar democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A eleição de diretores adquiriu lugar de destaque no processo de democratização da escola e dos sistemas de ensino, chegando erroneamente a ser considerado sinônimo de gestão democrática. Ela é uma das maneiras, sem ser a única, de materializar esse importante princípio constitucional no ensino público. A sua realização cria vínculos entre a comunidade, alunos, trabalhadores em educação e direção eleita em torno de um projeto de trabalho coletivo (MENDONÇA, 2000, p. 258).

Essa preocupação com a escolha do dirigente dos centros de educação infantil, inclusive os universitários, de forma a inserir também o núcleo familiar nessa escolha é reflexo do novo modo de pensar a educação infantil, que agora não se volta apenas ao cuidar, mas a sua real função, o educar.

Com o advento da Emenda Constitucional Nº 59, de 2009, isso fica ainda mais evidente, no entanto, ao mesmo tempo gera inquietação entre alguns educadores, pois para que se garanta o fiel cumprimento da nova legislação o foco da educação infantil poderá ser as pré-escolas, ficando prejudicado o oferecimento de educação infantil para o público de até três anos de idade, já que é recorrente em todo o Brasil a questão da falta de vagas para atender o público da educação infantil, em especial desta faixa etária.

Apesar de já ter sido exposto ao longo desse artigo que a criação dos centros de educação infantil foi um reflexo da inserção, principalmente da mulher, no mercado de trabalho, pois permitiu que esse público pudesse sair de casa para trabalhar, a educação infantil é um meio de socialização da criança, assim como é a inserção do adulto no mercado de trabalho.

Em análise do Centro de Educação Infantil Universitário, objeto dessa pesquisa, há que ser considerado ainda que esse garante o acesso à educação de jovens

⁴Regimento Interno do Centro de Educação Infantil-CRIARTE/UFES- Anexo da Resolução n. 48/2012.

e adultos que já são pais e mães, e, além de não poderem contar com o apoio de terceiros, também não teriam condições de custear as despesas com um CEI privado.

Outrossim, diante do que foi abordado ao longo desse estudo, a educação infantil para o público de até 05 (cinco) anos de idade, que é atendido por CEI'S, ainda quando se trate de uma instituição privada não deve perder seu caráter de contribuir para a formação da criança.

Nesse sentido é para essa finalidade que deve ser voltada a gestão de um CEI, e não apenas, no caso de uma instituição privada, para o ganho de capital e, nas instituições públicas, para ser o local no qual, pais, mães e demais responsáveis possam deixar as crianças para poder exercer as atividades necessárias à subsistência da família.

Ademais, de acordo com Rocha (2003) “a educação infantil tem uma identidade que precisa considerar a criança como um sujeito de direitos, oferecendo-lhe condições materiais, pedagógicas, culturais e de saúde para isso, de forma complementar a ação da família”.

Ainda quanto à gestão de um CEI, outro ponto relevante é a satisfação dos funcionários que nele atuam, já que isso poderá refletir diretamente nas atividades de cuidado e ensino da criança; ora, em qualquer atividade seja pública ou privada, funcionário insatisfeito pode ser sinônimo de tarefa mal cumprida e no caso de um CEI, isso pode ser danoso ao processo de formação de uma criança, tendo consequências na sua aprendizagem e na socialização com outras crianças e adultos.

Dessa forma, no caso de um centro de educação infantil universitário é de extrema importância evitar situações de desvio de função, pois além dessas serem ilegais, influenciarão diretamente na satisfação do servidor que passar por esse processo de desvio, ora por ter que desempenhar atividade distinta daquela para a qual foi contratado, ora por ser remunerado em desconformidade com a complexidade das atividades que desempenha.

Assim, fica evidente que tanto no processo de formação da criança, como no de gestão escolar são igualmente importantes: a família, o diretor escolar, os educadores e aqueles que colaboram com as demais atividades que são imprescindíveis ao funcionamento de um centro de educação infantil como bibliotecários, merendeiros e funcionários que atuam para manter a organização e disciplina desses locais.

REFERÊNCIAS

BORDIGNON, Genuíno. Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica, 2004.

BRASIL, Constituição Federal de 05 de outubro de 1988. Publicada no Diário Oficial da União em 05 de outubro de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 13 abr. 2015.

BRASIL, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução n. 26, de 17 de junho de 2013. Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000026&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sgl_orgao=FNDE/MEC>. Acesso em: 04 maio 2015.

BRASIL, Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Publica-

da no Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 1996. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 13 abr. 2015.

BRASIL, Presidência da República. Corregedoria-Geral da União. Manual de Processo Administrativo Disciplinar. Brasília, 2013. Disponível em < <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/GuiaPAD/Arquivos/ManualPAD.pdf>>. Acesso em 07 maio 2015.

BRASIL, Planejando a próxima década: Conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Portal do Ministério da Educação. Disponível em < http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 01 maio 2015.

BRASIL, Universidade Federal do Espírito Santo. Conselho Universitário. Resolução n. 48/2012. Disponível em: <http://www.daocs.ufes.br/sites/daocs.ufes.br/files/field/anexo/resolucao_48.2012.pdf>. Acesso em 07 maio 2015.

DOURADO, Luiz Fernandes. Gestão da educação escolar. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.

_____. Gestão da educação escolar. Cuiabá: Universidade Federal do Mato Grosso, Rede e-TEC Brasil, 2012.

_____. A escolha dos dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, N. S. C. Gestão democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2001.

GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão democrática nos sistemas e na escola. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

KRAMER, Sonia. A política do Pré-Escolar no Brasil. A arte do disfarce. 8ª ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2008.

KUHLMANN, Moysés Junior. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a02>> . Acesso em 07 maio 2015.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. Educação & Sociedade, ano XXII, n.75, Agosto/2001, p. 84-108.

_____. A regra e o jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira. Campinas: FE/UNICAMP, 2000.

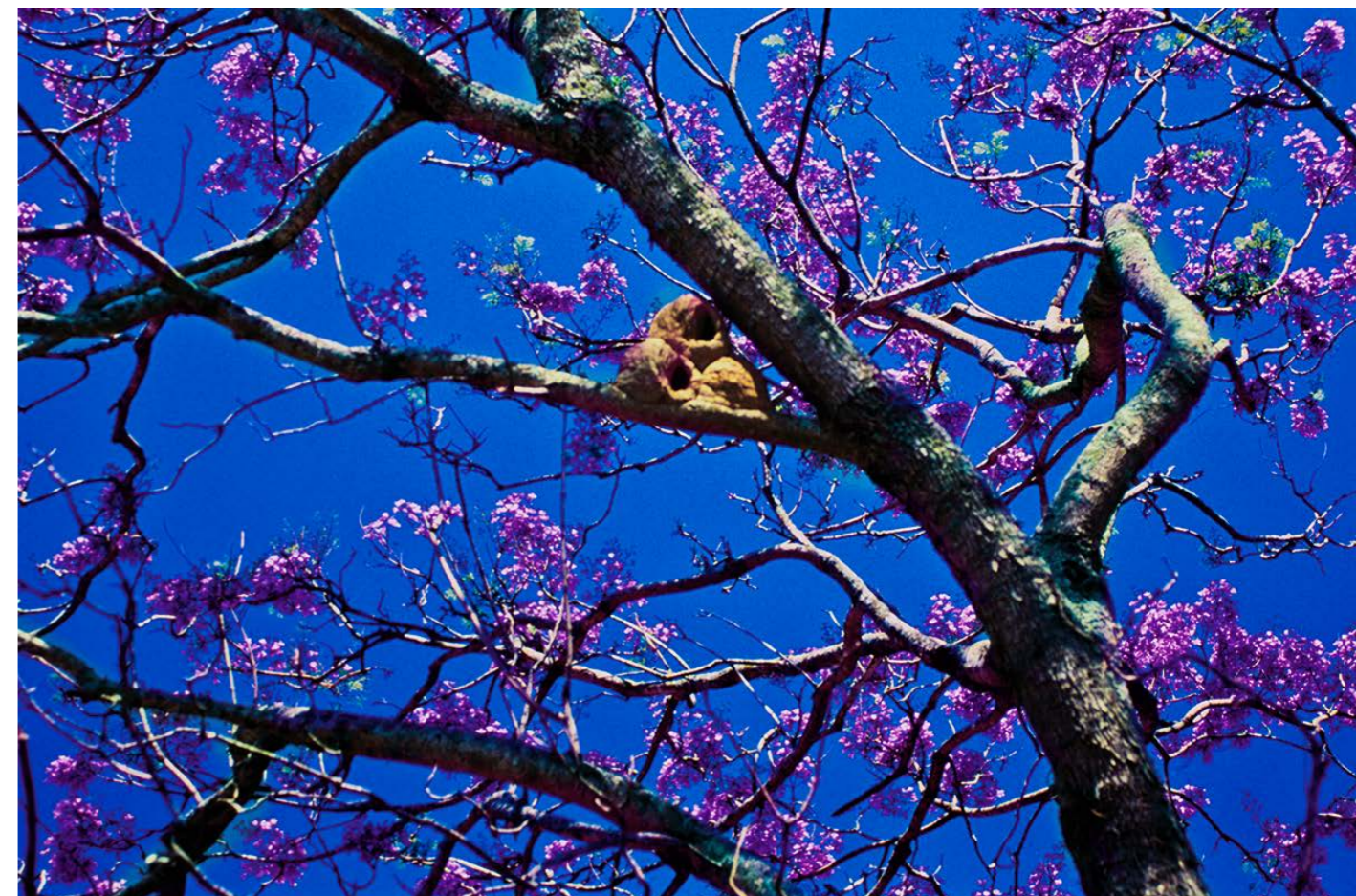
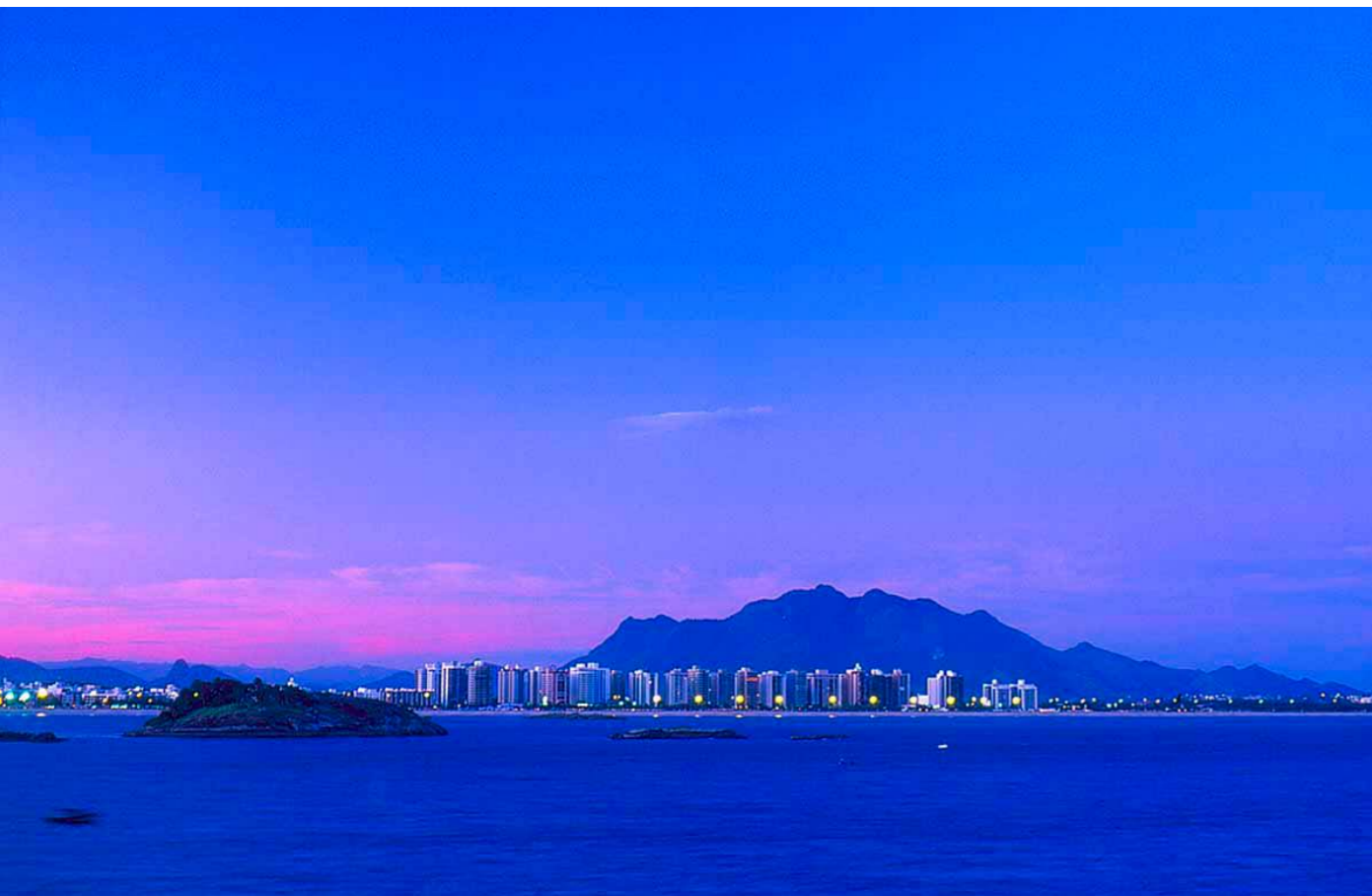
PARO, Vitor Henrique. Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia. 2. Ed. Campinas: Papirus, 2003.

PAULA, Ana Paula Paes de. Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social. RAE -Revista de Administração de Empresas, v.45, nº. 1, 2005.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. A função social das instituições de educação infantil. Santa Catarina: UFSC, Revista Zero-a-Seis, v. 5, n. 7, 2003. Disponível em:< <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/viewFile/799/9390>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. Perfil da Gestão Escolar no Brasil. PUC/SP, 302 p. Tese de Doutorado em Educação (Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, 2006. Disponível em: < <http://www.nupe.ufpr.br/angelotese.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/02_aatr_pp_conhecer.pdf>. Acesso em: 03 maio 2015.



Ensaio Visual

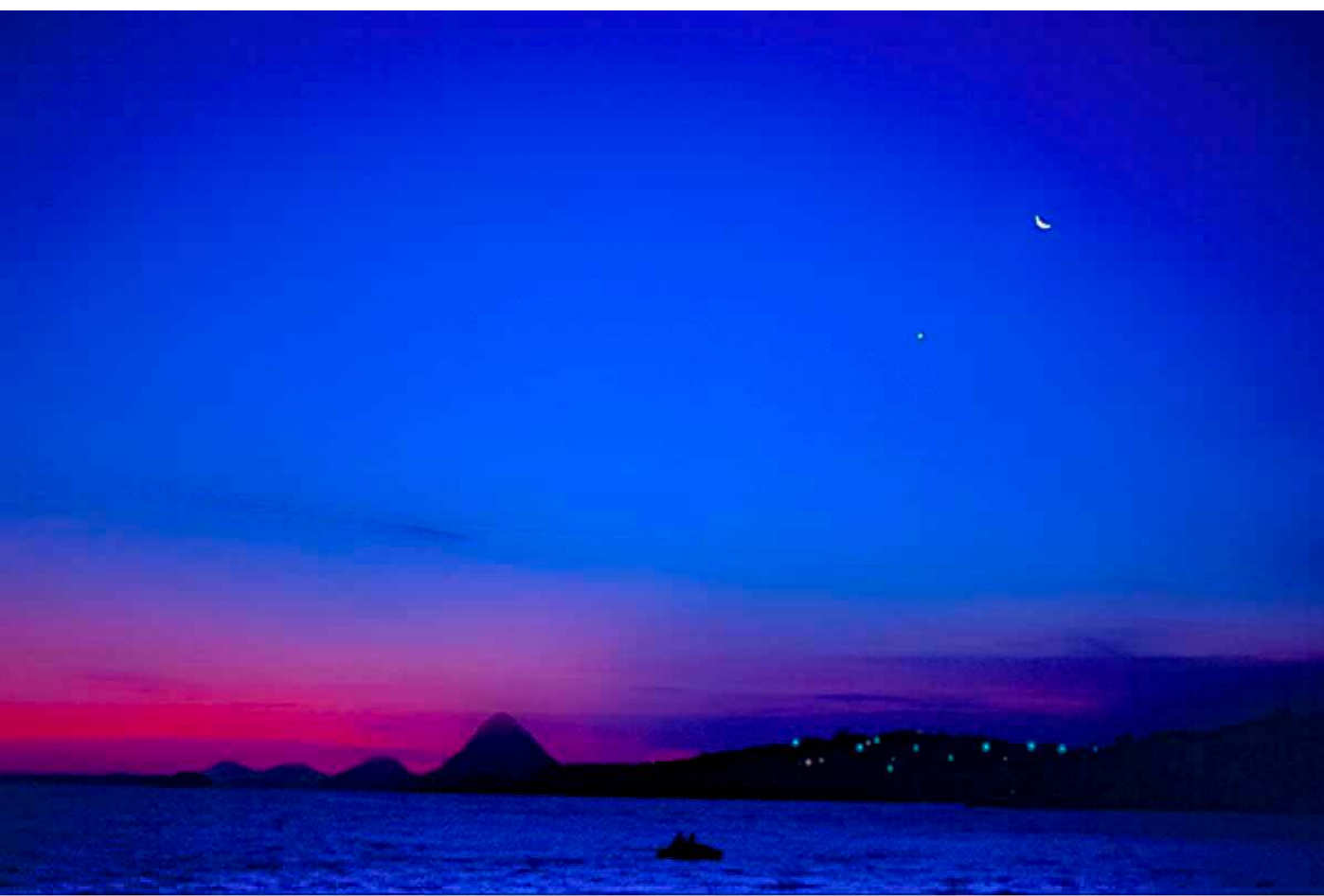
Humberto Capai é professor do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, onde atua na área de formação de professores. Atualmente pesquisa a fotografia como elemento cultural contemporâneo essencial para o diálogo no processo educativo. Iniciou suas atividades fotográficas como recurso para o ensino de Física, área que atua até hoje. É autor de três livros de fotografia e da fotografia de outros dez livros, com textos de Luiz Guilherme Santos Neves e

Renato Pacheco. Mais sobre seus livros e seu trabalho fotográfico pode ser encontrado em www.usinadeimagem.com.br.

Todas as fotos desta edição têm, sem nenhuma intencionalidade em sua feitura, a presença das cores da bandeira do Espírito Santo. Fazem parte de uma discussão que ele faz de modo mais abrangente no fotolivro Espírito Brasileiro(*): fotografamos segundo os filtros de nossa formação sócio cultural, aí presentes as cores que buscamos.

(*). Com textos de Eliza Capai, José Arrabal, Luiz Guilherme Santos Neves, Walter Firmo e Viviane Mosé.





Experiências de Aprendizagem em Natação para Crianças com Transtorno do Deficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH): Aspectos Didáticos e Pedagógicos

Learning Experience in Swimming for Children Disorder Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD): Didactic and Pedagogical Aspects

Resumo

O presente estudo investiga a conduta de crianças escolares, do sexo masculino, com Transtorno de Deficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), na faixa etária de 07 a 09 anos de idade, no desempenho de uma atividade esportiva. Ancorado na observação da aprendizagem pela criança dos conteúdos do esporte ensinado, sustenta a hipótese de haver efeitos positivos da prática regular e sistematizada da atividade física sobre a função neurocognitiva e no controle inibitório de crianças com TDAH, evidenciando a possibilidade de redução dos sintomas básicos desse grupo. Dado o caráter exploratório da pesquisa, foi proposto um Programa Experimental de Aprendizagem de Natação, composto por uma única etapa, compreendida por 5 unidades, perfazendo um total de 21 aulas. Os resultados apontam que o deficit atencional como um dos sintomas cardinais do TDAH não se mostrou suficiente para interferir no desempenho das atividades pelas crianças. Da mesma forma, a hiperatividade e a impulsividade evidenciaram ser uma conduta positiva na realização de atividades desafiadoras já que a criança não “parava para pensar” nas consequências, estimulando outros alunos com sentimento de apreensão nas aulas para nadar. Numa perspectiva pedagógica conclui-se que as condutas das crianças pesquisadas nessa amostra, advindas do quadro sintomático instalado pelo TDAH, não se mostraram prejudiciais para a aprendizagem da natação. Palavras-chave: TDAH; Esporte; Aprendizagem da Natação; Psicologia do Desenvolvimento

Leonardo Graffius Damasceno¹
Sávio Silveira de Queiroz

¹Leonardo Graffius Damasceno, Centro de Educação Física e Desportos/Departamento de Desportos (CEFD/DD/UFES), Av. Fernando Ferrari 514 – Campus Universitário Goiabeiras – Vitória/ES – CEP: 29075-910. Tel: (27)40092624. E-mail: leodaagua@hotmail.com

Abstract

The following study investigates male children behavior suffering from Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD), from the ages of 07 to 09 years old, in the performance of a sport activity. Based in a neuropsychological approach of the process, it supports the hypothesis of the positive effects that systematic and regular physical activity have on neurocognitive function and inhibitory control of children suffering from ADHD, showing the possibility of basic symptoms reduction in this group. Given the exploratory feature of the research, it was proposed a Swimming Learning Experimental Program, made out of a single step, consisting of 5 units, summing up a total of 21 classes. The results pointing to the attention deficit as being one of the main symptoms of ADHD, did not prove enough as to interfere with the children's activity performance. On the contrary, the hyperactivity and impulsiveness showed to be a positive conduct in challenging activities, because the child would not stop to think about the consequences, stimulating other apprehensive students in the swimming classes. An educational perspective it is concluded that the conduct of the children surveyed in this sample, resulting from the symptom picture installed by ADHD, were not detrimental to learning to swim.

Keywords: ADHD; Sports; Swimming Learning; Developmental Psychology

INTRODUÇÃO

A síndrome neurocomportamental, reconhecida atualmente como Transtorno do Deficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), é uma das possibilidades diagnósticas quando o profissional encontra-se diante de queixas referentes ao comportamento discrepante daquele esperado para a faixa etária e inteligência, e que acarrete prejuízo para o desenvolvimento da criança em diferentes domínios que perfazem seu cotidiano, isto é, em suas relações com seu meio familiar, escolar e social¹¹.

Constituindo-se um dos mais importantes transtornos do desenvolvimento de base neurobiológica, o TDAH apresenta-se com três categorias de sintomas (desatenção, hiperatividade e impulsividade), o que leva a distúrbios motores, perceptivos, cognitivos e comportamentais¹⁰.

De etiologia complexa devido, principalmente, às associações frequentes do TDAH com outros transtornos comórbidos, os comportamentos mais frequentes nos portadores de TDAH, são: desatenção, inquietação, instabilidade e perda momentânea da iniciativa motora com conservação de atitudes que revelam deficit motor, distúrbios da fala, dificuldades gnósicas enfim, desajustes psicomotores generalizados¹⁰.

Nesse sentido os sintomas de hiperatividade e desatenção são destacados^{3,7} como sendo Aqueles que frequentemente impedem que a criança se mantenha em condições favoráveis ao aprendizado das tarefas escolares. Por outro lado, os problemas relacionados ao TDAH ocorrem como sendo resultante do conjunto dos sintomas (desatenção, hiperatividade e impulsividade), associados a um deficit da motricidade, isto é, a incapacidade da criança em adquirir apropriadamente aptidões motoras finas e amplas (movimentos coordenados) tendo como provável consequência uma falha na construção do seu esquema corporal¹². O esquema corporal é o elemento básico, indispensável na criança para a construção de sua personalidade. É a representação mais ou menos global, mais ou menos específica e diferenciada que ela apresenta de seu próprio corpo⁴.

Sobre este aspecto, a experiência motora propicia o amplo desenvolvimento dos diferentes componentes da motricidade, tais como a coordenação, o equilíbrio e o esquema corporal. No entanto, embora o desenvolvimento motor infantil não ocorra de forma linear é fundamental que se ofereça à criança um ambiente diversificado, de situações novas e que propicie meios diversos de resolução de problemas, uma vez que o movimento se apresenta e se aprimora por meio dessa interação, das mudanças individuais com o ambiente e a tarefa motora⁸.

Corroborando com esses pressupostos⁹, a atividade motora é de suma importância para o desenvolvimento global da criança e que é através da exploração motriz que a criança desenvolve a consciência de si mesma e do mundo exterior.

É possível então inferir que a aquisição das habilidades motoras está vinculada integralmente ao desenvolvimento da percepção de corpo, espaço e tempo que, em sua totalidade, confluem para os ajustes necessários na estruturação do esquema corporal pela criança. Esse processo assegura um estado de equilíbrio psicomotor em todas as etapas do seu desenvolvimento, notadamente naquelas situações que exijam aprendizagem.

A estruturação do corpo no espaço e no tempo constitui, destarte, um elemento importante para a adaptação do indivíduo ao meio, e se dá de forma integrada e solidária com a formação corporal⁵. Ainda, que toda a percepção do mundo se embasa no conhecimento do próprio corpo, que é o ponto de referência para o crescimento e desenvolvimento das percepções de espaço e tempo⁹. Por conseguinte, é preciso dar ênfase ao desenvolvimento desses componentes para a aplicação nas tarefas escolares e à formação dos constructos presentes no processo de escolarização.

Ao ressaltar a importância do desenvolvimento das habilidades motoras e dos aspectos referentes à sua aplicação no conjunto de tarefas que compõem o cotidiano infantil, destaca-se o importante papel que a Educação Física adquire, na medida em que pode estruturar o ambiente adequado para a criança refletir sobre suas ações e experiências práticas, funcionando como uma grande auxiliar e promotora do desenvolvimento humano e, em especial, do desenvolvimento motor⁸.

Ao buscar as interseções entre a natação como uma atividade que legitima a ação e, portanto, promotora do desenvolvimento humano frente às necessidades expostas sobre a criança portadora de TDAH, algumas pesquisas autenticam seus valores e sua eficácia⁸⁻⁹. Em um estudo avaliando o desenvolvimento do equilíbrio em uma criança com paralisia cerebral, por exemplo, foram verificadas mudanças acentuadas, particularmente, no componente equilíbrio, após um programa de intervenção baseado em atividades aquáticas, (...) provavelmente, atribuídas aos aspectos físicos da água e na forma das sessões de atividades propostas⁵.

Noutro estudo¹, ao se pesquisar o desempenho psicomotor e a aptidão motora de crianças com indicativos de TDAH com base em elementos da psicomotricidade, transparece que três, das cinco crianças de 7 a 10 anos pesquisadas e que faziam natação, apresentaram quociente motor mais estabilizado nas funções de equilíbrio e de organização temporal.

Finalmente, uma Pesquisa de Opinião sob a forma de *survey* buscou levantar o centro de interesse e o comportamento de crianças portadoras da hiperatividade, nas aulas de educação física em escolas públicas da rede de ensino da Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal. Os resultados indicam preferência unânime pela prática de natação entre as crianças pesquisadas, demonstrando os atributos dessa atividade, apesar dos referidos autores declararem não saber explicar o motivo da preferência².

Assim, este projeto de caráter investigativo/extensionista pode ser relevante na medida em que relaciona, apoiando-se nos pressupostos da psicomotricidade, as condutas de crianças com TDAH e os aspectos pedagógicos contidos no processo ensino-aprendizagem da natação.

Aprender a observar a evolução de estruturas da psique infantil, contribui para estabelecer atitudes intervencionistas em educação física, sobre o TDAH.

No entanto, estas novas iniciativas precisam ser tratadas cientificamente para que este saber, em elaboração, possa converter-se em conhecimento científico que, sistematizado, passe a ser aproveitado numa prática pedagógica aberta à experiência.

PROJETO DE EXTENSÃO

Determinantes do projeto

O projeto de extensão desenvolvido representou uma das etapas de um projeto de pesquisa de um programa de doutoramento. Sua intenção primordial, nessa etapa, foi a de proporcionar à familiarização do pesquisador no convívio com crianças diagnosticadas como portadoras de TDAH.

A experiência serviu, também, dentre as intenções científico-acadêmicas, para dimensionar a forma (método) e o conteúdo do objeto de intervenção, ou seja, um conjunto sistematizado de aulas de natação, frente aos recursos depreendidos por estes alunos para aprender (processo).

Por esta razão, esse projeto de extensão assumiu a característica de “projeto piloto da tese”, frente aos objetivos mais amplos de pesquisa.

Relevância científica do projeto

No campo da educação física, são escassos os estudos que buscam estabelecer uma relação entre a prática da natação frente a transtornos do desenvolvimento de base neurobiológica, como é o caso da síndrome neurocomportamental reconhecida atualmente como Transtorno do Deficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).

A título de exemplo, a “Revista Brasileira de Ciências do Esporte”, fundada em 1979 e editada pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) é considerada um dos mais tradicionais e importantes periódicos científicos da Educação Física brasileira, indexada em indicadores internacionais e reconhecida como B2 no sistema de avaliação Qualis/Capes. Nela utilizamos os descritores “natação”, “aprendizagem” e “TDAH”, e nenhum artigo é referenciado.

Dessa forma, buscar estabelecer maior proximidade entre áreas de conhecimento como a educação física e a psicologia do desenvolvimento, buscando interseções de caráter científico, parece bastante pertinente.

Objetivos gerais do projeto

Pelas intenções expostas, não tivemos pretensão, nessa etapa inicial, de aferir a aprendizagem da atividade natação pelo aluno, como “dado” para a pesquisa. O que, por outro lado, não significa que deixou de haver compromisso didático-pedagógico do professor no transcorrer do processo ou ausência de preocupação frente ao desempenho do aluno na execução do exercício/atividade/tarefa. Observamos o comportamento do aluno no cumprimento da tarefa, para possíveis redimensionamentos da prática.

O objetivo, portanto, foi o de oferecer experiências de aprendizagem e, não, ensinar as crianças a nadar! De qualquer maneira, é plausível admitir que os participantes terão bastante proveito da experiência.

Para orientar essa experiência no meio líquido, foi elaborado um Programa de Aprendizagem de Natação, estruturado em 4 etapas distribuídas em 10 unidades e incluindo as estratégias de atividades de 38 aulas de natação previamente elaboradas.

Entretanto, para fase piloto da tese, executamos somente a primeira etapa do

programa, denominada de Adaptação, compreendida por 5 unidades, perfazendo um total de 21 aulas. Ainda, a etapa Adaptação, por se tratar dos primeiros contatos do aluno no meio líquido, é a fase do processo de aprendizagem que requer o maior volume de ajustes didáticos e metodológicos, considerando a imprevisibilidade de comportamento reativo dos alunos às proposições pedagógicas almejadas.

Delineamento Metodológico

Participaram deste estudo um grupo único de 8 crianças escolares, do sexo masculino, na faixa etária de 7 a 9 anos de idade. Para assegurar homogeneidade ao grupo, em face de possíveis experiências no meio líquido, impõem-se a condição de não saber nadar, como critério fundamental de seleção da amostra, a qual foi dividida: 4 crianças com desenvolvimento neuropsicomotor normal e 4 crianças com diagnóstico interdisciplinar de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) sendo: 1 criança com diagnóstico de déficit de atenção, 1 criança com diagnóstico de hiperatividade/impulsividade e 2 crianças com diagnóstico do tipo combinado. O diagnóstico interdisciplinar de TDAH foi realizado pelo Ambulatório de Pediatria do Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes (HUCAM/UFES).

Estabelecemos também um grupo não clínico selecionado de escolas públicas, apresentando em prontuário escolar a ausência de quadros relacionados com a deficiência motora, sensorial e cognitiva, e pareado segundo gênero e faixa etária com o grupo clínico.

Procedimentos

I. Termo de Consentimento

Conforme resolução do Conselho Nacional de Saúde CNS 466/12, previamente ao início das avaliações, os pais ou responsáveis dos escolares selecionados assinaram o termo de Consentimento Pós-Informado para autorização da realização do estudo. Da mesma forma, o projeto foi autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, Número do Parecer 419.711; Data da Relatoria: 13/09/2013.

II. Programa Experimental de Aprendizagem de Natação

Contemplamos uma (1) única etapa do programa, distribuída em 5 unidades e incluindo as estratégias de atividades de 21 aulas de natação (Quadro 1).

Para cada unidade, foi estabelecido um Critério Final de Desempenho descrito na Ficha de Observação de Desempenho na Aprendizagem de Natação. Ao final do conjunto de aulas que perfaz cada unidade, o aluno deveria ser capaz de desempenhar o comportamento proposto, como parâmetro para avaliar, ao atingi-lo, a aprendizagem de todas as atividades constantes das estratégias de cada aula.

Cada aula de natação do programa incluiu quatro estratégias descritas em progressão pedagógica preestabelecida, quer dizer, da mais simples para a mais complexa.

Etapas	Unidades	Nº de Aulas
1ª Adaptação	1) Descontração Facial	5
	2) Apneia Voluntária	5
	3) Visão Subaquática	3
	4) Flutuação em Decúbito Ventral	4
	5) Deslize	4

Descrição do Programa

A etapa Adaptação consta de 5 unidades organizadas conforme diversas aulas (Quadro 1), incluindo cada aula 4 estratégias de atividades em progressão pedagógica preestabelecidas.

Entretanto, para o cumprimento de cada unidade o sujeito deveria ser capaz de desempenhar as atividades estabelecidas como critério para o início da aprendizagem da unidade seguinte, constantes no Quadro Resumo dos Critérios Finais de Desempenhos nas Unidades, alocado abaixo.

A operacionalização do Programa de Aprendizagem de Natação elaborado apresenta-se conforme o Quadro Resumo dos Critérios Finais de Desempenhos nas unidades, seguindo as unidades programadas (Quadro 1) e já referidas.

Assim, para cada unidade, foi estabelecido um Critério Final de Desempenho ao qual cada aluno foi submetido ao ser encerrado o ensino da unidade, comprovando-se então ao atingi-lo, a aprendizagem das estratégias de atividades exercidas.

Os alunos que, após o ensino de todas as atividades de cada unidade, não conseguiram atingir o referido critério, foram levados novamente ao ensino das mesmas atividades mais uma, duas ou três vezes, conforme se fizesse necessário para a aprendizagem de cada unidade pelos alunos.

Sobre este aspecto, é importante acrescentar que apesar das atividades repetidas serem as mesmas, no intuito de tornar efetiva a aprendizagem de cada unidade pelo aluno, não significa que a abordagem sobre esse conjunto de estratégias, que poderão ser novamente exercitadas, ocorra em idêntica situação que aquela desenvolvida anteriormente. Parte-se do princípio, para essa atitude pedagógica, que os alunos não obtiveram êxito na primeira vez de aplicação dessas mesmas atividades. Logo, sua idêntica reprodução aponta para um novo fracasso.

1ª ETAPA — ADAPTAÇÃO

Unidades	Critérios Finais de Desempenhos	
1) Descontração Facial	Saltar da borda da piscina na posição de pé com os braços atrás do corpo	Afundar a cabeça 3 vezes, sem passar a mão no rosto ou sacudi-lo fora da d'água
2) Apneia Voluntária	Posição em pé na piscina, segurando a borda com as duas mãos	Permanecer 10 segundos, com o rosto dentro d'água 2 vezes
3) Visão Subaquática	Posição em pé na piscina com os braços para trás	Identificar 3 vezes o número de dedos mostrados pelo professor debaixo d'água professor embaixo d'água.
4) Flutuação em Decúbito Ventral	Partindo da posição em pé na piscina	Durante 10 segundos com os braços e pernas unidos e estendidos e com o queixo encostado no
5) Deslize	Posição em pé na piscina com impulso na borda	Na distância de 6 metros. Rosto dentro d'água, braços estendidos à frente da cabeça, que deverá ultrapassar completamente a linha dos 6 metros.

Somente após a avaliação de cada aluno nas aulas da unidade 1 (realizada sempre na última aula da unidade em desenvolvimento com base no Critério Final de Desempenho estabelecido), e constatado seu desempenho positivo frente aos critérios estabelecidos, iniciou-se a aprendizagem das atividades da unidade seguinte.

A partir do final do conjunto de aulas da unidade 1, tendo sido realizada a avaliação, as novas turmas (unidade 2) foram formadas em função do nível de aproveitamento dos alunos nas aulas da unidade anterior.

Dessa forma, o número de alunos que passam a integrar cada nova turma depende do desempenho de cada um participante na unidade anterior.

O objetivo da Ficha de Observação de Desempenhos na Aprendizagem da

Natação – FODAN, adaptada com base em um programa de aprendizagem de natação [6], foi o de registrar o desempenho de cada criança, no cumprimento de cada uma das 5 unidades da etapa Adaptação, permitindo o estabelecimento do critério final de aprendizagem comum a todos os alunos.

Assim, os alunos que repetiram a unidade 1 uma vez e, após o término da mesma, alcançaram o critério estabelecido para passarem para a unidade 2, integram um mesmo grupo com aqueles que, no transcorrer da unidade 2 não atingiram o critério e precisaram repeti-la.

1ª ETAPA — ADAPTAÇÃO

Nome do Aluno	Unidades Observadas				
	Descontração Facial	Apneia Voluntária	Visão Subaquática	Flutuação Decúbito Ventral	Deslize

Ficha de Observação de Desempenhos na Aprendizagem de Natação - FODAN.

Operacionalização do Programa

A etapa Adaptação do programa de aprendizagem de natação foi desenvolvido no Parque Aquático do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo (CEFD/UFES). O referido local conta com vestiários, local abrigado para acompanhantes, disponibilidade de material pedagógico e uma piscina de dimensão semiolímpica (25 m X 12,5 metros) e de profundidade progressiva, com 0,70 cm de profundidade na parte mais rasa e 1,40 metros na parte mais funda e, portanto, própria para utilização em situações de aprendizagem. Além disso, a área física é murada e guarnecida de segurança, o que garante ao processo a ausência de estímulos externos, situação teoricamente ideal para se atuar com TDAH.

As aulas obedeceram, a princípio, ao seguinte cronograma: início em 06/08/2013 até 26/09/2013 e reinício em 15/10/2013 a 31/10/2013. A interrupção deveu-se ao recesso acadêmico. As aulas tiveram duração de 50 minutos e foram ministradas às terças e quintas-feiras no turno da manhã, em horário acordado.

A primeira aula teve um caráter integrativo e foi dinamizada apenas com jogos e brincadeiras de desafio. Foi observado o comportamento/reações de cada participante no meio líquido, para o pesquisador certificar-se de que os alunos não sabem nadar, isto é, não são capazes de percorrer 12,5 metros por sobre a água, através de movimentos alternados de pernas e braços, com o rosto dentro d'água, sem parar e nem colocar os pés no fundo.

Cada participante foi levado por seu pai/mãe ou responsável para as aulas, não havendo exigência de uniforme (modelo e/ou cor pré-definida de traje - sunga/calção para banho).

O pesquisador pôde contar com a participação voluntária de uma professora

egressa do CEFD/UFES e de uma aluna do curso de graduação em educação física, para ajudar na condução do processo ou eventuais problemas que pudessem surgir.

Em dias frios, chuvosos ou qualquer impedimento de uso da piscina, houve atividade orientada aos alunos, a fim de manter o contato e a continuidade das atividades.

RESULTADOS

Como demarcado, nessa fase piloto da tese, não houve intenção de aferir a aprendizagem da atividade natação pelo aluno. Observou-se o comportamento de cada participante na execução/desempenho do exercício/atividade/tarefa para possíveis redimensionamentos da prática; portanto, aspectos didáticos e metodológicos do processo.

Na primeira unidade, 2 dos 8 alunos, nas quatro primeiras aulas, ainda não conseguiam cumprir o critério de desempenho estabelecido para aquela unidade. Em razão da conduta hiperativa/impulsiva, ao emergirem, sacudiam a cabeça ou esfregavam o rosto para retirar a água que escorria. Foi necessário então conduzir a emergência, de mãos dadas com cada um, para experimentarem uma nova conduta.

A unidade seguinte foi uma grande surpresa. Ficar imerso em estado de apneia é sempre um motivo de ansiedade e medo para quem está se adaptando à água. No entanto, na segunda aula, 6 dos 8 alunos já dominavam a capacidade de manter-se em apneia. Os outros 2 alunos, um típico e o outro atípico com déficit de atenção, incentivados pelos demais, foram conquistando esta habilidade aos poucos. Na quarta aula, toda a turma apresentava desempenho suficiente para cumprir o critério estabelecido. Ainda nesta unidade, o aluno atípico com diagnóstico de hiperatividade/impulsividade prevalente, conseguia manter-se em apneia por cerca de 50 segundos.

O amplo domínio pelo grupo da capacidade manter-se em apneia simplificou o desempenho de abrir os olhos embaixo d'água, como proposto na terceira unidade do programa. Parecia gratificante para cada um, mergulhar e manter-se imerso por períodos de tempo cada vez longo, recolhendo objetos no fundo da piscina, como proposto nas aulas.

Como consequência do domínio da respiração, os 8 alunos mantinham-se relaxados quando dentro d'água, exibindo boa capacidade para flutuar em decúbito ventral, tal como requeria a próxima unidade.

O amplo domínio pelo grupo das etapas que antecedem ao aprendizado do deslize (última unidade da etapa adaptação), além da capacidade de se impulsionar, advinda dos sucessivos treinos de saltos para dentro da piscina, exigido em inúmeras tarefas de aula, capacitou os 8 alunos a atingirem o critério de desempenho dessa unidade.

Finalmente, as anotações dos protocolos utilizados no experimento permitem constatar, que nenhum aluno com TDAH apresentou qualquer dificuldade motora para executar os exercícios/atividades/tarefas da etapa trabalhada (adaptação). Da mesma forma, todos os critérios de desempenho preestabelecidos pelas

unidades foram cumpridos satisfatoriamente. Considerando o déficit atencional, a hiperatividade e a impulsividade como características do TDAH, as explicações do professor para realização dos exercícios/atividades/tarefas precisavam ser curtas, breves e conterem no máximo duas instruções. Exemplo: pegue a prancha e bata as pernas; fique em pé na borda e pule e etc. Instruções prolongadas causavam dispersão gerando desorganização no contexto da aula.

CONCLUSÃO

A despeito de todo o conjunto de dificuldades que permeiam o processo ensino-aprendizagem das crianças com TDAH como relatado neste estudo, os sintomas cardinais hiperatividade e impulsividade que configuram este transtorno foi, ao contrário, um elemento pedagógico extremamente positivo na etapa de adaptação ao meio líquido, proposta na pesquisa. Considerando que todas as aulas elaboradas, como estratégia motivadora, continham tarefas de desafio a serem cumpridas, os alunos com TDAH (hiperativo/impulsivo) não “pensavam” para realizá-las, desprezando o medo, o temor ou o receio próprios de quem não sabe nadar. Desta forma, ao cumprirem a tarefa com total destreza e destemor, incentivavam os outros alunos sem TDAH, mais temerosos e reflexivos, num primeiro momento, que ao constatarem a inexistência de “risco” na tarefa/atividade, cumpriam-na sem pestanejar.

É possível afirmar, sob o aspecto pedagógico que permeia o ensino-aprendizagem, que a hiperatividade/impulsividade do TDAH é um fator positivo no processo.

Essa constatação oportuniza novos e promissores horizontes pedagógicos de caráter esportivo que envolvam crianças típicas e aquelas portadoras de TDAH (atípicas), tentando por fim a uma insistente miopia pedagógica que sustenta a incompatibilidade em processos de aprendizagem, com grupos dessa natureza.

No entanto, em virtude da reduzida amostra utilizada no estudo, a generalização desses resultados não deve ser, por ora, realizada. Recomenda-se a continuidade dessa linha de pesquisa com a utilização de grupos amostrais com quantidade maior de participantes.

A realização deste estudo possibilitou refletir sobre a necessidade de maior investimento de pesquisas que aproximem a educação física e a psicologia do desenvolvimento, numa perspectiva interdisciplinar, pois o desconhecimento da conduta de escolares com o TDAH, neste caso em específico, podem aumentar as chances de condutas intervencionistas estéreis.

Nesse sentido, a construção de protocolos de observação e avaliação das condutas da criança com TDAH podem ser bastante úteis para o trabalho em natação e outras atividades próprias da educação física.

REFERÊNCIAS

- 1. BARBOSA G.O.; VAN MUNSTER, M. de Abreu.** (2012). Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade: alterações motoras. *Revista da Sobama, Dez., Vol. 13, n.2, Suplemento*, pp. 25-30.
- 2. COELHO, C. de Souza; DA SILVA, R. R.** (2009). O centro de interesse e o comportamento de crianças portadoras da hiperatividade nas aulas de educação física em escolas públicas da rede de ensino da Secretaria de Estado

e Educação do Distrito Federal. Educação física em Revista, Brasília/UCB, 3(1).

3.CONDEMARÍN, M.; GOROSTEGUL, M.E.; MILICIC, N. (2006). Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade: estratégias para o diagnóstico e a intervenção psico-educativa. 1ª. ed. São Paulo: Planeta.

4.HURTADO, Johann G. G. M. (2003). Glossário básico de psicomotricidade e ciências afins. Curitiba: Educa/Editer.

5.NEIRA, M.G. (2003). Educação física: desenvolvendo competências. São Paulo: Phorte.

6.PAVEL, R. C. (1977). Aspectos Metodológicos da aprendizagem da natação. In: 2º Seminário Internacional da Educação Física Escolar, Memórias. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho.

7.ROHDE, L. A.; MATTOS, P. (2003). Princípios e práticas em transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. Porto Alegre: Artmed.

8.MEDINA-PAPST, J; ROSA, G.K.B.; MARQUES, I.; GOBBI, L.T.B.(2008). Desenvolvimento motor de criança com paralisia cerebral: avaliação e intervenção. Revista Brasileira de Educação Especial;14(2):163-176.

9.ROSA NETO, F. (2002). Manual de avaliação motora. Porto Alegre: Artmed.

10.ROSSI, L.R. (2008). Efeitos de um programa pedagógico-comportamental sobre TDAH para professores do Ensino Fundamental. 193 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – UNESP, Faculdade de Ciências: Bauru.

11.ROTTA, N.T.; OHLWEILER, L.; RIESGO, R.S. (2006). Transtornos da Aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed.

12.TONIOLO, C S., SANTOS, L. C. A., LOURENCETI, M. D., PADULA, N. A. M. R., & Capellini, A.S. (2009). Caracterização do desempenho motor em escolares com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. Psicopedagogia: 26(79):33-40

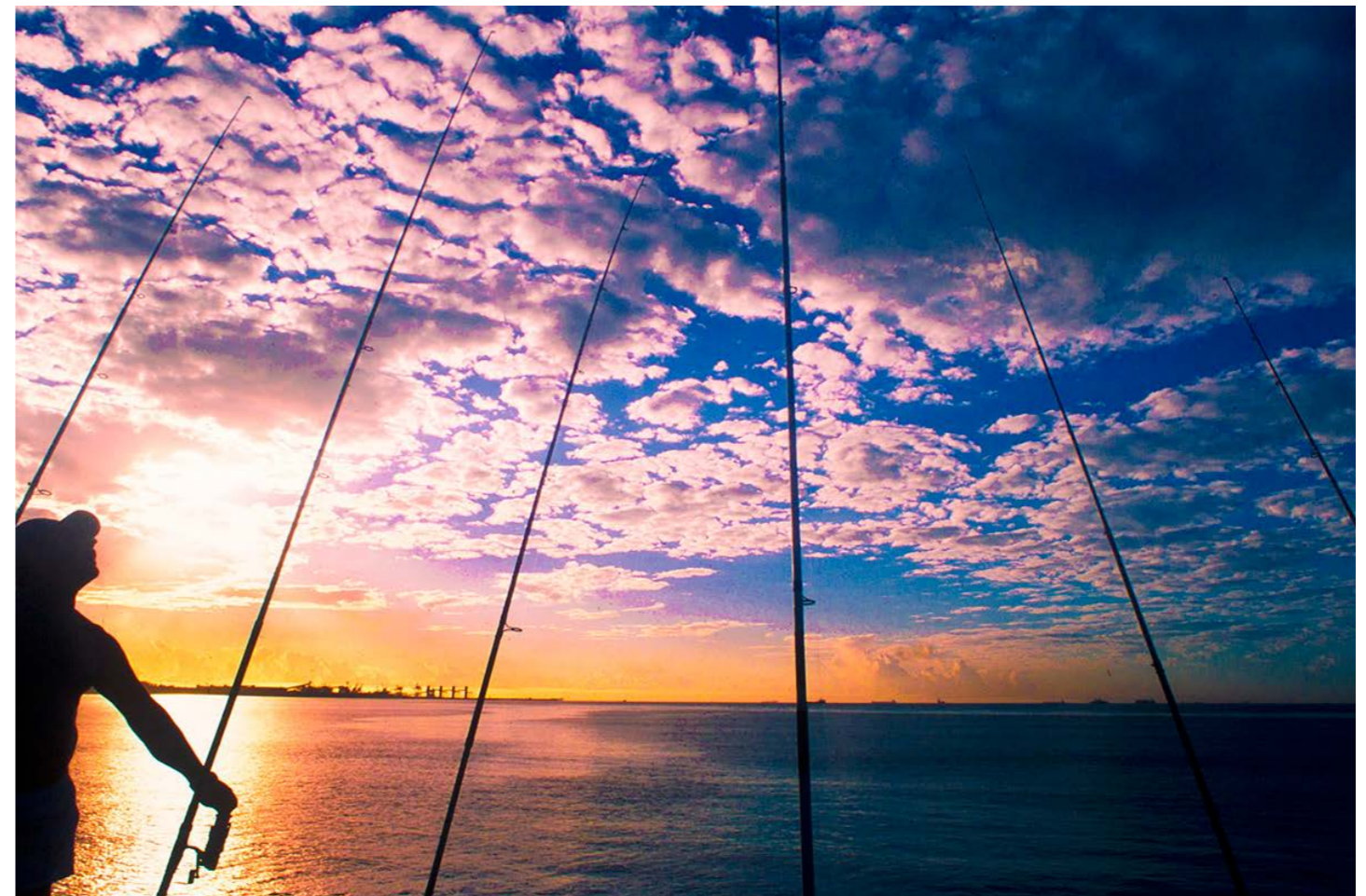
Notas sobre os autores:

Leonardo Graffius Damasceno (leodaagua@hotmail.com) é aluno do doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGP/UFES).

Sávio Silveira de Queiroz (savio.queiroz@ufes.br) é professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGP/UFES).

Correspondência para o autor:

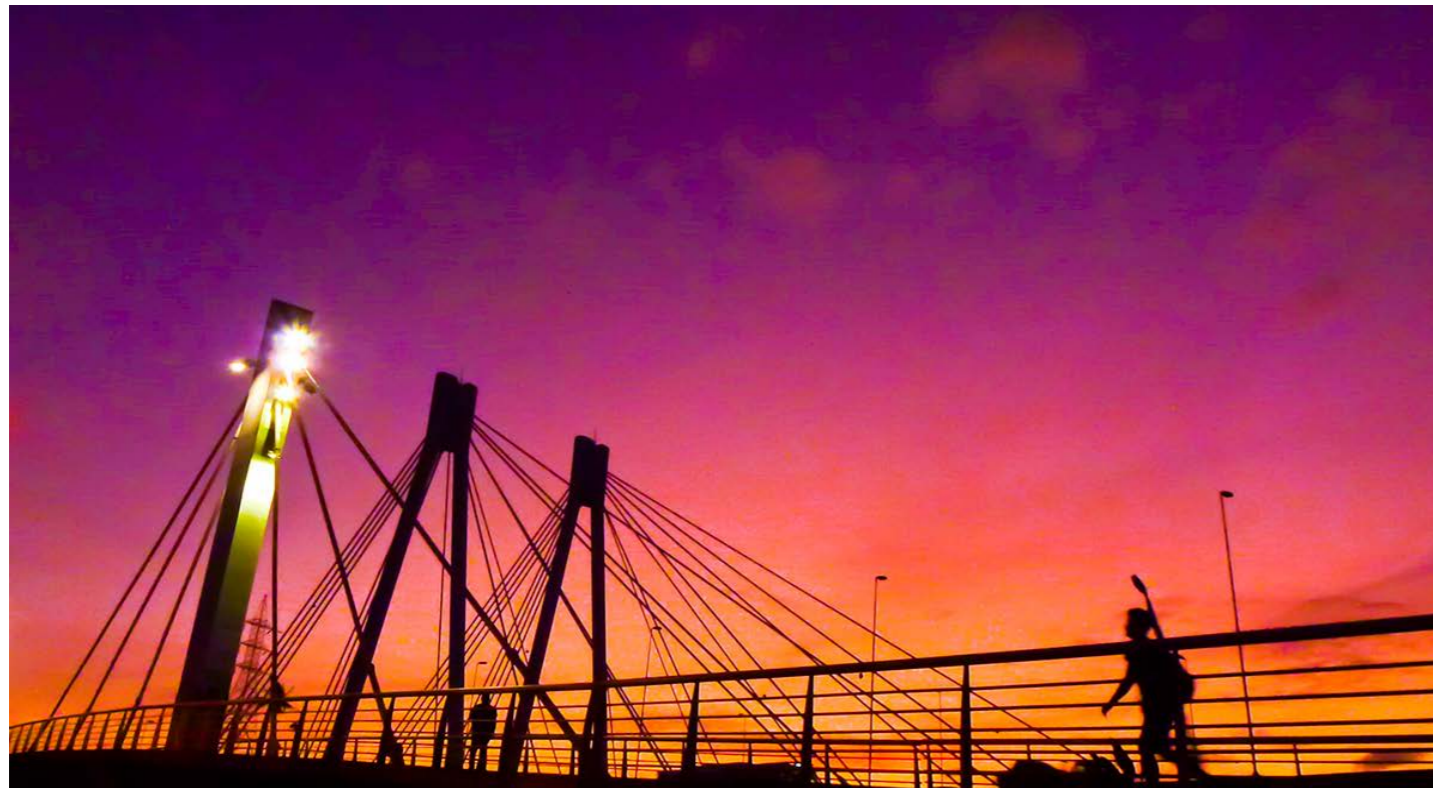
Leonardo Graffius Damasceno. Universidade Federal do Espírito Santo/Centro de Educação Física e Desportos/Departamento de Desportos. Av. Fernando Ferrari, 514, Campus de Goiabeiras, Vitória, ES, Brasil. 29075-910. (27)40092624. E-Mail: leodaagua@hotmail.com



Monitoramento da Coleta Seletiva de Resíduos e Produção de Sabão no Instituto Verde Vida, Região do Rio Aribiri – Vila Velha-ES

Monitoring of Selective Residue Collect and Soap Production in the Instituto Verde Vida, Aribiri River Region – Vila Velha – ES

Aqui será inserida a legenda da imagem



Resumo

No Brasil, a geração de resíduos sólidos urbanos é de, aproximadamente, 60,8 milhões de toneladas/ano, sendo que cerca de 10% desses são lançados nos oceanos, rios, córregos e terrenos baldios, o que tem causado sérios problemas de impacto ambiental sobre esses ecossistemas. Com a aprovação da Lei sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, direcionou-se a toda sociedade a responsabilidade no gerenciamento e na gestão dos resíduos. O trabalho de coleta seletiva do Instituto Verde Vida (IVV) reduz os riscos de resíduos com alto grau de poluição e contribui para a sustentabilidade conforme as inter-relações promovidas pela Economia Solidária, o que se enquadra no conceito da Química Verde. Neste trabalho, foi feito o monitoramento da coleta seletiva de resíduos sólidos e do óleo residual de fritura (ORF) no período de 2014-2015 no Instituto Verde Vida na Região do rio Aribiri, Vila Velha-ES. Também foi realizado o acompanhamento da formação do grupo produtivo de fabricação de sabão a partir do ORF e o controle de qualidade da produção, como trabalho de extensão promovido pelo Instituto Federal do Espírito Santo. Palavras-chave: Coleta Seletiva; Resíduos Sólidos; Óleo Residual de Fritura; Rio Aribiri; Química Verde.

Glayton Veríssimo de Oliveira¹, Lucas Palomé¹, Rafael Martins Carvalho¹, Tiago Gegenheimer Gouveia¹, Michelle Kapiche Alonso¹, Mariana Grisostomo Lima Santos¹, Ana Brígida Soares², Ana Paula do Carmo³, Denise Coutinho Endringer⁴, Rosinalia do Vale Oliveira⁵, Mauro Cesar Dias⁶

¹ Discentes do Curso Técnico em Química do Instituto Federal do Espírito Santo, campus Velha.

² Doutora em Ciências Naturais, professora do Instituto Federal do Espírito Santo, campus Velha.

³ Doutora em Microbiologia Agrícola, professora do Instituto Federal do Espírito Santo, campus Velha.

⁴ Doutora em Ciências Farmacêuticas, professora da Universidade de Vila Velha e do Instituto Federal do Espírito Santo, campus Velha.

⁵ Membro do grupo produtivo da Unidade Produtiva de Sabão do Instituto Verde Vida.

⁶ Doutor em Química, professor do Instituto Federal do Espírito Santo, campus Velha e Responsável Técnico do Instituto Verde Vida. mcdias67@gmail.com, maurocesar@ifes.edu.br CTQ/IFES-Vila Velha, Av. Ministro Salgado Filho s/n, Soteco, Vila Velha-ES, CEP:29106-010, tel. 27-3149-0824.

Abstract

In Brazil, the generation of municipal solid waste is approximately 60.8 million tons/year, with about 10% of these are launched in the oceans, rivers, streams and vacant lots, which has caused a number of environmental impact problems on these ecosystems. With the approval of the specific Law on the National Policy on Solid Waste, the waste management is now directed to the whole society's responsibility. The Instituto Verde Vida (IVV) performs the selective residue collect, reducing the risk of generation of high pollution waste and contributing to sustainability. Community members interact during the activities carried out by the IVV, which promotes the Solidarity Economy and, subsequently falls within the concept of Green Chemistry. The aim of this work was to monitor the selective collect of solid waste and residual oil frying (ROF) during the 2014-2015 period occurred at the Instituto Verde Vida, located in the Aribiri river region, Vila Velha, ES, Brazil. Furthermore, as an extension work promoted by the Instituto Federal do Espírito Santo Campus Vila Velha (Ifes Vila Velha, ES, Brazil), the ROF collected was used as a base for soap making, where a group of manufacturers has been formed and its activity monitored in terms of production quality control.

Keywords: Seletive Collect; Solid Residues; Residual Oil Frying; Aribiri River; Green Chemistry.

INTRODUÇÃO

Um dos maiores impactos sobre a geração de lixo foi verificado pela agressiva poluição dos resíduos plásticos observada há mais 20 anos no Giro do Pacífico, entre a costa oeste dos EUA e da Ásia (LAW, 2014, p. 4732). Ainda é preocupante a situação daquela região. Foi verificado o aumento da concentração média de pedaços plásticos comparando o período de 1972 – 1985, que era de 1500 a 3500 pedaços/km², com o período de 2009 – 2010, com níveis de concentração de 296000 a 876800 pedaços/km², nas regiões do Oceano Pacífico Norte e Sul conforme coordenadas 17.4° S a 57.5° N e 85.0 a 177.0° O (LAW, 2014, p. 4736).

No Brasil, a produção de lixo tornou-se problema praticamente insolúvel dada à dimensão gigantesca de cerca de 167 mil toneladas diariamente geradas, segundo dados de 2010 da Abrelpe (Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais), em um total de 60,8 milhões de toneladas/ano dos chamados resíduos sólidos urbanos. Cerca de 6,5 milhões de toneladas desses resíduos foram parar nos oceanos, rios, córregos e terrenos baldios. O problema pressionou respostas imediatas da sociedade como a aprovação da Lei nº 12.305/10, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Brasil, 2010). A lei deixa claro que a tentativa de minimizar o problema dos resíduos não fica a cargo somente do governo, mas também da indústria, comércio e dos consumidores no gerenciamento e na gestão dos resíduos.

Algumas ações vêm obtendo resultados como em relação ao polímero poli(tereftalato de etileno), comumente chamadas de PET e que constitui cerca de 20% dos resíduos sólidos urbanos brasileiros (SPINACÉ, 2005, p. 65). O PET apresenta um dos maiores índices mundiais de reciclagem mecânica, correspondendo a um percentual de 53% (ROMÃO, 2009, p.121) e é utilizado como fibra têxtil (41%), mantas de não tecido (16%), cordas (15%), resinas insaturadas (10%), embalagens (9%), cerdas de vassouras e escovas (5%) e de outros produtos (4%) (SPINACÉ, 2005, p. 66). Outro dado de reciclagem importante é que o Brasil ocupa o 1º lugar no ranking mundial na reciclagem de latas de alumínio e a reciclagem da sucata de alumínio é garantida em quase 100% na sociedade com a produção de diversos produtos. O alumínio não sofre perdas na sua composição material nos processos de reciclagem, que apresentam imensa economia de energia comparado à produção a partir da bauxita, de 15,613 Mw/h de energia para apenas 0,7069 Mw/h de energia por tonelada (FERREIRA, 2014, p. 76, 81).

O destino final do óleo residual de fritura (ORF) é muito preocupante porque é um agente poluidor de intensa ação nos organismos aquáticos, devido à diminuição de oxigênio dissolvido e potencial gerador de amônia, gás do efeito estufa, além de produzir impermeabilidade do solo que contribui para as enchentes (THODE FILHO, 2013, p. 3020). É observado que nos últimos anos o maior consumo de alimentos fora do lar, de preparo rápido de fritura ou pré-fritura, gerou grande aumento na produção de óleos vegetais comestíveis e, conseqüentemente, na geração do ORF (JORGE, 2005, p. 947). O Pensamento Nacional de Bases Empresariais (PNBE) estima que o mercado anual de óleo residual de fritura reciclado é da ordem de 30 milhões

de litros ou 24.000 toneladas. Isso inclui tanto a coleta para processo industrial na produção de biodiesel, tintas a óleo, massa de vidraceiro e na fabricação caseira de sabão informal, o que representa que somente 2,5 a 3,5 % do óleo residual de fritura descartado é reciclado no Brasil. O trabalho de conscientização da reciclagem desse resíduo de grande ação poluidora deve ser feito principalmente para o público jovem como o realizado nas escolas de Ensino Fundamental de São Mateus, no qual foi observado que 19,0% dos alunos desconheciam os danos ambientais do ORF; 31,2 % descartavam na pia e 42,0% não sabiam como descartá-lo (MENDES, 2014, p. 12).

O Instituto Verde Vida (IVV) é pioneiro na coleta seletiva de resíduos sólidos como latas de alumínio (Al), garrafas PET, plásticos e de óleo residual de fritura (ORF) nas comunidades da Região 3 de Vila Velha-ES, na bacia do rio Aribiri. Para isso, o instituto fez parcerias com empresas e instituições públicas para melhor atender a comunidade e se adequar à legislação da coleta de resíduos sólidos e, principalmente, em relação ao ORF, cuja legislação municipal instituiu o programa de coleta e reciclagem de óleos e gorduras usadas de origem vegetal e animal no município. A maior parte do óleo residual de fritura coletado é vendida à empresa especializada em multitecnologias, para o gerenciamento integrado de resíduos, e cerca de 20% é destinada para a produção de sabão na Unidade Produtiva de Sabão do próprio IVV. O trabalho de coleta seletiva do IVV elimina os riscos de resíduos com alto grau de poluição, principalmente o ORF, e contribui para a sustentabilidade conforme as inter-relações promovidas pela Economia Solidária, o que se enquadra no conceito da Química Verde (FERREIRA, 2014, p. 85).

Neste trabalho, foi feito o monitoramento da coleta seletiva de latas de alumínio (Al), garrafas PET e óleo residual de fritura (ORF), no Instituto Verde Vida na Região do rio Aribiri, Vila Velha-ES no período de 2014-2015. Realizou-se também o acompanhamento das ações do Instituto Verde Vida para o Licenciamento Ambiental, formação do grupo produtivo da Unidade de Produção de Sabão em Barra a partir do ORF, ajustes na produção e o controle de qualidade do sabão produzido em trabalho de extensão desenvolvido pelo IFES-Vila Velha junto ao IVV.

MATERIAIS E MÉTODOS

As parcerias do Instituto Verde Vida foram realizadas por meio da elaboração do projeto da Unidade Produtiva de Sabão, com iniciativas do Movimento Vida Nova (Movive) e apoio de trabalho de extensão desenvolvido pelo Instituto Federal do Espírito Santo, campus Vila Velha (IFES-Vila Velha), no Espírito Santo. O projeto teve financiamento da PETROBRÁS com apoio técnico da Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan), o que permitiu melhorias nas instalações do Instituto Verde Vida e a qualificação técnica dos membros da comunidade da Região 3 do rio Aribiri, para produção de sabão.

Obtenção do Licenciamento Ambiental

O Licenciamento Ambiental foi elaborado com a Anotação de Função Técnica de Profissionais Autônomos (AFT) aprovada previamente em nome do Responsá-

vel Técnico do IVV junto ao Conselho Regional de Química 21ª Região, Espírito Santo, com o Plano de Controle Ambiental da Unidade Produtiva de Sabão Ecológico na Região do rio Aribiri, e demais documentações protocoladas junto à Secretaria Municipal do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Vila Velha (SEMMA-PMVV). Após avaliação do processo, foram publicados dois anúncios nas dimensões 8,0 cm x 4,26 cm em mídia local para atender a aprovação do Licenciamento Ambiental, com os dizeres: COMUNICADO: INSTITUTO VERDE VIDA, torna público que Requereu da SEMMA, através do processo no. 29470/2014, Licença LMAR, para ATIVIDADE DE FABRICAÇÃO DE SABÃO, DETERGENTE E GLICERINA COD. 8.02 na localidade de ATAÍDE, Rua DR. ANTÔNIO BEZERRA DE FARIA, No. 02, CEP: 29119-070, Mun. DE VILA VELHA-ES.

Oficinas e formação do grupo produtivo

As oficinas foram aplicadas com turmas de até 15 pessoas, em dois horários semanais para melhor atender aos interessados. Conforme as possibilidades do alcance do saber dos membros da comunidade, foram administradas técnicas de pesagem, medidas de volume, uso de EPI, conceitos químicos com materiais do dia a dia, manipulação de produtos químicos, testes de formulação, ordem de produção em larga escala, corte e embalagem. Procederam-se diversos testes de formulação para verificar as quantidades ideais de soda e água para total neutralização do ORF, baseado na reação de saponificação (MENDES, 2014, p. 7), e também quantidade de corante e essência industrial visando à qualidade do produto final. A parte de administração financeira sob a ótica da Economia Solidária foi aplicada pelo Movive. Após a conclusão da formação, as pessoas qualificadas obtiveram diploma de conclusão para produção de sabão e os membros com maior afinidade ao projeto foram selecionados para formação do grupo produtivo.

Monitoramento da coleta seletiva e controle de qualidade do sabão

Os alunos do curso Técnico em Química do IFES-Vila Velha, que vêm participando do trabalho de extensão desenvolvido no Instituto Verde Vida, atuam como bolsistas voluntários e dos programas de financiamento do PIBIC-EM e do CNPq. Os dados da coleta seletiva de latas de alumínio (Al), garrafas de politereftalato de etileno (PET) e óleo residual de fritura (ORF) foram obtidos das planilhas mensais do IVV, no período de 2014-2015. Os dados da produção de sabão foram baseados no consumo de soda cáustica usada para produção de sabão, conforme emissão de notas fiscais e informações dos registros do grupo produtivo. Para o controle de qualidade, analisaram-se diversas amostras com o monitoramento sistemático das análises de alcalinidade livre no sabão em barra (% Na₂O) e pH (USHIMURA, 2007) e comparação com as especificações para saneantes (ANVISA, RDC 40/2008; CRQ, 2012). O teste físico-químico de rachaduras nas barras de sabão foi realizado com o produto acabado, em estufa a 90 oC durante 9 dias, o que equivale a uma estocagem de 360 dias em condições normais (ZANIN, 2001).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades do Instituto Verde Vida estão relacionadas à Lei n. 12.305/2010 que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), que relaciona a responsabilidade dos governos, da indústria e comércio e dos consumidores no gerenciamento e na gestão dos resíduos. O financiamento obtido pela PETROBRÁS resultou em grande melhora da infraestrutura do IVV, como a construção da cobertura, chão impermeável e local adequado para a coleta seletiva de óleo residual de fritura com caixa de esgoto 30 x 30 cm sifonada, com parede rebocada, própria para segurar gordura (Foto 1). Com as oficinas foram capacitadas 60 pessoas das comunidades da Região 3 do rio Aribiri e formação do Grupo Produtivo, originalmente com 12 membros, para trabalhar na Unidade de Fabricação de Sabão (Foto 2). A Responsabilidade Técnica feita pelo IFES-Vila Velha conseguiu a aprovação do Licenciamento Ambiental do Instituto Verde Vida na PMVV como noticiado no site oficial (<http://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2014/11/instituto-verde-vida-recebe-licenca-ambiental-para-trabalhar-o-leo-usado-5909>). Com LMAR N.º 108/2014 Classe I, que autoriza a atividade de fabricação de sabão, detergentes e glicerina em 22/10/2014, válido por dois anos o IVV se adéqua ao Informativo Técnico n.º 11 de 2003 da ANVISA, que determinou as recomendações de boas práticas sobre óleo residual de fritura, e com a Lei no. 5252 de jan/2012 da PMVV, que instituiu o programa de coleta, reciclagem de óleos e gorduras usadas de origem vegetal animal no município.

Na Tabela 1, apresentam-se os valores da coleta mensal dos resíduos sólidos monitorados, Al e PET/kg, entre 2014 e 2015 no IVV e a Figura 1 dispõe os valores sobrepostos para melhor avaliação. As coletas seletivas de latas de alumínio e PET indicam picos coincidentes nos meses como junho-julho e janeiro-fevereiro com valores menores nos meses subsequentes. Isso significa o maior consumo de produtos cujas embalagens são de alumínio e de PET durante o período de férias, principalmente cerveja e refrigerantes, com redução de consumo logo em seguida.

Os dados de PET indicaram uma coleta anual média de 56126 kg/ano feita pelo IVV no período analisado. Segundo o 9º Censo de Reciclagem de PET no Brasil de 2010, último realizado pela Abipet (Associação Brasileira da Indústria do PET), foram coletados 282000 t o que, considerando a população brasileira daquele mesmo ano (IBGE, 2010), pode-se projetar uma geração per capita de 1,5 kg-PET/habitante. Deste modo, considerando a população de 68635 habitantes na Região 3 do rio Aribiri, pode-se estimar a geração de 101580 kg-PET, ou seja, somente cerca de 55 % de PET é coletado para reciclagem. Os dados da coleta de latas de alumínio são mais desanimadores, mesmo com maior valor agregado, uma que vez foram coletados somente 1176 kg-Al/ano no IVV. Conforme dados da ABAL (Associação Brasileira do Alumínio) de 2014, foram reciclados 289000 t de sucatas de latas de alumínio para bebidas que, considerando a população brasileira deste ano (IBGE, 2014), pode-se projetar uma geração per capita de 1,4 kg-Al/habitante. A projeção para Região 3 seria de 97993 kg-Al, ou seja, somente

1,2 % de sucatas de alumínio para bebidas foram destinados a reciclagem.



Foto 01: Instituto Verde Vida atualmente com o local adequado de coleta para ORF, com chão impermeável e cobertura.

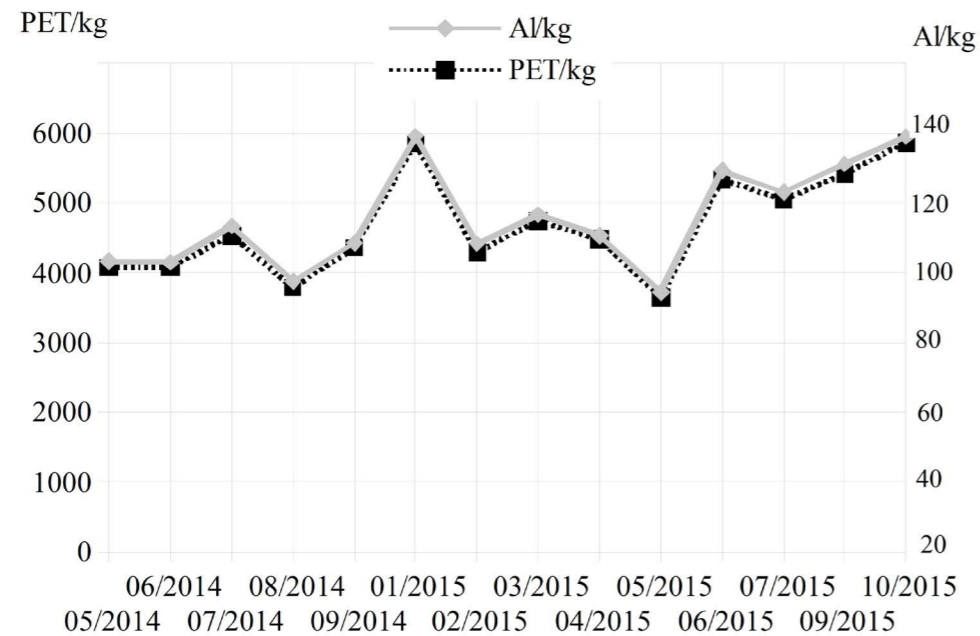


Foto 02: Oficinas de formação e grupo produtivo da Unidade de Produção de Sabão do IVV.

MÊS/ANO	PET/KG	AL/KG
05/2014	4070,12	89,2
06/2014	4071,99	73,85
07/2014	4532,14	135,8
08/2014	3784,56	90,35
09/2014	4355,11	69,45
01/2015	5846,83	105,85
02/2015	4294,99	122,92
03/2015	4740,26	92,89
04/2015	4478,35	54,35
05/2015	3640,84	77,55
06/2015	5338,55	127,7
07/2015	5044,06	112,45
09/2015	5418,49	134,65
10/2015	5864,41	85,25

Tabela 01: Dados das coletas seletivas em kg de Al e garrafas PET entre 2014-2015.

Figura 01: Valores sobrepostos das coletas seletivas de Al e PET entre 2014-2015 no IVV.



Na Figura 2 apresentam-se os valores da coleta seletiva do óleo residual de fritura (ORF/L) no período de 2014-2015, sendo que no período de um ano, entre julho/2014 e julho/2015, o volume coletado foi de 7657 L. Considerando uma população de 68635 habitantes da Região 3 de Vila Velha (SEMPLA, 2013, p.40), o consumo per capita de 20L/ano de óleo virgem e que durante os processos de fritura cerca de 50% do óleo virgem são convertidos em óleo residual (CASLINI FILHO, 2010, p. 68) pode-se estimar, portanto, a geração de 686350 L-ORF/ano. Com esses dados verifica-se que somente 1,1 % do ORF gerado na Região 3 de Vila Velha é coletado e destinado à reciclagem, bem inferior à estimativa nacional do PNBE de 2,5 a 3%. Isso indica que o óleo de fritura produzido pelos hábitos alimentares não está com seu destino final correto, especialmente na Região 3, mas que abrange indiretamente todo município de Vila Velha devido à referência do IVV na coleta seletiva. É uma avaliação que pode estar diretamente ligada aos problemas cada vez mais frequentes em Vila Velha-ES, com solo mais impermeável e aumento de enchentes. No município, foram verificados problemas nas nascentes dos rios que foram avaliadas com valor de conservação de 50,37 %, em uma escala de 0 - 100 %, respectivamente para nascente com baixa proteção e em estado de conservação ruim e para nascente protegida e em ótimo estado de conservação (NETO, 2012, p. 85). Observa-se situação pior em todo rio Aribiri que é bastante impactado pela ocupação urbana desordenada, pela intensa atividade portuária, disposição de sucata metálica, esgoto doméstico e água de baixa potabilidade. Um dado mais otimista é que houve um ligeiro aumento da coleta média de ORF dos meses de 2014, de 715,5 L, em relação aos meses de 2015, com 879,2 L, ou seja, um aumento de 23% superior ao aumento populacional de cerca de 14 % nos últimos censos (IBGE 2010-2015). Nos meses de férias, de ju-

lho/2014 e fevereiro/2015, foram observados valores mínimos (Figura 2), o que pode estar relacionado a menor participação dos moradores no processo de entrega no óleo no IVV. Mas esses dados são divergentes se comparados ao máximo observado em julho/2015, provavelmente relacionado às parcerias conseguidas pelo IVV, que permitiu contratação temporária de funcionários e aquisição do veículo doado pelo Governo do Estado do Espírito Santo, para fortalecer o trabalho dos catadores de materiais recicláveis nas instituições ligadas à Economia Solidária.

O sabão produzido pelo grupo produtivo do Instituto Verde Vida é um produto com ótima aceitação pelos consumidores, sendo que toda a produção é imediatamente comercializada em eventos e no Supermercado Popular do próprio IVV. Na sua formulação não consta matéria prima que encarece o produto final, como sabão em pó e álcool, e tem um perfil mais ecológico porque é isento de derivados do petróleo e fosfato. O grupo produtivo, chamado de Fábrica Escola Sabão Verde Vida, recebeu o Prêmio BNDES de Boas Práticas em Economia Solidária-2015, como verificado no site oficial (<http://www.bndes.gov.br/premioeconomiasolidaria>).

O grupo produtivo do IVV apresentou grande produção no auge de suas atividades, logo após a sua formação em maio/2014 e acentuada queda até agosto/2014, mas com aumento significativo em abril/2015 (Figura 3). Logo no início do projeto, eram 12 pessoas envolvidas na produção e comercialização do sabão e que foi reduzido devido a diversos fatores sociais que afetaram a formação original do grupo produtivo. A maior dificuldade observada foi a falta de liderança na parte financeira, o maior problema na Economia Solidária, que atinge a vendagem do produto gerado. Atualmente, o grupo consta somente de quatro membros. O aumento da produção observado em 2015 ocorreu devido à aprovação de projeto no CNPq obtida pelo IFES-Vila Velha, destinado à produção e desenvolvimento de formulação de novos produtos. Também contribuiu para este aumento na produção o recebimento do prêmio BNDES-2015, cuja parte da verba recebida pelo Movive foi destinada ao incremento na produção e consequente comercialização. Isso demonstra a falhas de auto-sustentabilidade da Economia Solidária, que ainda apresenta grandes dependências de financiamento externo dos órgãos governamentais e de empresas com preocupação social.

Os testes de rachadura foram satisfatórios nas barras de sabão já embaladas para teste de estocagem de 360 dias. De acordo com o controle de qualidade os dados da produção de 2014, a concentração média de alcalinidade livre no sabão em barra, expressa em % Na₂O, foi de 2,6 % e pH médio de 12,60 (Tabela 2). Os testes de bancada alcançaram bons resultados, abaixo dos valores de referência da legislação para saneantes classificados com grau de risco I (ANVISA, RDC 40/2008; CRQ, 2012). As quantidades dos testes de bancada, aplicadas proporcionalmente na produção em larga escala em 2015, resultaram no produto final com concentração de alcalinidade livre de 1,37 % e pH de 11,72, o que está um pouco acima dos valores de referência da legislação (Tabela 2). Mas, em lotes mais recentes de 2015, conforme adequação das condições de fabricação da Unidade Produtiva com dimensões da barra bruta para o corte do produto final, a concentração atin-

giu 0,99 % e pH de 10,39. Isso implica que o grupo produtivo alcançou um produto final com formulação para produção em larga escala que se adéqua à legislação.

Figura 02: Coleta seletiva de ORF entre 2014-2015 no Instituto Verde Vida.

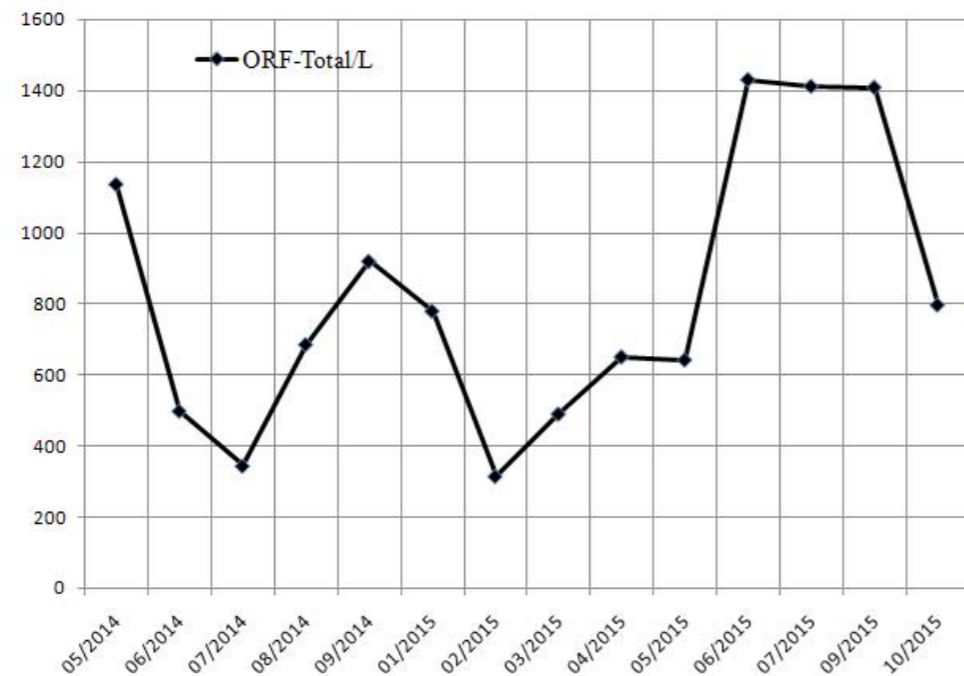
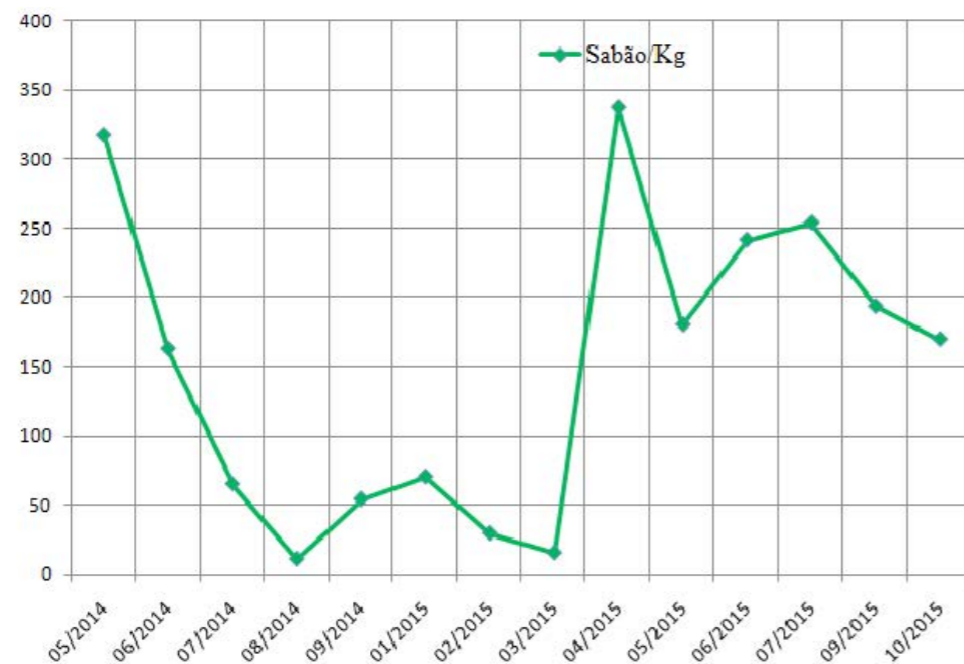


Figura 03: Produção de sabão entre 2014-2015 no Instituto Verde Vida.



AMOSTRAS	% Na2O	pH
2014	2,6	12,60
Testes de bancada	0,35	11,08
2015	1,37 – 0,99	11,72-10,39
VR	1,0	11,50

VR: Valores de referência da RDC 40/2008 e CRQ 2012.

Tabela 02: Valores do controle de qualidade da produção de sabão do IVV.

CONCLUSÃO

O trabalho desenvolvido no Instituto Verde Vida verificou que as parcerias com empresas e instituições governamentais são importantes para as boas ações na coleta seletiva. Isso contribui para o reaproveitamento do lixo gerado na sociedade de consumo em que vivemos, conscientização das populações das comunidades envolvidas e formação dos alunos para um destino final adequado para a reciclagem. Os dados indicam pouca quantidade de coleta seletiva, tanto para sólidos urbanos, de modo surpreendente para latas de Al e, de modo muito preocupante, para o ORF. O aproveitamento do ORF resíduo na produção de sabão é uma boa saída para o destino final deste resíduo. O sabão obtido é de boa qualidade para o consumo. Mas os projetos de Economia Solidária precisam de ações responsáveis de toda sociedade para os fins prometidos, a geração de renda da reciclagem não é utópica e deve ser mais centrada na conscientização ambiental, que é a meta da sobrevivência do Planeta Terra.

REFERÊNCIAS

- ABAL**, 2014 <http://www.abal.org.br>. Acessado em 10/01/2016.
- ABELPRE**, 2010. <http://www.ablp.org.br/conteudo/artigos>. Acessado em 30/12/2015.
- ABIPET**, 2010. <http://www.abipet.org.br>. Acessado em 10/01/2016.
- ANVISA**, 2008 - RDC 40/2008. Disponível em: <http://portal.ANVISA.gov.br/>. Acessado em 30/12/2015.
- BRASIL**, 2010. Lei nº 12.305/10. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acessado em 18/01/2016.
- CRQ**, 2012 – Guia para empresas de saneantes. Disponível em: http://www.crq4.org.br/sms/files/file/Guia_de_Saneantes5.pdf. Acessado em 18/01/2016.
- CASLINI FILHO, César Gilmar; PAGOTTO, Leonardo Dias; BARBOSA, Rebeca Moraes; FILLETI, Remo Augusto Padoveni**; Avaliação de um projeto social de coleta de óleo na Unicamp, Revista Ciências do Ambiente On-Line, v. 6, n. 3, dez 2010, p. 68–70.
- FERREIRA, Vitor F.; ROCHA, David .R. da; SILVA, Fernando de C. da**; Química Verde, Economia Sustentável e Qualidade de Vida, Rev. Virtual Quim., v. 6, n. 1, 2014, p. 85-111.
- FERREIRA, Anna Carolina Marimon Balbino**; Reciclagem de alumínio e estimativa de poupança de energia no Brasil, Revista Eletrônica de Energia, v. 4, n. 1, jan/dez 2014, p. 75 - 88.
- IBGE**, 2010-2015, <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em 24/12/2015.
- JORGE, Neuza; SOARES, Bruno Bellei Prazeres; LUNARDI, Vanessa Martins; MALACRIDA, Cassia Roberta**; Alterações físico-químicas dos óleos de girassol, milho e soja em frituras, Quim. Nova, v. 28, n. 6, nov 2005, p. 947-951.
- LAW, Kara Lavender; MORÉT-FERGUSON, Skye E.; GOODWIN, Deborah S.; ZETTLER, Erik R.; DEFORCE, Emelia; KUKULKA, Tobias; PROSKUROWSKI, Giora**; Distribution of Surface Plastic Debris in the Eastern Pacific

Ocean from an 11-Year Data Set Environ. Sci. Technol., abr 2014, 48, p. 4732-4738.

MENDES, Ana Nery Furlan; SILVEIRA, Vivian Chagas da; BARCELLOS, Cátia Pereira; AMBROZIM, Flaviane Mendonça; JESUS Jr, MAURINO Magno de; Reaproveitamento do óleo de fritura para fabricação de sabão métodos alternativo para promover uma conscientização ambiental e aumentar a renda de comunidades carentes do município de São Mateus/ES, Revista Guará, 2, 2014, p. 5-13.

NETO, Olipio Vieira; FASSIMA, Gustavo C.; PRATTE-SANTOS, Rodrigo; Estado de conservação das nascentes urbanas do município de Vila Velha, ES. Natureza Online, v. 10, n. 2, mai 2012, p. 85-88. <http://www.naturezaonline.com.br>

ROMÃO, WANDERSON; SPINACÉ, Marcia. A.S.; DE PAOLI, Marco A.; Poli(Tereftalato de Etileno), PET: Uma Revisão Sobre os Processos de Síntese, Mecanismos de Degradação e sua Reciclagem, Polímeros: Ciência e Tecnologia, v. 19, n. 2, 2009, p. 121-132.

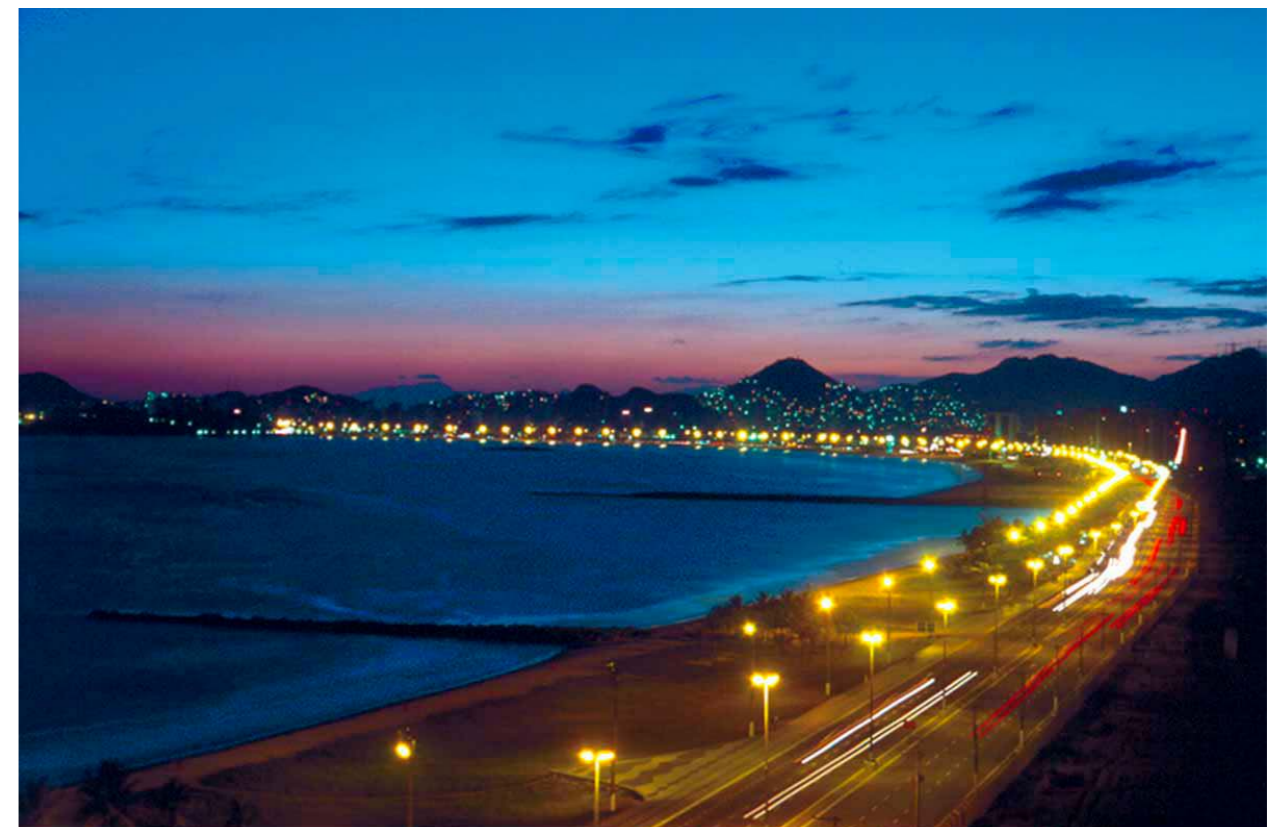
SPINACÉ, Marcia. A.S.; DE PAOLI, Marco A.; A tecnologia da reciclagem de polímeros, Quim. Nova, v. 28, n. 1, 2005, p. 65-72.

SEMPLA 2013, Secretaria Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Vila Velha, Perfil Socioeconômico dos Bairros de Vila Velha, 2013, p.40.

THODE Filho, Sérgio; SENA, Marcelo Fonseca Monteiro da; SILVA, Elemo Rodrigues da; CABRAL, Gabriel le Borges; MARANHÃO, Fabíola da Silveira; Sistema de análise estequiométrica para produção de sabão a partir do óleo vegetal residual: uma estratégia para redução do impacto ambiental. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental – REGET 15, set 2013, p. 3019- 3025.

USHIMURA, M. S. Dossiê Técnico, Instituto de Tecnologia do Paraná, 2007.

ZANIN, Sandra Maria W.; MIGUEL, Marilis Darllami; BUDEL, Jane M.; DALMAZ, Ana Claudia; Desenvolvimento de sabão base transparente, Visão Acadêmica v. 2, n. 1, 2001, p. 1-5.



Avaliação da Qualidade Orientada ao Usuário do Museu Capixaba do Negro: Aplicação da Abordagem Teórico-Metodológica Servqual em um Espaço Museológico de Vitória-ES



Resumo

Este trabalho avalia a qualidade dos serviços prestados no Museu Capixaba do Negro de Vitória/ES utilizando o método de Parasuraman, Zeithaml e Berry, o Servqual. Examina a Matriz Importância X Desempenho como ferramenta para análise dos dados em relação às dimensões da qualidade: Confiabilidade, Empatia, Garantia, Receptividade e Tangibilidade. A metodologia deste estudo possui caráter descritivo de natureza quantitativa. Seu delineamento é do tipo levantamento com a utilização de questionário e da técnica do incidente crítico. Os resultados obtidos nessa pesquisa evidenciam que os clientes consideram a dimensão Tangibilidade importante, pois obteve um índice baixo de insatisfação. Outro diagnóstico demonstra o que os usuários consideram importante e estão satisfeitos com a dimensão Receptividade. Recomenda-se o método Servqual para avaliação da qualidade nos espaços não formais de educação e a sua utilização como ferramenta útil para a gestão e a tomada de decisões, considerando os pontos fortes e fracos das instituições apresentados no resultado da pesquisa, que gera informações sob a ótica da clientela.

Palavras-chave: Qualidade. Servqual. Espaços não formais de Educação. Museologia.

Marcelo Calderari Miguel¹
Vitorino Fontenele Freire²

¹Graduado em Ciências Contábeis pela FEAD-MG e Biblioteconomia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Graduando em Administração pela UFES Email: marcelocalderari@yahoo.com.br

²Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Graduado em Ciências Sociais pela UFES. Graduando em Ciências Contábeis pela UFES. Email: vitorinobb@yahoo.com.br

Abstract

This study evaluates the quality of services provided in Capixaba Museum Negro in the city of Vitoria/ES using the method Parasuraman, Zeithaml and Berry, the Servqual. Examines Importance matrix vs. Performance as a tool for data analysis in relation to the dimensions of quality: Reliability, Empathy, Warranty, Responsiveness and Tangibility. The methodology of this study has descriptive quantitative. Its kind is of survey type using questionnaire and critical incident technique. The results of this research evidence that customers consider Tangibility dimension that is important, and low it is rate of dissatisfaction. Another diagnosis demonstrates that users consider important and pleased the with the receptivity dimension. It is recommended to Servqual method for evaluating the quality of non-formal spaces of education and its use as a useful tool for management and decision-making, considering the strengths and weaknesses of the institutions presented in the search result, which generates information on the perspective of the customer.

Keywords: Quality. Servqual. Non-formal Spaces of Education. Museology.

INTRODUÇÃO

No presente artigo pretende-se abordar o seguinte problema: quais percepções e expectativas têm os usuários do Museu Capixaba do Negro “Verônica da Paz” (Mucane) sobre o serviço ofertado? O objetivo principal da pesquisa é avaliar a qualidade do serviço ofertado em um espaço não formal de educação¹ e, apresentar a abordagem teórico-metodológica Servqual como instrumento capaz de aferir a relevância das dimensões da qualidade, assinalando até que ponto o nível de serviço prestado vai ao encontro das expectativas dos clientes.

O Estatuto de Museus, Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, criado pelo Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, estabelece critérios básicos para o enquadramento de instituição na categoria museus², define as suas responsabilidades e quais são as responsabilidades do museu. Enquadram-se na Lei as instituições e processos museológicos que trabalham com patrimônio cultural, sem fins lucrativos; as instituições que prestam serviços de preservação, educação, pesquisa, contemplação e turismo das coleções de qualquer natureza cultural e também aquelas que buscam o desenvolvimento cultural, socioeconômico e participativo das comunidades no território e abertos ao público.

Aproximando esse conceito com a gestão institucional³ do Mucane, verifica-se que a apreensão com a qualidade ressalta de forma evidente os objetivos e princípios a serem observados. O Decreto do Município de Vitória-ES, nº 15.078, em seu artigo 1º, ressalta no que tange à temática “[...] identificação, estudo, conservação, documentação, exposição e ação socioeducativa” contribuindo para que o Museu Capixaba do Negro seja uma instituição contemporânea em que o negro seja capaz de se reconhecer hoje e, entre os objetivos destacam-se, nos incisos IX e XIII do artigo 2º, uma amplitude social amparada na qualidade de suas ações educacionais e fomentadora de ensino e difusão da diversidade cultural (cultura afro, pouco presente nos museus tradicionais) em total consonância com a nova museologia e a Política Nacional de Museus (PNM).

Evidentemente a museologia apregoa que os museus sejam lugares de movimento, educação, interação sociocultural, consciência política e cidadania. O auge de todas estas mudanças⁴ advém das bases lançadas em 2003, com a nova PNM, apontando novos caminhos e as diretrizes⁵ para a implantação da Nova Museologia no Brasil. A PNM tem como objetivo geral a promoção da valorização, preservação e fruição do patrimônio cultural brasileiro, aqui entendido como um dispositivo de inclusão social e cidadania e é composta por sete princípios orientadores, organizados em sete eixos programáticos, que são:

“1. Estabelecimento e consolidação de políticas públicas no campo do patrimônio cultural, da institucionalização da memória social e dos museus, visando à democratização das instituições [...]; 2. Valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus [...]; 3. Desenvolvimento de processos educacionais para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro frente aos procedimentos políticos de homogeneização

¹Os espaços não formais de educação são muito diversificados e possuem um perfil multidisciplinar e lúdico. Compreende aos seguintes espaços institucionais: Museus, Planetários, Teatro Digital, Jardins Botânicos, Zoológicos, Observatórios Astronômicos, Centros de Ciências, dentre tantos outros. Desta forma, integra diversos saberes de artes, ciências sociais, filosofia e humanidades, fortalecendo ainda mais o processo de valorização dos costumes locais.

²Como exemplo citam-se, entre outros: Museu Casa da Hera (RJ), Museu Casa da Princesa (GO), Museu Casa de Benjamin Constant (RJ), Museu Casa dos Ottoni (MG), Museu Casa Histórica de Alcântara (MA), Museu Chácara do Céu (RJ), Museu da Abolição (PE), Museu da Inconfidência (MG), Museu da República (RJ), Museu das Bandeiras (GO), Museu das Missões (RS), Museu de Arqueologia de Itaipu (RJ), Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio (RJ), Museu de Arte Sacra da Boa Morte (GO), Museu de Arte Sacra de Paraty (RJ), Museu do Açude (RJ), Museu do Diamante (MG), Museu do Ouro (MG), Museu Forte Defensor Perpétuo de Paraty (RJ), Museu Histórico Nacional (RJ), Museu Lasar Segall (SP), Museu Nacional de Belas Artes (RJ), Museu Regional de Caeté (MG), Museu Regional de São João del-Rei (MG), Museu Solar Monjardim (ES), Museu Victor Meirelles (SC), Museu Villa-Lobos (RJ), Palácio Rio Negro (RJ), Museu Mariano Procópio (MG).

³O Mucane tem como missão desenvolver a consciência através da arte africana e afrodescendente, em todas as suas manifestações, tornando acessível através da educação, da preservação e da pesquisa o patrimônio material e imaterial da cultura afro-brasileira à população afrodescendente, por meio da consciência negra e o conhecimento de nossas africanidades interiores.

⁴Mas as mudanças culturais e políticas da década de 1960 impulsionaram as mudanças no campo museal, com a Mesa Redonda de Santiago do Chile -

1972, que propunha o museu como instrumento educacional e político a serviço da sociedade e a Declaração de Quebec, consolidando os pilares do Movimento Internacional da Nova Museologia (MINOM). Após este período histórico, foi institucionalizado no Brasil o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN.

⁵A nova PNM e a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) nortearam significativas melhorias: capacitação museológica dos profissionais e dos voluntários; melhoria no atendimento, na conservação, preservação, restauração e revitalização dos museus.

⁶Portanto, a importância da qualidade na contemporaneidade se deve ao exame dos serviços ofertados; a constatação de excelência da qualificação gera empoderamento institucional. Nesse esforço, sistematicamente vemos que a questão da avaliação torna-se um aspecto do qual não se pode descuidar e está inserida em amplas dimensões: social, cultural, política e econômica.

⁷Cabe assinalar que os ambientes não formais de educação também necessitam avaliar seus serviços e que a satisfação do usuário representa sua finalidade última. Contudo, há uma flagrante ausência de estudos nessa área.

⁸O Museu foi criado em 13 de maio de 1993, pelo então Governador do Estado Albuino Azeredo, primeiro governador negro do Brasil, por meio do Decreto Lei nº 3.527, publicado na mesma data. Cabe destacar, nesse cenário, o importante papel da Universidade Federal

decorrentes da globalização; 4. Reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades [...] e dos procedimentos técnicos e políticos de definição do patrimônio a ser preservado; 5. Estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros [...]; 6. Incentivo a programas e ações que viabilizem a conservação, preservação e sustentabilidade do patrimônio cultural [...]; 7. Respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afro-descendentes [...]” (BRASIL, 2003).

Como nos lembra Brandão (1985) é preciso perceber que ação educativa não se limita à escola; ela se estende à família, à igreja e, mais atualmente, a tantas outras associações, ONGS, comunidades e múltiplos espaços de educação não formal. Nesse cenário, o museu adquire um maior peso na sua função social, de educação e conscientização e, vai além na concepção das práticas culturais, ao se propor a novos desafios, atuando e participando da tomada de decisões sobre o desenvolvimento e melhorias da qualidade⁶ de vida da comunidade na qual esteja inserido.

“[...] Ninguém escapa da educação [...] a educação existe onde não há escola e por toda a parte pode haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criado a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado” (BRANDÃO, 1985, p. 13)

O gestor do espaço não formal de educação pode colaborar no processo de autoavaliação institucional, identificando e testando metodologias para avaliar seus serviços e melhor compreender as expectativas dos usuários em relação aos serviços ofertados. A partir desse conhecimento, a visão do cliente passa a fazer parte da tomada de decisões garantindo, dessa maneira, vantagem e qualidade para a organização como um todo.

Diante da aceção de melhoria da qualidade dos serviços⁷, Brandão (2007) afirma que é importante que os espaços de educação não formal avaliem e reavaliem permanentemente seus objetivos e sua relação com o público. Para estudarmos esses aspectos propulsores da qualidade dos serviços a partir dessa nova concepção de museu, como um espaço vivo e interativo, um espaço não formal de educação, temos que considerar a ótica da clientela. Nesse sentido, buscamos compreender a participação do ser humano não só como inovador mas que traz, em seu cerne, a razão de existir das instituições e o compromisso com uma determinada responsabilidade social que seja vislumbrada.

Vale destacar que, diante da aceção de melhoria, é pertinente propor uma abordagem teórico-metodológica visando avaliar a qualidade dos serviços prestados pelo Mucane⁸ – um museu que simboliza um marco da resistência da cultura de origem africana no Estado do Espírito Santo e que ao longo de sua trajetória cultivou uma ambiência acolhedora e interativa. Contudo, este meio pode ser restritivo se

ênfazer apenas resultados com ênfase mercadológica e pouco social. A necessidade da avaliação de serviço requer a institucionalidade da “qualidade” com ações que visem à transversalidade cultural e à construção de cidadania, viabilizando um quadro de perenidade e excelência nos serviços prestados.

A proposta deste trabalho vislumbra o uso do método Servqual, que se infiltrou paulatinamente como instrumento avaliativo⁹ em museus, jardins botânicos e bibliotecas, porém não se tem notícia de sua aplicação em relação à nova Política Nacional de Museus. Portanto, é possível imaginar que estudos propendendo na percepção da qualidade por sua clientela são realizados pelas instituições museólogas, no entanto, como não há registros dessas pesquisas, não se sabe com certeza que métodos vêm sendo adotados.

O escopo deste trabalho se justifica pela relevância das discussões em torno da “qualidade de serviços” e as possibilidades de contribuir, especificamente, para a melhoria e popularização do espaço não formal de educação. No que tange à relevância, visa-se mostrar a importância da avaliação nos espaços não formais de educação, fornecendo subsídios para promoção de futuros parâmetros, diálogos e políticas públicas. É fascinante poder discutir a avaliação da qualidade em ambientes não formais de ensino, principalmente porque existem no Brasil mais de três mil museus (21% dos municípios brasileiros possuem pelo menos um museu e outros cem em fase de implantação), os museus são agentes de mudança social e desenvolvimento regional e há um fomentado debate sobre a atuação dos museus no Plano Nacional de Educação¹⁰.

Nas considerações finais, apresentamos uma análise de toda a pesquisa realizada e responde-se pontos pertinentes das percepções e expectativas dos usuários sobre o serviço ofertado, aferindo a relevância das dimensões (tangibilidade, confiabilidade, receptividade, garantia e empatia). Cabe destacar que o resultado aponta um panorama geral da qualidade do serviço percebida pela clientela, de forma a diagnosticar a interatividade e o “fazer museal”.

REVISÃO DA LITERATURA

Hodiernamente, as mudanças são cada vez mais rápidas e identifica-se que a preocupação com a qualidade de bens e serviços não é recente. A questão da qualidade sempre esteve presente na vida do homem e vale destacar que o enfoque na qualidade evolui à medida em que as relações sociais e econômicas do homem se tornam mais complexas. Mais do que uma simples evolução do conceito de Qualidade em Serviços, implica um processo contínuo e recorrente com um aumento progressivo da sua importância na economia mundial, tornando-se um fator preponderante.

A evolução dos métodos de medição tem acompanhado o desenvolvimento do conceito da qualidade de produtos e serviços, adequando-se às novas exigências e ao aumento da abrangência. Encetada em meados da década de 1920, a abordagem da qualidade com a concepção do Controle Estatístico de Processo (CEP), do Ciclo PDCA (Ciclo Plan; Do; Check; Act to correct) e da Gestão da Qualidade Total (GQT ou TQM), na década de 1950.

do Espírito Santo (UFES) que em 1988 (Centenário da Abolição) fomentou a ideia de se criar um museu sobre o negro capixaba e a atuação da Doutora Maria Verônica da Paz (idealizadora e fundadora), que deu início à ocupação estratégica do prédio.

⁹Nota-se, ainda, que a avaliação da qualidade também passa a ser importante indicativo do ensino no Brasil: as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) assinalam a importância da avaliação e, também, a possibilidade de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino formal.

¹⁰Diante da aceção de melhoria da qualidade dos serviços públicos de um modo geral, o Deputado Ângelo Vanhoni vem anunciando que a atividade museológica está relacionada a uma identidade mais profunda do ser humano, uma “identidade da alma”, e aponta que o Brasil precisa dar um salto no fortalecimento de sua cidadania cultural (BRASIL, 2011).

Em linhas gerais, os autores Davis, Aquilano e Chase (2001) afirmam que qualidade é a filosofia de gestão que se preocupa em conseguir o pleno atendimento das necessidades e a máxima satisfação das expectativas dos clientes em relação à organização. A qualidade de um produto tangível ou intangível é que vai proporcionar a satisfação do cliente e, por consequência, o sucesso de uma instituição. Por isso, Costa Filho (2012, p. 18) afirma que “[...] conhecer a qualidade de serviços pelo ponto de vista dos clientes é essencial para tomada de decisões sobre as ações da gestão das organizações”.

Conceitualmente, a “qualidade” pode ser definida de distintas formas. Neste estudo escolheu-se o conceito de Parasuraman, Berry e Zeithaml (1985). Para esses autores, qualidade é a diferença entre as expectativas (esperado) dos clientes sobre o serviço a receber e suas percepções (percebido) sobre os serviços efetivamente entregues. No entanto, quando se trata de serviços é necessário atender a critérios desejáveis por aqueles que recebem o serviço, sendo assim, a qualidade dos serviços prestados pelo museu depende de conhecimento das expectativas e necessidades dos seus usuários.

A qualidade percebida do serviço é resultado entre a comparação das percepções com as expectativas dos clientes e apresenta-se, desta forma, como sumária comparação da diferença entre expectativas versus percepções proeminentes. Assim esse é, quiçá, o mais importante elemento para identificar os atributos dos serviços que são mais valorizados pelos usuários. Essa abordagem Servqual (*Service Quality Gap Analysis*) considera as expectativas dos clientes em relação a um determinado serviço frente à percepção de qualidade do serviço recebido. Os critérios de avaliação aplicados levam em consideração as brechas, as lacunas, os hiatos (Gaps) que são as diferenças entre as expectativas dos clientes e o que é realmente oferecido (PARASURAMAN; ZEITHAML; BERRY, 1985) – a diferença entre o serviço desejado e o encontrado.

De acordo Fitzsimmons & Fitzsimmons (2005), quanto menor for a percepção em relação à expectativa, menor será a qualidade do serviço¹¹.

“A satisfação do cliente com a qualidade do serviço pode ser definida pela comparação da percepção do serviço prestado com as expectativas do serviço desejado. Quando se excedem as expectativas, o serviço é percebido como de qualidade excepcional” (FITZSIMMONS, J. A; FITZSIMMONS, M. J. 2005, p.146-147).

Segundo Freitas, Bolsanello e Viana (2008), os Gaps representam o resultado da aplicação do método Servqual, sendo que quanto mais negativos os Gaps mais críticos e maior prioridade demandam.

“Para auxiliar as empresas a mensurar a qualidade de seus serviços prestados, detectando fontes de problemas e, desta forma, buscando melhoria de serviço, Parasuraman et al. (1985) propuseram um modelo de ava-

liação de satisfação do cliente, chamado de “modelo Gap”. Este modelo avalia a discrepância entre a expectativa do cliente em relação ao serviço e a percepção do desempenho. Esta diferença é baseada em cinco lacunas (Gaps), cujas características são:

- Gap 1 – Lacuna entre as verdadeiras expectativas do consumidor e a percepção dessas expectativas pelos gerentes.*
- Gap 2 – Lacuna entre a percepção gerencial acerca das expectativas dos clientes e a tradução dessa percepção em normas e especificações (padrões) para atender às expectativas dos clientes.*
- Gap 3 – Lacuna entre as normas e especificações (padrões) e o serviço efetivamente fornecido ao cliente.*
- Gap 4 – Lacuna entre o serviço realmente prestado e a comunicação externa.*
- Gap 5 – Lacuna entre o serviço prestado e o serviço percebido, sendo a resultante final em função dos outros quatro Gaps” (GUARIENTI et al. 2006, p.3).*

Estes gaps são grandes obstáculos na tentativa de se atingir um nível de excelência, na prestação de serviços (PARASURAMAN; ZEITHAML; BERRY, 1985). E, para se chegar a julgamento avaliativo sobre a qualidade do serviço prestado Parasuraman, Zeithaml e Berry (1985) constataram que os clientes utilizam os mesmos critérios, independentemente do tipo de serviço considerado e, assim, dentre os dez fatores determinantes da qualidade esses autores estruturam cinco dimensões: tangibilidade (*tangibles*), confiabilidade (*reliability*), sensibilidade/receptividade (*responsiveness*), segurança/garantia (*assurance*) e empatia (*empathy*).

“Confiabilidade: A capacidade de prestar o serviço prometido de modo confiável e com precisão. Tangíveis: A aparência física de instalações, equipamentos, pessoal e materiais de comunicação. Sensibilidade: a disposição para ajudar o cliente e proporcionar com presteza um serviço. Segurança: O conhecimento e a cortesia de empregados e sua habilidade em transmitir confiança e confiabilidade. Empatia: A atenção e o carinho individualizados proporcionados aos clientes” (BERRY; PARASURAMAN, 1992, p. 30, grifos nossos).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ambiência da Pesquisa

O ambiente analisado compreende o Museu Capixaba do Negro (Mucane), instituído pelo governo do Espírito Santo, por meio do Decreto nº 3.527, em 13 de maio de 1993, com a finalidade de reunir, preservar e conservar a história da cultura negra. Em 2007, foi cedido à Prefeitura Municipal de Vitória, que viabilizou recursos municipais e federais para a reforma¹² do espaço e, por meio do decreto nº 15.078, de 4 de julho de 2011, passou a ser integrado à Secretaria Municipal de Cultura (SEMC) da Prefeitura de Vitória, tendo entre seus objetivos propiciar meios para o desenvolvimento de ações educativas que promovam a conscientização sobre a importância

¹¹Fitzsimmons e Fitzsimmons (2005) reportam que os serviços não são prontamente identificados pela clientela, e essa dificuldade se deve à intangibilidade dos serviços e à apreensão com a experiência total do serviço, portanto, a eficácia de um serviço só é alcançada no final do atendimento, pois é nesse momento que o usuário visualiza e avalia toda a ambiência que compõe a prestação daquele serviço e que o faz sentir-se satisfeito ou não.

¹²O prédio do Museu do Negro é um dos remanescentes da arquitetura de estilo eclético do início do século XX. O imóvel (716,00m²) foi construído pelo coronel Francisco Schwab, em 1912, ano em que foi aberta a Avenida República.

da preservação do patrimônio histórico-arquitetônico da capital capixaba.

“O espaço foi totalmente restaurado em 2012 e ganhou área para exposições, auditório, mezanino e também um novo prédio que funciona como anexo ao prédio principal. A concepção do projeto de restauração do museu levou em conta o programa de atividades municipais desenvolvidas pela Prefeitura de Vitória, juntamente com representantes da cultura negra, e a importância do monumento para a cidade. A área construída no terreno, que inclui o prédio atual e o novo anexo, é de 1.430 m². A edificação histórica funciona como museu.

No térreo, encontra-se o auditório para, aproximadamente, 78 pessoas, recepção e área de exposição temporária. No primeiro andar, o espaço para exposições fixas e temporárias, além de espaço multimídia. No segundo pavimento estão mais duas salas e o mezanino. O novo prédio ainda tem salas para uso coletivo e da administração do museu, biblioteca, área para eventos, mezanino, jardim, banheiros, entre outros”. (PROGRAMA FISCALIZA VITÓRIA, 2015, p. 16, grifos nossos).

O Mucane funciona na Avenida República, 121, no Centro – Vitória (ES) e, é um centro estadual de referência à cultura negra. O horário de funcionamento é de terça a sexta-feira, das 9h às 17h, e aos sábados e domingos, das 12h às 16h.

Tipo de Pesquisa e Técnica Empregada

No que diz respeito à escolha da metodologia a ser adotada na pesquisa, foi empregada a abordagem teórico-metodológica Servqual. Denominamos o Servqual como uma abordagem teórico-metodológica porque nos fornece um corpus teórico sobre inúmeros conceitos, tais como: qualidade, satisfação, percepção, expectativa, qualidade de serviços, entre outros conceitos. Além disso, ao mesmo tempo apresenta uma metodologia científica capaz de levar à concretização de estudos que tenham como objeto de estudo a satisfação dos usuários dos serviços prestados por qualquer instituição. Tal abordagem torna viável avaliar a qualidade num cenário em que os serviços prestados podem variar. Cada indivíduo que constitui uma equipe de trabalho possui jeitos e características de acolher e receber, modos de se colocar à disposição, de compreender, ser e fazer singulares.

Com base na abordagem esse estudo é classificado como quantitativo; no que tange aos objetivos, realizou-se uma investigação exploratória-descritiva e, tomando em conta o procedimento técnico adotado, podemos classificar esta pesquisa como um levantamento (survey), por meio de um questionário semi-estruturado aplicado entre os dias 2 e 24 de janeiro de 2016, entre 13 h e 16 h, sendo o instrumento de coleta de dados aplicado após a saída do cliente em visita ao recinto. O roteiro de perguntas possuía vinte questões fechadas, elaboradas e distribuídas entre as cinco dimensões da qualidade do método Servqual (Tangibilidade, Confiabilidade, Receptividade, Garantia e Empatia) e uma questão aberta. Para avaliar o grau de

expectativas e percepção, as vinte questões foram desenvolvidas como base na Escala Psicométrica De Likert.

Em convergência com Crossno e colaboradores (2001), preferimos utilizar o termo importância ao invés de expectativas proposto pelo método Servqual, porque essa abordagem teórico-metodológica permite ajustes e, como tal simplifica a compreensão; assim, é mais fácil para o participante entender “o quanto o atendimento é importante para você” do que “qual a sua expectativa em relação ao atendimento”. Pela mesma razão, percepção foi substituída por “satisfação” na esquematização das questões.

Os usuários deveriam assinalar uma opção entre 1 e 5 da escala Likert para o item “importância” (sendo que na escala 1=menos importante e 5=muito importante) e também para o item “satisfação” (sendo que na escala 1=insatisfeito e 5=muito satisfeito). O procedimento de coleta de dados se deu de forma aleatória, após a saída e a disponibilidade da clientela desse espaço.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um total de 95 respostas foram coletadas, superando em três vezes a amostra estatisticamente estabelecida para o estudo, que deveria ser de no mínimo 31 entrevistados. Foram considerados apenas os questionários que tinham a resposta “Sim” à questão: “Você já participou (visitou) alguma atividade do Mucane?” uma vez que o modelo Servqual exige certo conhecimento e/ou experiência prévia do serviço a ser avaliado.

Quanto ao gênero dos que participaram da pesquisa, 55 (57,89%) eram feminino e o restante, 40 (42,11%), masculino. Em termos de faixa etária, 71 participantes (74,74%) têm 18 ou mais anos.

Quanto ao município de residência: 36 (37,89%) são de Vitória/ES, 5 (5,26%) de Vila Velha/ES, 4 (4,21%) do município de Serra/ES, 10 (10,53%) de Cariacica/ES e outros 40 (42,11%) residem em outras cidades.

Quanto à frequência de utilização, 15 (15,79%) dos participantes comparecem ao Museu regularmente, todo mês. Destaca-se também que 30 (31,58%) frequentam esporadicamente - em ocasiões de férias ou em datas comemorativas e feriados. Outros 50 (52,63%) entrevistados não souberam ou não quiseram sugerir frequência.

Quanto à preferência para realização de visitas, 18 (18,95%) dos participantes preferiam durante a semana; 52 (54,7400%) dos participantes citaram fins de semana (aos sábados e domingos) e; 25 (26,31 %) não souberam ou não quiseram indicar ou não tinham preferência de horários.

Sobre questão de atividades do museu, 33 (34,74%) dos clientes assinalaram que gostam de exposições livres, envolvendo ilustração, pintura, escultura, máscaras, fotografia, artesanato em exposição livre, 23 (24,21%) dos participantes apontaram que preferem visita guiada como devida contextualização, 39 (41,05%) dos respondentes sugeriram a preferência por atividades dinâmicas, tal como oficinas, palestras, músicas, danças, contação de histórias, sarau e workshop.

Importância e Satisfação

Uma análise dos resultados permite identificar os itens mais importantes (expectativa) para a maioria dos participantes, como a “Atualização da programação, exposição, atividades”, com 84,21% das respostas e “Funcionários gentis e acessíveis”, com 82,11%. Ainda em relação à importância, os itens da pesquisa receberam dos participantes uma pontuação que variava entre 3,97 e 4,70 de uma escala de cinco pontos. Isso sugere que os fatores selecionados para a pesquisa são de fato relevantes para os clientes do Mucame.

Entre os itens indicados como de “maior satisfação”, o primeiro deles, com 83,16% das respostas foi “Funcionários que se comunicam bem”. Ainda em relação à satisfação (percepção), os participantes atribuíram às questões uma pontuação que variava entre 3,70 e 4,50, de uma escala de cinco pontos, apontando uma pequena diferença entre a importância e a satisfação dos serviços. Entretanto, os itens que obtiveram uma pontuação menor podem representar aspectos a serem melhorados nos serviços ofertados pelo Museu. Entre eles estão a “Instalações físicas adaptadas às necessidades dos visitantes” e “Atualização e variedade da programação, exposição, atividades”, com respectivamente 15,79% e 11,58% das respostas marcadas entre “insatisfeito” e “pouco satisfeito”.

A tabela 1 apresenta a média da pontuação (em uma escala de 1 a 5) recebida pelos indicadores da qualidade de serviço, a respeito da importância e satisfação, agrupados por dimensão:

Tabela 01: Importância e Satisfação por Dimensão.

	Importância	Satisfação
Empatia	4,47	4,17
Garantia	4,60	4,04
Receptividade	4,70	4,50
Confiabilidade	4,54	4,23
Tangibilidade	3,97	3,70

As dimensões determinantes da qualidade do serviço apontadas no presente estudo assinalaram a dimensão Receptividade como sendo a preferida pelos participantes da pesquisa. Receptividade, para o método Servqual, pode ser interpretada como a disposição dos funcionários para ajudar o cliente e prover um serviço com rapidez de resposta e presteza (responsiveness).

Análise de Gaps e Quadrante

Segundo Brito e Vergueiro (2011) há uma segunda maneira para apresentar os resultados de pesquisas que usam o método Servqual. Análise de Gaps compreende o diagnóstico dos Gaps apurado pelas questões das dimensões da qualidade. Para o cálculo dos Gaps, utiliza-se a seguinte fórmula: $\text{Gap} = \text{Satisfação} - \text{Importância}$

Para calcular as médias, as pontuações (de 1 a 5) de cada questão foram somadas e depois divididas pelo número total de respondentes (95), tanto para a satisfação quanto para a importância. A seguir foi calculada a diferença entre as duas,

obtendo-se assim o Gap por questão. Com essa medida é possível verificar que o grau de exigência do público pesquisado é alto. Já os estudos de Nitecki e Herson (2000) indicam que as pontuações de Gaps entre 0 e -1 não superam as expectativas, porém podem atender ao que os usuários realmente esperam de um serviço de qualidade; pode-se dizer que a clientela do Museu Capixaba do Negro de Vitória/ES percebe positivamente a qualidade dos serviços prestados.

Para o cálculo dos gaps por dimensão foram somadas as médias das questões de cada dimensão e divididas pelo total de questões de cada dimensão do questionário da pesquisa. Por exemplo, para o cálculo dos Gaps da dimensão Receptividade, foram somadas as médias das pontuações das questões relativas a esta dimensão e depois divididas por cinco, que era o número das questões relacionadas a esta dimensão.

O gráfico 1 apresenta os Gaps por dimensão:

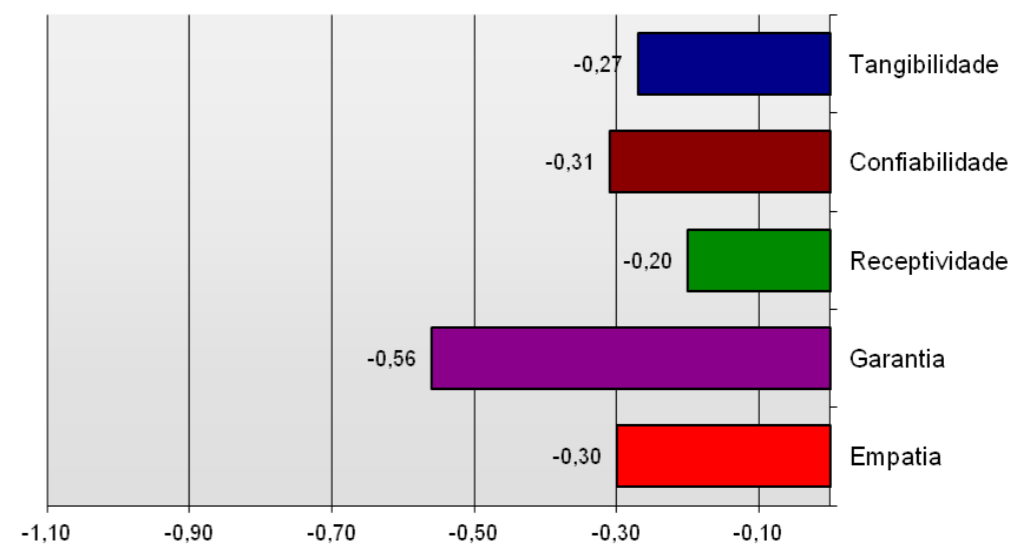


Gráfico 1 - Gaps por dimensões

A partir do gráfico 1 pode-se deduzir que quanto maior é o Gap do item, maior é a lacuna entre o serviço esperado (desejado) e o serviço percebido (resultado direto da efetiva prestação do serviço). Estes Gaps são grandes obstáculos na tentativa de se atingir um nível de excelência, na prestação de serviços (PARASURAMAN; ZEITHAML; BERRY, 1985).

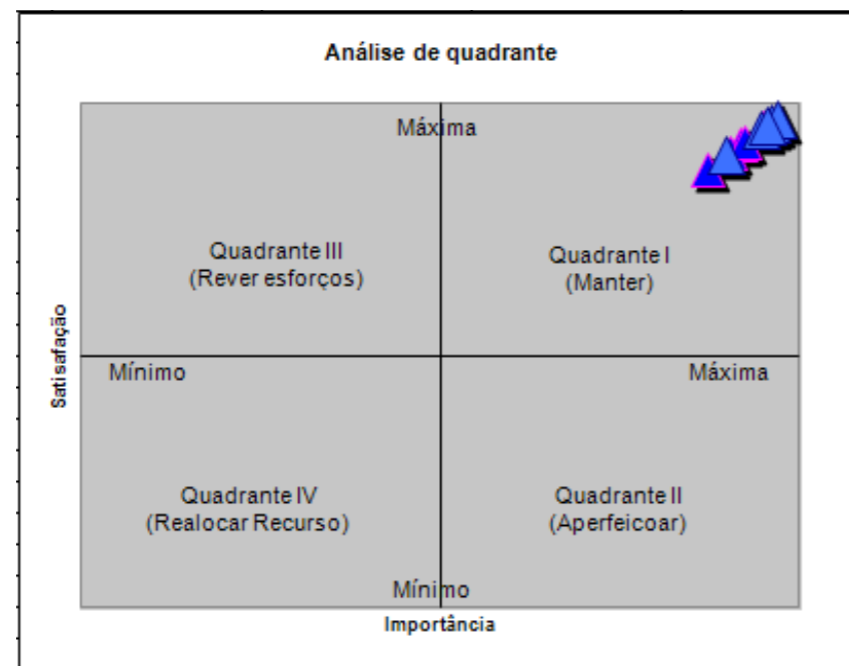
Já a Matriz de Análise de Importância X Desempenho¹³ (quadrante) constitui-se uma ferramenta teórico-metodológica para que a instituição tenha uma visão estratégica sobre quais os atributos que deveria melhorar para tornar-se mais competitiva no mercado; sendo assim, podemos dizer que a análise de quadrantes é uma boa forma de se apresentar os resultados do método Servqual. Nitecki e Herson (2000) a recomendam porque ela propicia uma correlação gráfica que facilita a visualização dos dados.

Ao aplicar a análise de quadrante verificam-se informações bastante interes-

¹³A análise de Quadrantes utiliza os dados originários da pesquisa sobre satisfação e constrói uma matriz bidimensional, em que a importância é mostrada pelo eixo x e se atribui ao eixo y a satisfação. A matriz é dividida em quatro quadrantes. Um atributo que se situa no Quadrante I terá alta importância com alto desempenho, representando uma possível vantagem competitiva. Um atributo que tiver alta importância, mas baixo desempenho, deverá receber atenção imediata, constando no Quadrante II. O Quadrante III concentra os atributos com alto desempenho, porém com baixa importância. O Quadrante IV contém os atributos com baixa importância e baixo desempenho, não sendo necessário concentrar esforço adicional.

santes sobre o serviço prestado pelo Museu Capixaba do Negro de Vitória/ES. Nessa pesquisa ocorreu uma concentração no quadrante 1 (manter) de todos os vinte atributos da qualidade. Isso sugere que os clientes veem todos os atributos da pesquisa como importantes e bem desempenhados pela instituição, como pode ser vislumbrado na Figura 1.

Figura 01: Análise de Quadrantes
Fonte: Dados da pesquisa.



CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Este estudo foi realizado tendo-se como objetivo principal avaliar a qualidade dos serviços prestados pelo Museu, no que tange à expectativa e à percepção dos usuários em relação a um espaço não formal de educação.

Reiteramos que os clientes atendidos por monitores estão satisfeitos com o atendimento prestado pelo Mucane, citando a “Receptividade” como uma das mais importantes. Essa dimensão remete à vontade ou disponibilidade dos funcionários para prestar o serviço.

Por meio dessa pesquisa foi possível constatar que os clientes percebem positivamente a qualidade dos serviços prestados pelo Mucane. A diferença entre importância e satisfação foi mínima, indicando que o Museu está muito perto de atingir as expectativas de seus clientes.

Um dos pontos fracos refere-se aos Gaps 5, que demonstraram a necessidade de conhecimento e a cortesia dos funcionários e a sua habilidade em transmitir confiança e confiabilidade (assurance).

Esta pesquisa realizada para avaliar a qualidade do serviço do Mucane, a exemplo de outros estudos realizados em espaços não formais de educação, com-

provou que realmente o método Servqual é apropriado para avaliar a qualidade a partir das percepções e expectativas dos usuários. Além disso, essa abordagem teórico-metodológica pode ser tornar uma ferramenta útil para a gestão e a tomada de decisões, pois permite evidenciar os pontos fracos e fortes das organizações, uma vez que gera informações sob a ótica dos seus clientes.

Utilizado para avaliar o grau de satisfação dos clientes do Museu pode-se também indicar como ponto positivo o fato que esse método “aproxima” essas organizações de seus clientes. Por isso, a avaliação deve ser constante, tendo como metas a captação de nuances das necessidades dos clientes-usuários, da instituição e dos parceiros, visando a implementar as melhorias percebidas pelo estudo realizado. Portanto, não basta a intenção de fornecer serviços com excelente qualidade. É necessário que as instituições estruturam processos contínuos para monitorar as percepções dos clientes sobre a sua qualidade de serviços. Porém, deve-se ter em conta que o usuário sempre pode mudar a direção, forma e característica de qualquer serviço, dependendo de suas necessidades.

O tema não se esgota aqui pois outras reflexões podem ser propostas. Sugerimos explorar mais a parte qualitativa da abordagem teórico-metodológica Servqual promovendo um diagnóstico minucioso da ambiência e também a utilização de outros métodos como o modelo SERVPERF (baseado somente na percepção de desempenho dos serviços). Por isso, possíveis desdobramentos podem fundamentar uma continuidade nessa linha de pesquisa. Os interessados em replicar este tipo de pesquisa devem prescindir que a avaliação é um fim em si e, somente deve ser realizada com objetivos bem definidos, visando responder questões específicas e reunir dados que permitam um melhoramento contínuo.

Finalmente, cabe ressaltar que todo esse elenco de preocupações deve ser levado em consideração, sem se perder de vista que os modelos de avaliação da qualidade de serviço são instrumentos essenciais de aferição de diagnósticos dos pontos fortes e fracos, que se podem exprimir em oportunidades de aplicabilidade de Boas Práticas (best practices), com vistas à implantação e ao desenvolvimento dos processos museológicos essenciais à identificação, ao estudo, à exposição e à ação sociocultural das expressões patrimoniais afrobrasileiras, como excelência no contemporâneo espaço não formal de educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERRY, Leonard L.; PARASURAMAN, A.** Serviços de marketing: competindo através da qualidade. São Paulo: Maltese: Norma, 1992. 238 p.
- BRASIL.** Bases para a Política Nacional de Museus: Memória e Cidadania. Ministério da Cultura, Brasília, 2003. Disponível em: <www.cultura.gov.br/documents/10883/38605/bases-para-a-politica-nacional-de-museus.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2015.
- _____. Plano Nacional Setorial de Museus: 2010-2020. Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus, Brasília, 2010. Disponível em: <www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/PSNM-Versao-Web.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2015.
- _____. Plano Nacional Setorial de Museus é apresentado na Câmara dos Deputados. Portal do Instituto Bra-

sileiro de Museus (Ibram). Boletim eletrônico Nº 351 – Ano VIII- 05/05/2011 a 12/05/2011. Disponível em: <www.museus.gov.br/tag/camara-deputados-plano-nacional-setoria-museus-pnsm-deputada-presidente-ibram/>. Acesso em: 23 dez. 2015.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 116 p. (Coleção Primeiros Passos).

BRITO, Gisele Ferreira de; VERGUEIRO, W. C. S. Avaliação da qualidade orientada ao usuário: estudo de caso em biblioteca acadêmica utilizando o método servqual. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 2011, Maceió. Disponível em: <<http://www.mendeley.com/download/public/38134/4386777335/30ad-11d1586b826c8286ec182353074cf983b289/dl.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2013.

COSTA FILHO, H. Estudo comparativo da qualidade de serviços de instituições de ensino superior de Paranaíba. 2012. 102 p. Dissertação (Mestrado). Pedro Leopoldo-MG, 2012.

CROSSNO, J. E. et al. Assessment of customer service in Academic Health Care Libraries (ACSAHL): an instrument for measuring customer service. Bulletin of the Medical Library Association v. 89, n. 2, pp. 170-176, Abr. 2001. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC31724/>>. Acesso em: 17 mar. 2015

DAVIS, Mark M.; AQUILANO, Nicholas J.; CHASE, Richard B. Fundamentos da administração da produção. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. xii, 598 p.

FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 564 p.

FREITAS, André Luís Policani; BOLSANELLO, Franz Marx Carvalho; VIANA, Nathália Ribeiro Nunes Gomes. Avaliação da qualidade de serviços de uma biblioteca universitária: um estudo de caso utilizando o modelo Servqual. Ciência da Informação, Brasília, v. 37, n.3, p. 169-184, Dez. 2008.

GUARIENTI, Adriane et al. Avaliação da qualidade percebida em serviços através da Escala SERVQUAL. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, XXVI. 2006, Fortaleza. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2006_tr_470326_7203.pdf> Acesso em: 22 jun. 2013.

NITECKI, D. A.; HERNON, P. Measuring service quality at Yale's University's libraries. The Journal of Academic Librarianship, Ann Arbor, v. 26, n. 4, p. 259-273, Jul. 2000.

PARASURAMAN, A; ZEITHAML, V. A; BERRY, L. L. A conceptual model of service quality and its implications for future research. Journal of Marketing, Chicago, v. 49, n. 4, p. 41-50, Fall 1985.

PROGRAMA FISCALIZA VITÓRIA. Relatório Analítico Região I – Centro: Fiscalização dos Equipamentos Públicos da Cultura. Câmara Municipal de Vitória. 2015. Disponível em: <www.fiscalizavitoria.com.br/cmynet/arquivos/fiscalizacoes_relatorios_analiticos/144545100915Regia771o%20I%20-%20Caderno%206%20-%20Cultura.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2015.

VITÓRIA (Cidade). MUCANE – Museu Capixaba do Negro. Vitória, ES: PMV. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/turista/museus>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

_____. Decreto nº 15.078, de 4 de julho de 2011. Institui o Museu Capixaba do Negro – MUCANE, integrado à estrutura organizacional da Secretaria de Cultura. Prefeitura Municipal de Vitória, Vitória, 4 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/>>. Acesso em: 11 dez. 2015.





Perfil Socioeconômico de Agricultores Familiares do Município de Muniz Freire, Espírito Santo

Resumo

Apesar da relevância nacional da agricultura familiar e das políticas governamentais direcionadas, as condições socioeconômicas desta população são pouco conhecidas. O objetivo do estudo foi traçar o perfil socioeconômico de agricultores familiares do município de Muniz Freire, ES. Foram entrevistados 82 agricultores familiares in loco. Para análise dos dados foi utilizada a estatística descritiva. Segundo resultados obtidos, a faixa etária dos entrevistados foi de 20 a 81 anos. Dentre os avaliados, 76,83% declararam possuir filhos. O uso do tabaco foi relatado por 9,76%. A maioria não possuía o ensino fundamental completo. Quando questionados sobre a cor da pele, observou-se predominância de resposta para a cor branca. A maioria dos agricultores eram proprietários da terra e a falta de acesso a sistemas de coleta de lixo e saneamento foi observada. O trabalho na própria lavoura, como atividade exclusiva, foi relatado pela maioria. A análise da renda mensal familiar dos agricultores mostrou que a remuneração era baixa. Com base nestes resultados, foi possível concluir um primeiro levantamento de dados da região os quais contribuirão significativamente para a continuidade do trabalho, estabelecendo futuras ações de extensão e promover a melhoria das condições de saúde e bem estar da população estudada. Palavras-chave: Agricultura; Condições Sociais; Análise Socioeconômica.

Adriana Madeira Álvares da Silva Conforti¹; Carlos Cesar Jorden Almança²; Wagner Miranda Barbosa²; Schalana Oliveira dos Reis²; Juliana Dalbó²; Flávia Vitorino Freitas²; Suzanny Oliveira Mendes²; Joaquim Gasparini dos Santos²; Gabriel Madeira da Silva Guanaes²; Gabrielly Assis Robe²; Cinthia Vidal Monteiro da Silva Couto²; Aline Ribeiro Borçoi²; Camila Vieira Chagas David²; Leticia Parmanhani Romão²; Larissa Bettcher Brito²; Ester Ribeiro Cunha²; Mayara Mota de Oliveira²; Leonardo Oliveira Trivilin²; Anderson Barros Archanjo²; Gabriele Tonini Peterle²; Lucas de Lima Maia²; Diego Camuzi³; José Aires Ventura⁴; João Batista Pavesi Simão³

¹Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde - Departamento de Biologia - Endereço: Av. Alto Universitário, s/nº, Bairro: Guararema - CEP: 29500-000 - Alegre, ES. Email: adriana.biomol@gmail.com - Telefone: (28)3552-8627.

²Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

³Instituto Federal de Educação Superior - IFES

⁴Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER

Abstract

Although the national importance of family farming and targeted government policies, socio-economic conditions of this population are little known. The aim of the study was to outline the socio-economic profile of farmers in the municipality of Muniz Freire, ES. They interviewed 82 farmers on the spot. Descriptive statistics for data analysis was used. According to results, the age of respondents was 20-81 years. Among the evaluated, 76.83% reported having children. The use of tobacco has been reported by 9.76%. Most had not completed elementary school. When asked about skin color, it was observed predominance of response to white. Most farmers owned the land and the lack of access to sanitation and garbage collection systems was observed. Work on the plantation as exclusive activity was reported by the majority. Analysis of the monthly family income of farmers showed that the pay was low. Based on these results, it concluded a first data collection in the region, which significantly contribute to the continuity of work, establishing future extension actions and promote improved health and well-being of the population studied.

Keywords: Agriculture; Social Conditions; Socioeconomic Analysis.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é constituída por pequenos e médios produtores que possuem área não superior a quatro módulos fiscais, que utilizem prioritariamente mão de obra familiar e que a renda familiar predominante seja de atividades extrativas relacionadas à propriedade. A área de lavoura do agricultor familiar pode ser própria, arrendada, administrada em parceria, em comodato ou ainda, de posse. A agricultura familiar tem garantido nos últimos anos a maior parte da produção de alimentos básicos no abastecimento urbano, com a diversificação de atividades e tem marcado presença tanto no mercado interno quanto externo por meio de relevante representação no âmbito nacional [1].

Apesar da relevância representada por este segmento, historicamente as políticas voltadas para a agricultura familiar no Brasil traduzem, muitas vezes, interesses econômicos que, para potencializar a exploração dos recursos naturais, necessitam de mão-de-obra sadia. Mesmo assim, os maiores avanços dessas políticas ocorreram nos períodos históricos em que os trabalhadores rurais estiveram mais organizados. Como resultado desse processo, as populações do campo sempre enfrentaram a descontinuidade das ações, modelos que não se consolidaram e uma fragmentação de iniciativas que ainda contribuem para seus altos níveis de exclusão e discriminação [2].

A agricultura brasileira se desenvolve num cenário econômico, social, ideológico e cultural caracterizado pela intensa concentração fundiária, pelo ganho de produtividade, pela incorporação de tecnologias com grande impacto sobre a saúde humana e ambiental e pelo crescimento das exportações e do agronegócio. No processo de avaliação de riscos, fatores de risco e danos à saúde dos trabalhadores rurais, além das análises das condições materiais de trabalho, torna-se importante atentar não só diretamente aos indivíduos responsáveis pela execução das tarefas, como também aos membros da sua família, uma vez que hoje, no Brasil, o foco tem sido direcionado à produção agrícola familiar. Torna-se importante avaliar, entre outras, as condições sociais e econômicas dessa população [3].

No sudoeste do Estado do Espírito Santo, o Território do Caparaó - ES perfaz uma área de 3.920,70 Km², o que corresponde a 8,5% da área estadual. Esta região possui uma vocação agrária com aproximadamente 38% da população vivendo na área rural e 72% na área urbana, porém parte da população da área urbana também trabalha no campo [4].

Esta região, assim como toda a microrregião do Caparaó - ES, quando analisada sob o aspecto do desenvolvimento social, medido pelo IDH, apresenta um desempenho inferior à média do Estado [5], influenciado muito mais pela variável educação do que pelo nível de renda ou expectativa de vida da população. As falhas do sistema socioeducacional na região se traduzem pela baixa perspectiva de oportunidades de mercado de trabalho para a melhoria das condições de vida e se agravam pela vulnerabilidade da população frente ao uso de drogas lícitas e ilícitas. Além disso, é notada a falta de estímulo à qualificação profissional para o desenvolvimento socioeconômico sustentável e direcionado às características da região.

Segundo o Diagnóstico Socioeconômico do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), citando dados do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), a participação da atividade cafeeira na receita das propriedades rurais no Território Caparaó está em torno de 75,6%, o que a coloca como a maior participação do Estado na geração de renda das propriedades rurais, no que se refere a esta cultura [6].

Em relação ao rendimento familiar, não foi verificado aumento de renda; pelo contrário, houve um agravamento desta situação traduzido pelos dados oficiais apresentados pelo Governo do Estado do Espírito Santo (2009) que mostram que 81,25% das famílias dos municípios dessa região tinham renda mensal familiar de até 2 salários mínimos [6].

O município de Muniz Freire - ES, apresenta uma área territorial total de 679323 km² e, segundo o Censo de 2010, com população rural de 9727 habitantes e IDH de 0,645 [5].

Esses dados mostram a necessidade de atenção à população rural do Caparaó Capixaba, em especial de atenção às condições socioeconômicas desta região. Considerando que, de modo geral, as condições de vida e saúde da população do campo no Brasil são pouco conhecidas e estudadas, sobretudo as de agricultores familiares. Desta forma, o objetivo deste estudo foi o de traçar o perfil socioeconômico de agricultores familiares do município de Muniz Freire, situado na região do Caparaó Capixaba.

MÉTODOS

Foi realizado um estudo observacional transversal, no qual a população estudada era constituída por agricultores familiares pertencentes a comunidades rurais do município de Muniz Freire - ES. A amostra foi constituída por 82 indivíduos de 20 a 81 anos, que eram integrantes de associações e/ou movimentos sociais das comunidades.

Os agricultores foram recrutados por meio de contato prévio, via associações e/ou movimentos sociais e o convite às famílias a serem incluídas no estudo foi realizado na presença dos agentes de saúde, visando assegurar a transparência da metodologia. Antes da entrevista, os agricultores recebiam informações quanto aos objetivos do estudo, assim como eram esclarecidas quaisquer dúvidas surgidas quanto à participação, bem como foram informados quanto à garantia do anonimato das informações. Não foram incluídos no estudo indivíduos com idade inferior a 18 anos. Os indivíduos que apresentaram acordo e tiveram interesse em participar assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, de acordo com a Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde (CNE). É válido ressaltar ainda que o estudo teve a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Espírito Santo (CEP/CCS/UFES), sob parecer nº 662.550/2014.

A coleta de dados foi realizada in loco, entre os meses de setembro e outubro de 2014, por entrevistadores previamente treinados quanto à aplicação do questionário, o qual constava de questões fechadas e abertas (pontuais), relacionadas à:

- Caracterização do entrevistado (gênero, idade, nº de filhos, cor da pele, hábito de fumar tabaco, grau de escolaridade);
- Condições de moradia (situação da terra/lote, coleta de lixo e saneamento);
- Condições de trabalho e renda (trabalho extra, fontes de renda, vínculo salarial, acesso a programas ou auxílio do governo e faixa de renda familiar mensal).

Os dados foram agrupados e analisados sem distinção quanto às comunidades a que pertenciam, utilizando-se a estatística descritiva, com cálculos de médias, desvios-padrão e frequências. A apresentação dos resultados foi realizada por meio de tabelas e figuras claras e objetivas.

RESULTADOS

Do total de entrevistados (n=82), 69,51% eram do sexo masculino e 30,49% do sexo feminino e a faixa etária era de 20 a 81 anos (mín-máx). Dentre as famílias avaliadas, 76,83% relataram possuir filhos e 23,17% relataram não possuir.

Na Tabela 1 pode ser observada a idade média dos entrevistados, bem como o número médio de filhos por família. A idade média dos entrevistados foi de 40,40 anos ($\pm 11,85$ anos) e o número médio de filhos foi de 2,34 ($\pm 2,16$) por família.

Variável	Média \pm Desvio-Padrão
Idade	40,40 \pm 11,85
Nº de filhos	2,34 \pm 2,16

Tabela 01: Médias de idade e números de filhos dos agricultores

Quanto ao uso do tabaco, pode-se observar na Figura 1 que 89,02% dos agricultores não possuíam o hábito, enquanto 9,76% eram tabagistas. Apenas 1,22% (n=1) relatou ser ex-tabagista.

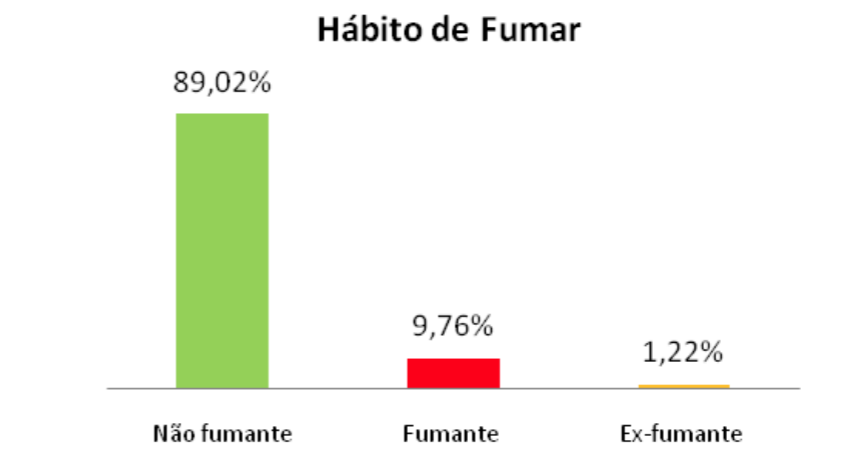
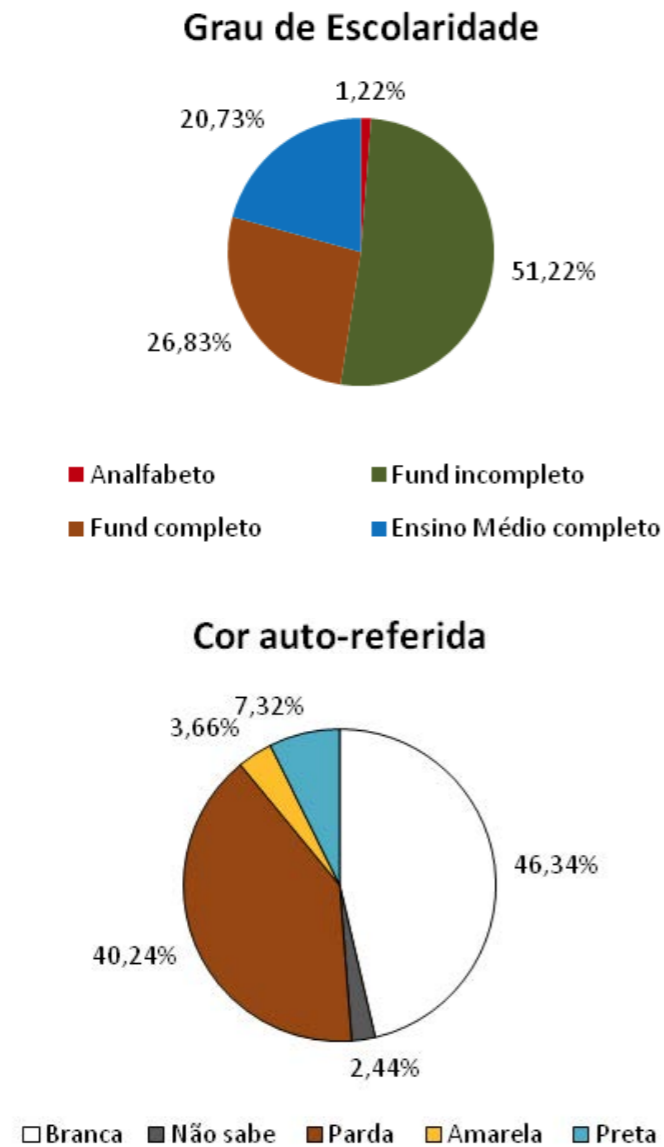


Figura 01: Hábito de fumar tabaco.

Os dados relacionados ao grau de escolaridade e à cor da pele podem ser visualizados na Figura 2. Conforme análise das respostas, 51,22% possuíam o ensino fundamental incompleto, sendo que, destes, 92,86% declararam ter concluído a 4ª série. O ensino fundamental completo foi concluído por 26,83% dos entrevistados e o ensino médio por 20,73%. Houve relato de analfabetismo por 1,22% dos agricultores (n=1).

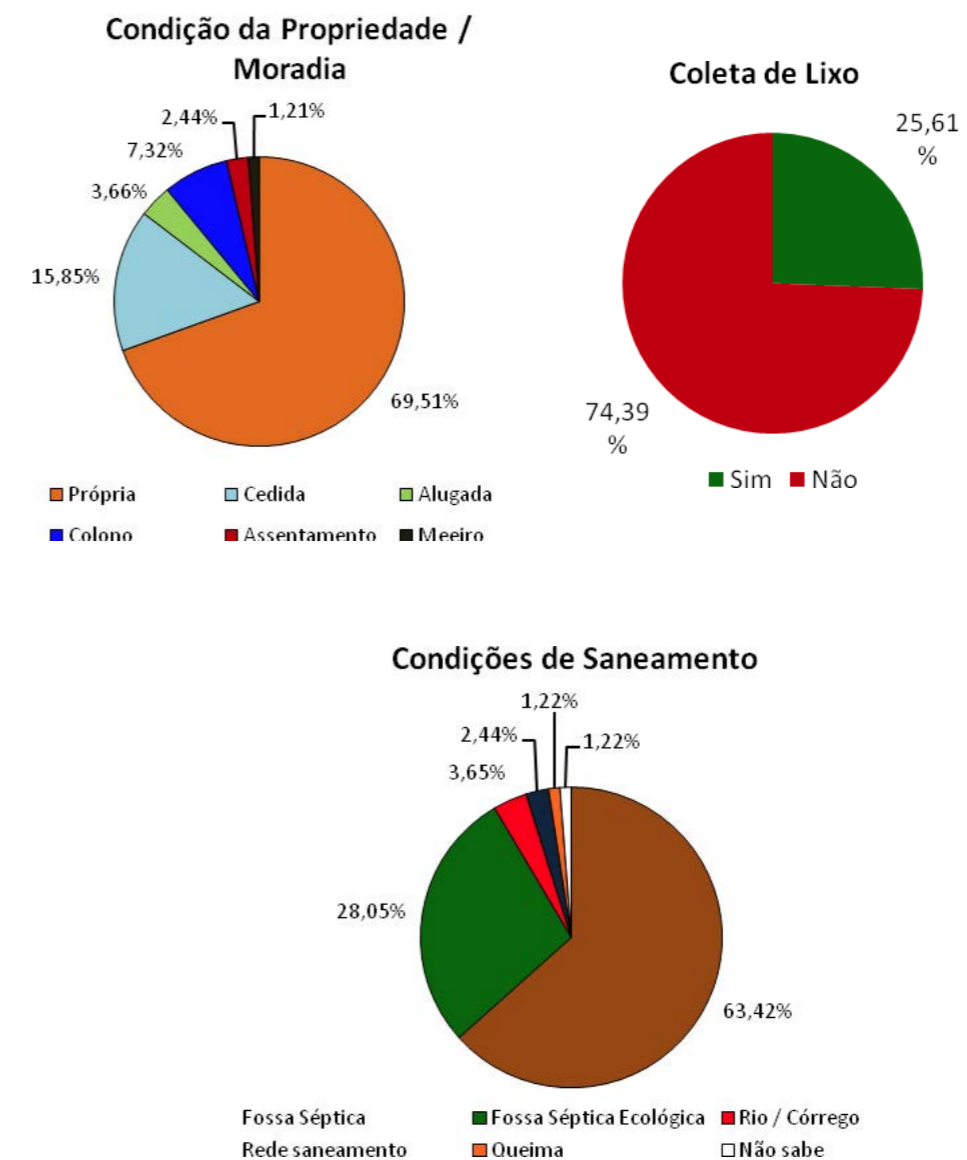
Ainda pela Figura 2, é possível visualizar que 46,34% dos avaliados se autorreferiram à cor de pele branca, enquanto 40,24% fizeram referência à cor parda. A cor preta foi autorreferida por 7,32% e a amarela por 3,66%. Não souberam se referir à cor da própria pele 2,44% dos entrevistados.

Figura 02: Grau de escolaridade e cor autorreferida pelos entrevistados.



Na Figura 3 é possível avaliar as condições de moradia. Como se pode verificar, a maioria dos agricultores é proprietária da terra/lote (69,51%), 15,85% reside na terra cedida, 7,32% é colono, 3,66% aluga a terra. Foram relatadas ainda situações de assentamento e a condição de meeiro por 2,44% e 1,21% dos entrevistados. As condições de coleta de lixo e saneamento também foram abordadas e pôde-se constatar que a maioria das famílias (74,39%) não tinha acesso a um sistema de coleta de lixo e, quanto ao saneamento, apenas 2,44% dos entrevistados (n=2) possuía rede de saneamento em sua propriedade. A grande maioria fazia uso de fossa séptica (63,42%) e fossa séptica ecológica (28,05%). Outras condições foram relatadas, como dejetos direcionados a rios e/ou a córregos (3,65%) e queima de dejetos (3,65%).

Figura 03: Condições de moradia, coleta de lixo e saneamento dos agricultores.



Quanto ao trabalho na lavoura, foi observado que a maioria (79,27%) trabalhava exclusivamente na propriedade, enquanto 20,73% possuíam algum outro tipo de emprego. Os dados referentes à renda podem ser analisados segundo as Tabelas 2 e 3.

Na Tabela 2 é possível verificar que 59,76% não possuíam outra fonte de renda além da própria lavoura e que a maioria dos agricultores da região avaliada não possuía carteira assinada (91,46%). Outro fator interessante a ser observado nesta Tabela, é que os programas do governo atingiam a minoria dos agricultores (37,81%).

Tabela 02: Fonte de renda, vínculo salarial e acesso a auxílio ou programas governamentais para agricultura.

Variável e tipo de resposta	Percentual de respostas (%)
Fonte de renda além da lavoura	
Sim	40,24
Não	59,76
Carteira assinada	
Sim	8,54
Não	91,46
Acesso a programas do governo	
Sim	37,81
Não	57,32
Não responderam	4,88

Quanto à faixa de renda familiar mensal, 43,91% dos agricultores relataram que possuíam renda menor ou igual a 1 (um) salário mínimo e as subdivisões desta faixa podem ser visualizadas na Tabela 3 (26,83%, 13,42% e 3,66% respectivamente para até meio salário, de meio a 1 e 1 salário mínimo). Foram relatadas as faixas de renda entre 1 e 2 salários e mais de 2 salários mínimos por 20,73% e 23,17% dos entrevistados, respectivamente. Alguns agricultores não quiseram responder quanto à renda familiar mensal (12,20%).

Tabela 03: Renda familiar mensal em salários mínimos.

Faixa de renda	Percentual de respostas (%)
Até ½ salário mínimo	13,42
De ½ a 1 salário mínimo	26,83
1 salário mínimo	3,66
De 1 a 2 salários mínimos	20,73
Mais de 2 salários mínimos	23,17
Não responderam	12,20

DISCUSSÃO/CONCLUSÃO

Tomando como base a idade média encontrada neste estudo ($40,40 \pm 11,85$ anos), verifica-se certa coerência com outros trabalhos realizados com agricultores familiares [7, 8 e 9]. No que se refere aos filhos, é interessante observar no presente estudo um percentual elevado de agricultores que relataram não possuir filhos (23,17%).

Dados obtidos na Vigitel, segundo Ministério da Saúde (2011), mostram que cerca de 14% da população brasileira é tabagista e no presente estudo foram encontrados 9,76% de indivíduos tabagistas, dentre os entrevistados.

Sabe-se que maiores níveis de escolaridade são muito importantes para que o homem do campo tenha o poder de assimilar as inovações técnico-científicas, o que vem a melhorar as suas formas de reprodução social. Neste estudo, observou-se que a maioria dos agricultores familiares do município de Muniz Freire não completou o ensino fundamental, corroborando com o trabalho de Lira et al [7]. No Brasil, o tempo de escolaridade entre agricultores situa-se em torno de 3,4 anos, ou seja, equivalente ao nível básico incompleto [10].

Em relação ao perfil da propriedade, os dados aqui apresentados também coincidem com a literatura, uma vez que a maioria dos entrevistados são proprietários da terra (69,51%) [11]. Importante ressaltar dentro das condições de moradia avaliadas, a dificuldade de acesso a um sistema de coleta de lixo, bem como o destino de dejetos, por falta de rede de saneamento no campo.

Considerando que a maioria dos entrevistados relatou o trabalho na própria lavoura como atividade exclusiva (79,27%) e que 59,76% relataram não possuir outra fonte de renda, reforça a classificação dos mesmos como agricultores familiares [1]. Apesar da minoria dos entrevistados ter relatado acesso a algum programa atual do governo, os resultados aqui observados coincidem com a literatura [12].

Por fim, ao analisar a faixa de renda mensal familiar, foi possível observar que a remuneração ainda é significativamente baixa, o que reforça a necessidade de um olhar mais direcionado a esta população do campo, com estratégias governamentais para a promoção do desenvolvimento sustentável e melhoria das condições de vida dos agricultores familiares.

Considerando a definição de estado de saúde da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2015), que se traduz em "completo bem-estar físico, mental e social e não a simples ausência de doença", acredita-se que os resultados aqui encontrados representam um primeiro levantamento de dados da região e contribuem de forma significativa para a continuidade de trabalhos, com propostas estratégicas de ações que promovam a melhoria das condições de saúde e bem estar de agricultores familiares da região estudada, bem como de todo o Caparaó Capixaba em futuros estudos.

REFERÊNCIAS

- [1] GRECZYNSZ, R.; FAVARÃO, S.C.M. Perfil socioeconômico de agricultores feirantes da microrregião de Campo Mourão, PR. Revista Ciências Exatas e da Terra e Ciências Agrárias, v. 8, p. 10-17, 2013.
- [2] CARNEIRO, F.F. A Saúde no Campo: das políticas oficiais à experiência do MST e de famílias de "bóias frias" em Unaí, Minas Gerais, 2005. Belo Horizonte: Escola de Veterinária, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

– Tese de Doutorado, 2007.

[3] **SILVA, J.M.; NOVATO-SILVA, E.; FARIA, H.P.; PINHEIRO, T.M.M.** Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, 2005.

[4] **IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Censo Demográfico de 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_espirito_santo.pdf>. Acesso em: 24 de abril de 2015.

[5] **IBGE/Cidades – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Cidades. Diretoria de Pesquisas, coordenação e indicadores sociais. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=320370>>. Acesso em: 24 de abril de 2015.

[6] **BANDES – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo.** Diagnóstico Socioeconômico Microrregião Caparaó / Instituto Jones dos Santos Neves, Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES) e Consórcio do Caparaó, 213p, 2005.

[7] **LIRA, C.C.; QUEIROZ, M.L.; COSTA, C.F.S.; GOMES, R.V.R.S.; COELHO, J.; FERREIRA, K.M.; SAMPAIO, B.O.** Perfil socioeconômico de agricultores familiares no município de Barreiros, PE. In: XIII Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão – JEPEX, UFPE, 2013.

[8] **PARTELLI, F.L.; VIEIRA, H.D.; SOUZA, P.M.; GOLYNSKI, A.; PONCIANO, N.J.** Perfil socioeconômico dos produtores de café orgânico do Norte do Estado do Espírito Santo – Satisfação com a atividade e razões de adesão à certificação. *Revista Ceres*, v. 53, n. 305, p. 55-64, 2006.

[9] **FIETZ, V.R.; SALAY, E.; WATANABE, E.A.M.T.** Condições socioeconômicas, demográficas e estado nutricional de adultos e idosos moradores em assentamento rural em Mato Grosso do Sul, MS. *Segurança Alimentar e Nutricional*. Campinas, v. 17, n.1, p. 73-82, 2010.

[10] **HOFFMANN, R.; NEY, M.G.** Desigualdade, escolaridade e rendimentos na agricultura, indústria e serviços, de 1992 a 2002. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 13, n. 2 (23), p. 51-79, jul./dez. 2004.

[11] **IPARDES.** Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Cadernos Municipais*, 2008.

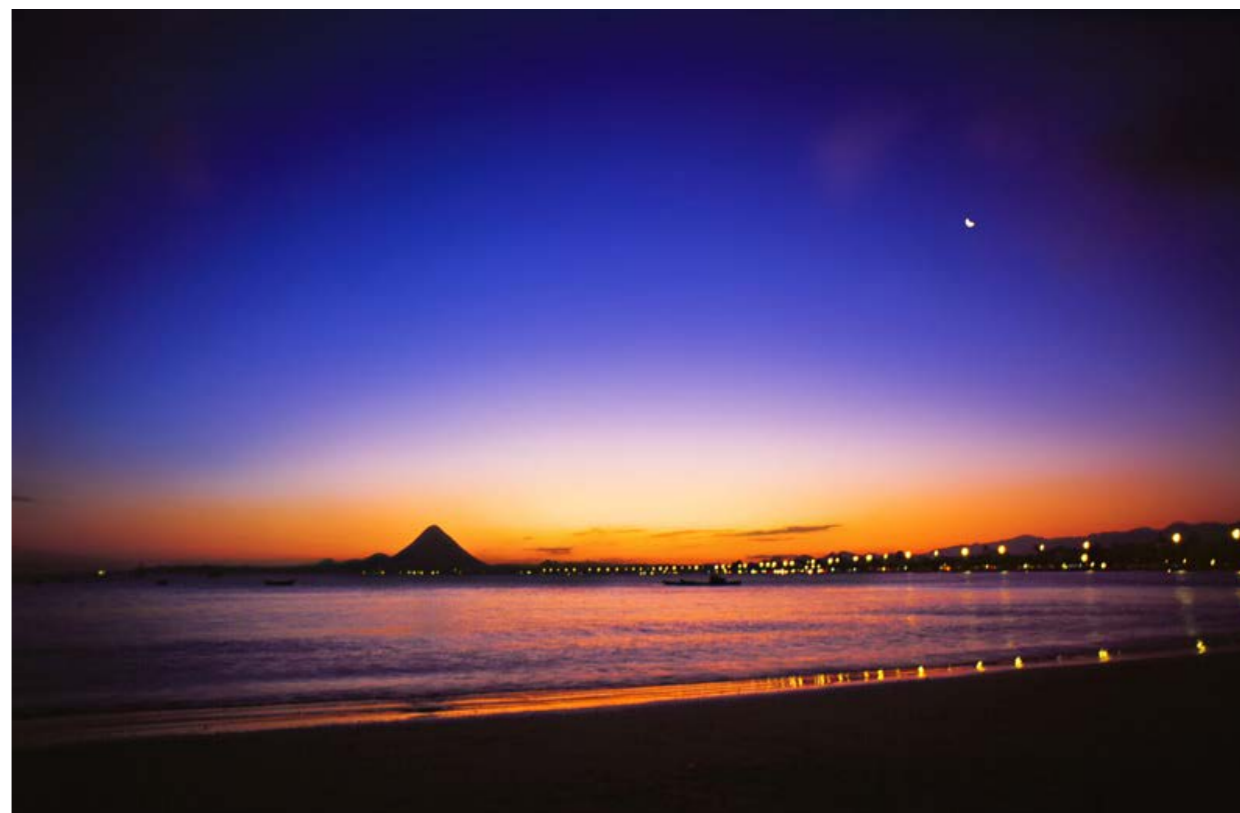
[12] **BOTH, J.P.C.L.; KATO, O.R.; OLIVEIRA, T.F.** Perfil socioeconômico e tecnológico da apicultura no município de Capitão Poço, Estado do Pará, Brasil. *Amazônia: Ciência e Desenvolvimento*, v. 5, n. 9, 2009.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo - FAPES

À equipe envolvida;

E, em especial, aos agricultores familiares pela valiosa contribuição não só para traçar o perfil socioeconômico, mas principalmente por permitir o estreitamento entre universidade e comunidade, contribuindo para o desenvolvimento e o crescimento profissional dos pesquisadores envolvidos.



Paisagismo e Sustentabilidade para a Promoção do Bem Estar da Comunidade

Landscaping and Sustainability for the Promotion of Community Well-Being



Resumo

O projeto de extensão da UERGS foi uma prática da interdisciplinariedade e contribuiu com a gestão ambiental da unidade de Tapes, no Sul do Brasil. Neste contexto, o objetivo do projeto foi atingido, onde se recriou o ambiente paisagístico, com frutíferas, plantas medicinais, decorativas nativas ou exóticas. Foi estudada a estruturação do solo com práticas como o plantio de espécies que contribuem para sua reconstituição, reciclagem e reutilização de resíduos com a participação da comunidade. Como metodologias foram realizadas oficinas teórico-práticas totalizando 40 horas no turno da tarde, tendo como público alvo a comunidade local, professores, alunos das escolas da região e acadêmicos da UERGS. As oficinas possibilitaram a troca de saberes, bem como o desafio da conservação do solo, de espécies da vegetação local. Técnicas de paisagismo e “ecodesign” foram aplicadas com a utilização de recursos audiovisuais e apresentação de vídeos. O planejamento e a implementação do espaço paisagístico foram desenvolvidos com participantes que realizaram atividades de manejo e multiplicação das plantas, manejo do solo, medição da área do local do projeto, levantamento de plantas existentes e planejamento paisagístico. O projeto despertou e possibilitou a observação de diferentes ambientes, estimulou o trabalho em equipe, promoveu a participação em ações que contribuíram para tornar os espaços dinâmicos e interativos. Das oficinas resultou a formação de novo espaço, visivelmente agradável, tornando os participantes multiplicadores de ações em prol do bem estar da comunidade.

Palavras-chave: Multiplicadores. “Ecodesign”. Interdisciplinariedade.

¹Fernanda Trescastro Pacheco; ²Margarete Sponchiado

¹Discente Bolsista de extensão (UERGS); Discente do Bacharelado em Gestão Ambiental – UERGS – Unidade Tapes/RS; Tecnóloga em Recursos Pesqueiros: Produção de Pescado (UERGS). fernanda-pacheco@uergs.edu.br. Rua Flores da Cunha, 583. CEP: 96760-000, Centro - Tapes/RS. (51)9792-7621 ou (51)3672-1538.

²Orientadora, Doutora em Ciências, Professora Adjunta da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul UERGS – Unidade Tapes. margarete-sponchiado@uergs.edu.br. (51)3672-3055.

Abstract

The extension project of University of the State Rio Grande do Sul (UERGS) was a practice of interdisciplinary and contributed to environmental management in the city of Tapes, southern Brazil. In this context, the aim of the project was recreated a landscaped environment with fruit trees, medicinal native and exotic decorative plants. The soil structure studies with practices such as planting species that contribute to their recovery, recycling and reuse fines with community participation. How methodologies were carried out theoretical and practical workshops totaling 40 hours in the afternoon, where the target audience is the local community, teachers, students from local schools and academics from UERGS. The workshops allowed the exchange of knowledge, as well as soil conservation challenge, species of local vegetation and unfunded. Landscaping techniques and ecodesign have been applied with the use of visual aids and presentation videos. The planning and implementation of landscaped space was developed with participants who performed management activities and multiplication of plants, soil management, site area of measuring the project, survey of existing plants and study forms. The project aroused and made possible the observation of different environments, encouraged teamwork, promoted participation in actions that contributed to make dynamic and interactive spaces. The workshops resulted, in the formation of new noticeably space pleasant, making multipliers participants in actions for the welfare of the community.

Keywords: Multipliers. Ecodesign. Interdisciplinarity.

INTRODUÇÃO

Práticas de paisagismo promovem uma reflexão sobre a constante interferência do homem sobre a paisagem, na busca de ambientes sustentáveis e saudáveis (ABBUD, 2006; LIRA FILHO, 2002; DEMATTE, 1997), além de desenvolver o senso estético, a curiosidade e a paciência para acompanhar os processos naturais e de modificação da paisagem (OLIVEIRA, 2008).

José Lutzenberger, em seu livro “Ecologia: do Jardim ao Poder”, preconiza que um jardim deve auxiliar a criação de imagem e despertar a veneração pela beleza e riqueza da natureza (BACKES, 2005). É um exercício de recriar quando associa coloridos, volumes, texturas, formas e materiais diferentes e ainda transmite movimento através de canteiros sinuosos, com a utilização de plantas em linhas orgânicas (GOLVEA, 2004; SIQUEIRA, 2004).

Acompanhar o crescimento, desenvolvimento e multiplicação natural das plantas possibilita planejar ambientes atrativos com cores e flores nas quatro estações do ano. Ao contrário de muitos países, onde o inverno rigoroso não permite o florescimento o ano todo, no Brasil isso é possível (TUPIASSÚ, 2012).

O solo é um dos fatores mais importantes para o sucesso do projeto de paisagismo, pois dele dependerá diretamente o desenvolvimento das plantas que serão escolhidas para figurarem no cenário com plena beleza de suas melhores formas (BACKES, 2012).

Tornar os ambientes agradáveis e saudáveis, com beleza, decorando-os com plantas, sejam elas arbóreas, arbustivas, com flores, com frutas que proporcionam espaços aconchegantes, prazerosos e, principalmente, inspiradores para o aprendizado do dia a dia, foi o resultado deste projeto de extensão.

O espaço externo de 1.563,67 m² da Unidade de Tapes, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, foi utilizado para elaboração e execução do projeto de paisagismo com sustentabilidade, proporcionou as habilidades de planejar e transformar o ambiente, além de manter a identidade cultural da região, respeitando o clima e a biodiversidade local.

Nesse contexto o projeto visou contribuir com a gestão ambiental e paisagismo da unidade, realizando oficinas voltadas à troca de saberes, bem como o desafio da conservação de espécies da vegetação local.

ATIVIDADES PREPARATÓRIAS DO PROJETO E OFICINAS

As atividades práticas do projeto foram organizadas quatro meses antes das oficinas, como a pesquisa de referencial teórico para fundamentar as atividades e materiais, a serem utilizados no projeto; elaboração de cartazes, folders e fichas de inscrição, divulgados em todas as escolas municipais e estaduais do município de Tapes/RS, com data e local de entrega das fichas de inscrição estabelecidas; mensuração da área onde foram realizadas as oficinas, com a localização e direção geográfica das plantas arbóreas existentes no jardim. Foi utilizado o software AutoCAD 2014 para a elaboração da planta baixa; levantamento das espécies arbóreas e florísticas, com registro fotográfico do jardim; remoção de entulhos do pátio para início de plan-

tio; transplante de mudas de Agave Azul (*Agave tequilana*) e Agave Piteira do Caribe (*Agave angustifolia*).

Por não haver recurso para a implantação do projeto, as ações programadas precisaram ser substituídas. O solo resultante da varredura das ruas da zona urbana da cidade foi levado para a UERGS/Tapes para a construção de novos canteiros, em tratativa com a Secretaria de Obras do município de Tapes. Mudas foram obtidas através de trocas e doação dos participantes das oficinas, professores, alunos e doação da EMATER/Tapes de sementes crioulas. Os bancos de jardim foram construídos pelos participantes com material adquirido em ferro velho e reciclagem de pedaços de troncos de árvore que existiam na própria unidade. O húmus para enriquecimento do solo e fertilização das novas plantas, foi obtido através de uma composteira e uma vermicompostagem, a qual foi alimentada nas oficinas com cascas de frutas, folhas, podas e casca de arroz. A casca de arroz foi doação de uma das participantes, que tem este resíduo proveniente do plantio orgânico em sua propriedade no Assentamento Lagoa do Junco/Tapes. A doação de cinza da casca de arroz, por participante das oficinas, a qual é utilizada para melhoria do solo, correção do pH, combate de fungos e principalmente na substituição de insumos convencionais. As floreiras verticais e horizontais foram feitas com pneus descartados pelas borracharias.

DESENVOLVIMENTO DAS OFICINAS

As atividades do projeto foram realizadas de março a dezembro de 2015, na Unidade UERGS em Tapes. Foram 13 oficinas teórico-práticas, de agosto a dezembro de 2015, totalizando 40h, realizadas no espaço disponível na unidade com a participação de 29 alunos, sendo representantes da comunidade local, professores e alunos das escolas da região e acadêmicos do curso Bacharelado em Gestão Ambiental, para efetuar os trabalhos de implementação do paisagismo.

O projeto de paisagismo com sustentabilidade foi executado no espaço externo de 1.563,67 m² da Unidade de Tapes da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, sendo as tarefas divididas em grupos (Figura 1).

Figura 01: Grupos trabalhando em diferentes formas de canteiros e colocação de casca de arroz como cobertura morta.

Fonte: Autora (2015)



A seguir um breve resumo de cada oficina realizada:

Oficina I - Foram feitas as apresentações dos participantes; esclarecimento sobre a realização do projeto e das oficinas; uma avaliação escrita sobre o que entendiam por paisagismo; introdução ao paisagismo; importância do planejamento; troca de mudas e saberes; tipos de paisagens e a importância da atividade em prol do bem estar.

A primeira tarefa foi realizar um croqui individual da planta baixa do jardim da UERGS - Unidade em Tapes, de como os alunos visualizavam o local e expressar em forma de desenho como gostariam que ficasse, bem como ideias para realização dos futuros trabalhos no local.

Oficina II - Foi trabalhada com diferentes formas de canteiros, orientação geográfica, orientação solar, utilização de resíduos regionais como a casca de arroz e resíduos orgânicos domésticos (cascas, folhas, podas, corte de grama), resíduos na reconstituição do solo, construção de novos canteiros com cobertura morta, mostrando sempre a importância destes fatores para o desenvolvimento sustentável social e regional.

Oficina III – Após dividir os grupos de trabalho, foram propostas as seguintes atividades: limpeza e pintura dos pneus, para a construção de canteiro vertical (Figura 2); elaboração do canteiro de cactáceas e crassuláceas e pintura das letras UERGS no muro da unidade, com letras medindo 1,40 m de altura por 1,50 m de largura.

Oficina IV – Exercício de planejamento em equipe, com auxílio audiovisual das imagens da Secretaria Municipal de Saúde de Tapes. Os alunos discorreram sobre propostas de modificação e reestruturação da área visando à sustentabilidade e ao aproveitamento de materiais disponíveis no local.



Figura 02: Canteiro vertical com utilização de pneus e resíduos orgânicos regionais.

Fonte: Autora (2015)

Oficina V - Explicação sobre propagação de plantas através de estaquia, mergulhia, alporquia e divisão de rizomas ou touceiras antes de começar os trabalhos práticos do dia. Retirada de plantas indesejadas dos canteiros, com posterior

aproveitamento como matéria orgânica para a composteira; elaboração de canteiros com sementeira das sementes crioulas; elaboração de cerca reutilizando “painéis que eram das janelas da UERGS”; plantio de mudas de *Dracena* sp. (retiradas do próprio jardim e com doações dos participantes) (Figura 3), utilizando como cobertura morta a casca de arroz para auxiliar na retenção da umidade na terra.

Figura 03: Plantio de mudas de *Dracenas* (*Dracena* sp.).

Fonte: Autora (2015)



Oficina VI - Exercício de planejamento. Cada participante escolheu um local e projetou uma área de convívio e lazer. Finalizado, mostra e relata o desenho feito ao grupo, compartilhando saberes.

Oficina VII - A importância da biodiversidade de sementes crioulas e plantas ornamentais no planejamento urbanístico. Reformulação de canteiros com adição de matéria orgânica, solo, novas mudas e colocação de casca de arroz como cobertura morta. Colocação das floreiras de pneus para demarcação do estacionamento, com plantio de moreia-bicolor (*Dietes bicolor*) e grama-preta (*Ophiopogon japonicus*) nas floreiras. Plantio de mudas de espada de São Jorge (*Sansevieria trifasciata*) na beira do muro e o transplante de uma pitangueira (*Eugenia uniflora*).

Poda de espécies arbustivas do jardim, sendo transformadas em mudas para plantio e troca com os participantes.

Oficina VIII - Plantio de flores e folhagens no canteiro vertical de pneus e transplante de mudas de estrelícia (*Strelitzia* sp.).

Oficina IX - Apresentação de vídeo sobre compostagem e vermicomposteira doméstica. Após, elaboração desta com os resíduos orgânicos domésticos, dos alu-

nos e da unidade e com minhocas vermelhas da Califórnia (*Eisenia foetida*) doadas por participante. O produto final, o húmus, foi utilizado para adubação. Esta atividade colabora com o município que ainda não recicla os resíduos orgânicos conforme o Plano de Resíduos Sólidos.

Foi realizada a Instalação de um pergolado com a utilização de postes de madeira e barras de ferro existentes no local, com fios de arame para sustentar glícínias (*Wisteria* sp) e videiras (*Vitis* sp).

Oficina X - Implantação dos bancos de jardim (Figura 4), idealizados, comprados, pintados, montados e instalados pelos participantes com materiais reutilizáveis do ferro velho.



Figura 04: Bancos com materiais do Ferro Velho.

Fonte: Autora (2015)

Oficina XI - Decoração de um ambiente de reflexão, lazer, descanso e até mesmo de estudo com plantio de flores lisimaquia (*Lysimachia procumbens*); colocação de pneu na parede com mudas de gerânio pendente (*Pelargonium peltatum*); pintura de bancos e de vaso.

Oficina XII - Construção de canteiros com utilização de solo resultante da varredura das ruas e de terra preta doada; transplante das mudas de hortaliças que foram semeadas na Oficina V (repolho, brócolis, couve, salsa, pimenta, tomate e moranga) e cobertura morta para proteção da umidade com grama de jardim doada (proveniente de “limpezas” de pátios da cidade).

Aplicação de adubo foliar à base de pó de rocha, 100% natural, com auxílio de borrifador manual numa proporção de 2,5 gramas por litro sendo pulverizado uma vez por semana nas folhas das plantas (Figura 5).

Figura 05: Canteiros de hortaliças e aplicação de adubo foliar à base de pó de rocha.

Fonte: Autora (2015)



Oficina XIII – Avaliação dos trabalhos, utilizando as fotos das atividades realizadas. Por escrito, individualmente, os alunos responderam três questões: 1) O que é paisagismo para você? 2) Qual o maior aprendizado nestes meses de oficinas? Mudou alguma coisa no modo de ver o ambiente em que vivemos?

As respostas foram comparadas com as escritas da primeira oficina e constatou-se o crescimento dos alunos em companheirismo, a partir dos conhecimentos adquiridos através das trocas de saber e dos trabalhos realizados em equipe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto despertou os alunos para o estudo da forma, o senso de estética e o planejamento. Possibilitou a observação de diferentes ambientes, estimulou o trabalho em equipe, promoveu a participação em ações que contribuiriam para tornar os espaços dinâmicos e interativos.

Com a utilização de materiais, que antes não eram de grande importância, como pneus descartados nas borracharias e peças de ferro velho, conseguimos como resultado a formação de novos espaços visivelmente agradáveis, tornando os participantes multiplicadores de ações em prol do bem estar da comunidade.

Ao dispormos de sementes crioulas motivamos o resgate de antigos saberes, assim como a utilização de plantas para o combate de pragas em plantas domésticas. A compostagem e a vermicompostagem possibilitaram um novo destino aos resíduos orgânicos, que eram descartados aumentando a incumbência do poder público.

Os encontros possibilitaram as trocas de conhecimentos e sabedorias populares, que foram levadas e concretizadas nos círculos de convívio e de amizade de cada participante.

REFERÊNCIAS

- ABBUD, B.** Criando paisagens: guia de trabalho em arquitetura paisagística. 2ed. São Paulo: Senac. 2006. 207p.
- BACKES, T.** Lutzenberger e a Paisagem. Porto Alegre: Paisagem do Sul editora. 2005.
- BACKES, T.** Paisagismo para celebrar a vida: Jardins como cura da paisagem e das pessoas. Porto Alegre: Paisagem do Sul editora. 2012. 57p.
- DEMATTE, M.E.S.P.** Princípios de paisagismo. Jaboticabal: Unesp. 1997. 104p.
- GOLVEA JR., A. C.** Jardins do Brasil: anuário brasileiro dos arquitetos/paisagistas. V.4. Cotia: Decor&Arts Acessória Editorial Ltda. 2004. 240p.
- LIRA FILHO, J.A.** Paisagismo: elementos de composição e estética. Série Planejamento Paisagístico. Coleção Jardinagem e Paisagismo. Viçosa: Aprenda fácil. 2002. 173p.
- OLIVEIRA, A.R.** Tantas vezes paisagem. Rio de Janeiro: [s.n.], 2008. 151p.
- SIQUEIRA, V. B.** Burle Marx: Espaço da arte brasileira. São Paulo: Cosac & Naify. 2004. 128 p.
- TUPIASSÚ, A.** Recursos Vegetais. In: BRAGA, M.A. Curso Municipal de Recursos Paisagísticos. São Paulo: SVMA, 2014. 1, 59p.

AGRADECIMENTOS

À Secretaria de Obras do Município de Tapes/RS, pela terra resultante da varredura das ruas da zona urbana para realização deste projeto e o transporte de resíduo orgânico (casca de arroz) doado pelo Assentamento Lagoa do Junco;

À EMATER/Tapes, pela doação de sementes crioulas para realização da horta orgânica;

Aos alunos monitores de disciplinas afins ao projeto e a todos que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste projeto,

À UERGS pela bolsa de extensão.